

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB

GUSTAVO FREITAS AMORA

RAÇA E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA:

Uma análise das eleições para Deputado Federal no Distrito Federal, 2006.

BRASÍLIA - DF

2008

GUSTAVO FREITAS AMORA

RAÇA E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA:

Uma análise das eleições para Deputado Federal no Distrito Federal, 2006.

Dissertação de mestrado apresentada como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Ciência Política do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (IPOL/UnB).

Orientadora: Profa. Dra. Flávia Millena Biroli Tokarski

BRASÍLIA – DF

2008

Agradecimentos

Caros leitores, por favor, perdoem à extensão destes agradecimentos, eles são proporcionais à quantidade de experiências, alianças e amizades que eu acumulei ao longo destes anos. O fato é que quando eu me sentei para escrever este texto eu acabei concluindo que esta dissertação, e principalmente este mestrado, foram obras coletivas. O meu trabalho foi apenas o de sistematizar de modo descuidado todas estas infinitas experiências destes dois últimos anos.

Agradeço em primeiro lugar a meus pais, Maria das Dores Freitas e José Alberto Amora (1943 – 1997). No dia em que eu escrevo este texto, se completam 11 anos da morte de meu pai, neste sentido, esta é uma justa homenagem a uma pessoa que sempre nos trouxe bastante orgulho pela sua trajetória de vida, seu jeito de ser irreverente e sua fé inabalável na ação coletiva. No mesmo sentido, minha mãe é uma guerreira que merece todas as homenagens e eterna gratidão, principalmente por fazer parte de uma geração, assim como o restante de sua família, que saiu do meio rural em

Jataí – GO, com poucos anos de estudo, e conseguiu construir sua vida, esta cidade, e ainda se formar em Administração. E ainda houve energia para se dedicar integralmente aos seus três filhos, até os dias atuais, diga-se de passagem.

Em seu nome, agradeço a toda nossa família que sempre me apoiou e incentivou. Aos meus irmãos, José Alberto Amora Jr. e Lucas Freitas Amora, eu agradeço os momentos de diversão, seja jogando basquete, videogame, ou assistindo aos jogos do Universo, foram momentos que me garantiram a tranquilidade e a cabeça fria para continuar a jornada. Agradeço também ao meu primo Tiago Eli pelas conversas que enriqueceram bastante este trabalho.

Não poderia deixar de agradecer a minha sogra e sogro Lúcia e Renato Barreto, por terem acreditado em mim desde o primeiro contato, e pelo enorme respeito e admiração que nutrem pela minha trajetória. Se não fosse o apoio e o incentivo de vocês, acho que seria impossível chegar até aqui. Agradeço também a minha afilhada Júlia que, a despeito de ter passado poucos meses neste plano espiritual, conseguiu revolucionar a vida das pessoas que estavam a sua volta, além de ter trazido muita alegria para todos.

Para completar os pilares que sustentaram a minha trajetória e a possibilidade deste trabalho se concretizar, agradeço a minha esposa Carla Conceição Barreto que deveria ser também a co-autora deste trabalho diante das leituras, comentários e discussões ao longo desses anos. E, principalmente, por fazer com que eu mantivesse a tranquilidade e a confiança nos momentos em que meu nome estava exposto nos jornais. Com certeza saímos vitoriosos e fortalecidos dessa e continuaremos caminhando juntos, espero que com maior tranquilidade, mas não posso garantir nada.

Outro co-autor não declarado deste trabalho é o Carlos Augusto Machado, a quem eu devo tudo o que sei sobre sphinx, sem falar nas várias dicas sobre o que explorar nos dados da pesquisa, algumas aulas sobre metodologia e por ter sido também um grande amigo e companheiro ao longo do *Caso Kramer*. Agradeço também a amizade da Danusa Marques, que além das idéias e ensinamentos, me apresentou o bairro da Liberdade em São Paulo e a cidade de Santo André.

Aos amigos da UnB e a todo o grupo que participou daquela mobilização inédita, cada um ao seu modo, eu agradeço profundamente, sobretudo por terem mantido a tranquilidade e a perseverança ao longo de todo o tempo. Carlos, Danusa, Helena, Janine, Carol, Gabriela, Marcelo, Arthur Sinimbu, Eduardo Lessa e especialmente o Marconi Fernandes. Muito obrigado também ao Ernesto Carvalho por toda a ajuda e troca de experiências nos momentos mais difíceis.

Agradeço a minha orientadora Flávia Biroli, pela sua militância dentro do espaço acadêmico para que se abram portas para pesquisas como esta e, por conseguinte, pessoas como eu, além de toda a paciência que teve ao longo desta orientação. Além disso, lhe agradeço por tentar evitar que, diante de um turbilhão de acontecimentos, eu perdesse o foco naquilo que era mais importante, a produção acadêmica, o que faltou a este trabalho é culpa minha e o que teve de mérito, se deve em grande parte a pressão que ela fez sobre mim e às suas aulas no Mestrado.

Muito obrigado ao Professor Luis Felipe, primeiro pelo seu curso de Representação Política que me abriu as portas para construir a base teórica deste trabalho. Também agradeço pelos comentários ao projeto que originou esta dissertação. Acima de tudo, agradeço pela sua coragem em ter desafiado as estruturas corporativistas da universidade, sem nunca perder o seu foco na produção acadêmica e no que é mais importante a qualidade das aulas e a habilidade e o humor com o qual provoca os estudantes. Algumas dessas provocações foram fundamentais para desconstruir vários mitos que circundavam as minhas concepções sobre democracia e

representação. Muito obrigado à Aline Ohira por ter me fornecido os CDs com as gravações do Horário Eleitoral.

Agradeço também ao jornalista e editor do jornal *Irohin* Edson Lopes Cardoso, pelas provocações e ensinamentos, que me fizeram conhecer por dentro a história da militância negra em Brasília e no Brasil, e por valorizar os jovens negros e negras, concedendo espaço no jornal, e incentivando a sua produção acadêmica. Agradeço também a Ana Luiza Flauzina e a todos os militantes do EnegreSer, local onde eu me construí como pessoa negra, como ativista político, e, por incrível que pareça, foi na militância que descobri e passei a valorizar a vida acadêmica. Muito axé pra vocês!

Agradeço aos professores José Jorge Carvalho e Rita Segato, por terem me apoiado em diversos momentos difíceis, e pelas várias conversas sobre os problemas e soluções da UnB e do racismo no Brasil. Muito obrigado ao Carlos Henrique Siqueira que tem me aberto várias portas ao longo dos últimos anos com seu ponto de vista sempre dissonante de provocativo, além disso, foi uma das pessoas que me incentivou a continuar na universidade.

Obrigado a Iracema Nascimento, Daniel Cara, Diones Soares e a todos os amigos e amigas da Campanha Nacional Pelo Direito à Educação.

Agradeço aos ex-colegas de trabalho e atuais amigos, Kauara Ferreira, Angela Ansilheiro e Marcos Wortman que foram fundamentais nos momentos mais difíceis e por continuarem abrindo várias portas até hoje. Muito obrigado ao amigo e advogado Ariel Foina pelo apoio, conselhos e conversas.

Aos amigos mais próximos, muito obrigado por terem estado por perto ao longo dos últimos anos: Marconi, Wolglan, Keila, Carô, Wesley, Bruno, Vanessa, Graziela, Gabriel e principalmente ao Marcilio pelas dicas de filmes e pelo companheirismo. Ao Fábio, um muito obrigado pela amizade, pelas provocações e pela revisão deste trabalho.

Muitíssimo obrigado a toda a equipe do Instituto de Ciência Política por terem me recebido e servido com muito carinho em todas aquelas manhãs do curso de verão: Everaldo, Daniel, Samuel, Jaqueline, Dina, Fábio. Aproveito também para agradecer aos meus estudantes de Introdução a Ciência Política que me fizeram chegar a várias conclusões ao longo do curso, principalmente Vagner, Val, Shake, Bill, Paula, Maíra, Sebastião e tantos outros.

Aqueles que eu tenha esquecido, saibam que foi um lapso da minha memória, e não da sua participação no projeto coletivo que foi este mestrado.

Muito obrigado a todas as pedras que estiveram no meu caminho ao longo destes anos, vocês somente tornaram esta conquista mais valiosa. Como dizia o poeta Waly Salomão: “A felicidade do negro é uma felicidade guerreira!”

RESUMO

Esse trabalho de pesquisa tem como objetivo geral analisar as especificidades da interação entre raça e representação política através da observação das eleições para Deputado Federal no Distrito Federal em 2006. A partir da análise do Horário de Propaganda Eleitoral Gratuita, eu busco avaliar em que medida a variável raça interage com o tempo de exposição na TV e com os resultados nas eleições. Neste sentido, eu busco verificar quais são os empecilhos que se colocam para a eleição dos negros, e como o mito da democracia racial no Brasil funciona como um mecanismo de violência simbólica que atua tanto sobre a possibilidade de negros em se candidatarem quanto sobre as campanhas eleitorais daqueles que se candidatam.

Os resultados da pesquisa apontam para um quadro de exclusão racial dentro dos partidos políticos, principalmente em função da baixa quantidade de candidaturas negras, mas também pelo pouco tempo de exposição na TV dos negros, o que reflete o caráter periférico destas candidaturas dentro dos diversos partidos, e que se converte em fracos desempenhos eleitorais para negros e negras.

Palavras-chave: Raça, Representação Política, Exclusão Racial, Poder simbólico, Partidos Políticos.

ABSTRACT

This research aims to examine the particularities of the interaction between race and political representation through the observation of the elections for Federal Deputy in the Federal District (Brasília) in 2006. From the analysis of the free time for political propaganda on TV, I aspire to assess the extent to which the variable race interacts with the time of exposure on TV and the results in the elections. Therefore, I seek verify what are the impediments that arise for the election of blacks, and as the myth of racial democracy in Brazil serves as a mechanism of symbolic violence against both in the possibility of blacks in applying as on election campaigns of those who apply.

The survey results point to a framework of racial exclusion inside the political parties, especially in the light of the low number of black candidates, but also by the short time of exposure of blacks on TV, which reflects the character of these peripheral candidacies within the various parties, and it becomes weak performances in elections for blacks.

Keywords: Race, Political Representation, Racial Exclusion, Symbolic power, Political Parties

LISTA DOS PARTIDOS POLÍTICOS BRASILEIROS

SIGLAS	PARTIDOS
DEM	Democratas (antigo PFL)
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PAN	Partido dos Aposentados da Nação
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCO	Partido da Causa Operária
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PL	Partido Liberal (deixou de existir)
PR	Partido da República (União entre o PL e o PRONA)
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PP	Partido Progressista (ex- PPB)
PPR	Partido Progressista Reformador
PPS	Partido Popular Socialista
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PRONA	Partido da Reedificação da Ordem Nacional (deixou de existir)
PRP	Partido Reformador Trabalhista
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC	Partido Social Democrata Cristão
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido do Socialismo e Liberdade
PSN	Partido Solidarista Nacional
PST	Partido Social Trabalhista
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT do B	Partido Trabalhista do Brasil
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PV	Partido Verde

Introdução.....	11
Capítulo 1 - Racismo e Política	15
1.1 Introdução.....	15
1.2 Indicadores Sociais da População Negra no Brasil: Trabalho, Saúde e Educação.....	16
1.2.1 Trabalho.....	16
1.2.2 Saúde	21
1.2.3 Educação.....	23
1.3 Raças e Classes, tensões no pensamento político contemporâneo.	27
1.3.1 As relações sociais de trabalho no capitalismo - para além do viés econômico.	27
1.3.2 Classe social no Brasil.....	27
1.3.3 Raça e classe no Brasil e no mundo, origens do pensamento socialista e o marxismo negro de Cedric Robinson	29
1.4 Raça e Política – Entre a assimilação e a exclusão.....	35
1.4.1 Mobilização política negra no Brasil – tensões, limites e perspectivas.....	37
1.4.2 Apaziguando questões ou recriando conflitos?	39
1.5 Histórico do voto no Brasil.....	42
Capítulo 2 - Raça, Poder e Representação Política	44
2.1 - Introdução	44
2.2 Conceitos introdutórios sobre representação.....	45
2.2.1 Tensão entre mandato vs governo	48
2.2.2 Origens do conceito de representação política	49
2.2.3 Quem deve ser representado?.....	51
2.2.4 Tensão entre legalidade (facticidade) vs legitimidade (validade)	52
2.3 Representação, Violência Simbólica e Democracia Racial.....	54
2.3.1 Positividade do Poder	59
2.3.2 Violência Simbólica e Democracia Racial	62
2.3.3 Mito democratizante ou dominação simbólica?	63
2.3.4 Estado e dominação simbólica	66
2.3.5 A resistência necessariamente passa pela tomada de consciência?.....	67
2.3.6 O papel da masculinidade colonizadora na formação do sistema representativo.....	68
2.3.6 Cidadania Diferenciada	69
2.3.7 Grupo Social, Perspectiva Social e Democracia Comunicativa.....	72
2.3.8 Perspectiva, Presença / Reconhecimento e Redistribuição	74
2.4 Campo midiático, Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral - HGPE e Partidos Políticos	82
2.4.1 Entre filtros midiáticos e partidários	83
2.4.2 Crise da representação ou de mediação?	84
2.4.3 Reformulação do papel dos partidos políticos.....	85
2.5 Recrutamento político e exclusão.....	86
2.5.2 Considerações sobre o conceito de “raça”	90
2.5.3 Como se dá a percepção racial em um espaço político marcado por discursos essencializados?.....	92
2.5.4 Como ocorre a exclusão política baseada na raça ?.....	97
2.5.5 Como definir opressão e exclusão?	98

Capítulo 3 - Resultados da pesquisa sobre o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral – HGPE no Distrito Federal para a eleição de Deputado Federal em 2006.....	100
3.1 Notas introdutórias sobre a pesquisa	100
3.2 HGPE em análise	104
3.3 Funcionamento do sistema eleitoral brasileiro	106
3.3.1 Coligações	108
3.4 Desigualdades Raciais em Brasília.....	109
3.5 Histórico do cenário político de Brasília em 2006	109
3.6 Hipóteses da pesquisa.....	114
3.6.1 A Tese de Piquet Carneiro, Schmitt e Kuschnir.....	115
3.7 Exposição no HGPE e Resultados Eleitorais	119
3.7.1 Metodologia.....	119
3.7.2 Parlamentares possuem identidade étnico-racial definida.....	121
3.8 Apresentação dos resultados da pesquisa	124
3.8.1 Resultados Gerais	124
3.8.2 Candidatos e Eleitos	130
3.8.3 Partidos e Coligações.....	132
3.8.4 Apelos discursivos.....	136
3.8.5 Corporação	139
3.8.6 Religião.....	141
3.8.7 Raça e exclusão nos partidos políticos	143
3.8.8 Raça e Política	143
3.8.9 “Vote com Raça, vote Luiz França”	144
3.8.10 Indicadores de equitatividade dentro e fora dos partidos políticos.	152
Considerações Finais	157
Referências Bibliográficas.....	160
Anexos	165

Introdução

A democracia representativa vem passando por fortes transformações nas últimas décadas, muitos fatores contribuíram para isto, a ampliação do papel conferido ao campo midiático em relação à política e a diminuição do papel dos partidos políticos são alguns destes fatores. Além disso, grupos que, historicamente foram aliados dos processos decisórios, têm ampliado sua voz perante o poder público e crescem suas demandas pela abertura de maiores espaços institucionais e a ampliação da sua representação política. A teoria política conservadora responde a estes apelos com outro clamor, o de que o Estado corre o risco de perder sua capacidade de governança, diante de tantos novos grupos que buscam acessá-lo.

Um dos motivos da perda de espaço dos partidos políticos é porque as bases sociais tradicionais da mobilização política vêm se transformando, isto ocorre tanto pelo eclipse dos movimentos socialistas, quanto pela fragilização das relações de emprego, o que diminuiu a base social destes partidos políticos. Outra justificativa para a perda de espaço dos partidos é porque a mídia passa agora a ocupar o espaço de mediação entre eleitor e representantes. Um terceiro argumento deve ser levado em questão, me refiro ao surgimento de novos pólos de reconhecimento que agora não se baseiam mais na apenas na relação capital, trabalho, ou seja, demandas de grupos subalternizados da vida social que buscam valorizar de um lado reparações pelas desigualdades históricas, e de outro lado, buscam meios institucionais para reverter amplificar seu capital simbólico.

Em relação aos movimentos negros, o que se busca é uma ação multifacetada, de um lado, é preciso reverter às desigualdades históricas, por outro lado, se busca reverter o caráter negativo do signo racial negro. O principal ponto de conflito entre estas concepções baseadas no reconhecimento e as visões tradicionais da política brasileira vai ocorrer quando o assunto é o mito da democracia racial, o mito que defenda a não existência do racismo no Brasil, ou um padrão mais acessível de relações raciais por estas terras. A concepção de que o Brasil seria uma nação diferenciada em relação ao resto do planeta em virtude do seu padrão de socialização racial, é base para o pensamento de diversos autores e se reflete em diversos discursos políticos. O conflito com as concepções políticas do movimento negro é intenso, e vai ficar evidente nos debates em torno da adoção ou não de políticas afirmativas em benefício da população negra.

Se durante muito tempo nossos governos se acostumaram a pregar internacionalmente que no Brasil não existia racismo, hoje este tipo de fala já não é mais comum. Desde o governo de Fernando Henrique Cardoso ao longo da década de 90 que se reconheceu o ‘problema racial’ do Brasil, e no governo de Luis Inácio Lula da Silva, foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, que tem o objetivo de combater este problema. Isto nos leva a perceber que existem demandas crescentes sendo colocadas sobre o poder público e as instituições parecem dar sinais de que buscam mudanças.

O debate aponta para conflitos entre concepções, de um lado existe um movimento fortemente marcado pelo socialismo que percebe apenas a relação trabalho vs propriedade privada como a matriz para todos os conflitos sociais do mundo contemporâneo, de outro lado, o argumento é que as desigualdades raciais serviram de base para a formação dos principais conflitos de poder da modernidade, e isto apenas está mascarado por uma utopia socialista decadente. Uma outra concepção das relações raciais no Brasil vai negar a existência de raças, inclusive como um construto sócio-político, também será negada a possibilidade de enfrentamento das desigualdades raciais sob pena de se reificar categorias que deveriam ser liquidadas em prol de uma situação de igualdade.

Neste contexto é que se inserem as pesquisas dentro da Ciência Política, que podem trazer algum tipo de contribuição neste universo de questionamentos sobre as desigualdades raciais no Brasil. Neste caso específico o que se busca é avaliar o impacto das desigualdades raciais em um processo eleitoral específico, as eleições para Deputado Federal em Brasília no ano de 2006. Além disso, será possível verificar quais são as principais questões que estão em conflito na sociedade brasileira quando o assunto é raça e política.

As eleições ocupam um lugar central neste jogo de poder, e podem refletir as posições políticas dentro de uma sociedade, por outro lado, a violência simbólica, categoria que será explorada a luz do pensamento de Pierre Bourdieu, poderá explicar porque grande parte dos conflitos presentes dentro de uma sociedade acabam não sendo tratados em sua complexidade nos espaços de decisão. Neste sentido, o que se buscará é entender como ocorre a não decisão sobre vários assuntos, e mais que isto, a não deliberação de diversas questões. Anne Phillips vai argumentar que o que falta é a presença destes grupos subalternizados na política, Iris Marion Young dirá que está faltando um ponto de partida comum de alguns grupos subalternizados que poderiam se manifestar em diversas questões do cotidiano político.

O Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral – HGPE, será o espaço por excelência de análise destes conflitos discursivos e da mapeamento dos espaços de poder dentro dos partidos políticos, neste sentido, serão analisados todos os programas do HGPE para Deputado Federal, buscando com isto perceber qual é o espaço concedido aos negros e brancos dentro de cada partido e coligação. Além disso, estas variáveis serão comparadas com os resultados das eleições para que se possa perceber o peso dos partidos e da variável raça no processo eleitoral.

No primeiro capítulo, será possível analisar os indicadores sociais e econômicos da população negra no Brasil e mostrar em que medida estes grupos se encontram subalternizados na sociedade brasileira. Depois disso, passarei a uma discussão sobre as tensões entre as categorias *raça* e *classe social* no pensamento político. Posteriormente, apresentarei os estudos sobre raça e política no Brasil e sobre participação eleitoral da população negra.

No segundo capítulo, eu procuro mostrar as relações entre representação política e seus dilemas constitutivos com as tensões oriundas das demandas por inclusão racial. Serão apresentados conceitos introdutórios sobre representação política, sua origem e seus desdobramentos ao longo dos últimos séculos. Depois disso, buscarei ampliar o conceito de poder, baseado no pensamento de Michel Foucault para aí então definir uma relação entre a representação política e as demandas políticas baseadas na raça. A constatação é de que o mito da democracia racial age como um mecanismo de violência simbólica que faz com que o não acesso desta população aos espaços de poder seja naturalizado em função de um status simbólico negativo relacionado a negritude, isto evita que os grupos hegemônicos que dominam o sistema político não precisem de barreiras visíveis para blindarem o poder. O resultado disso é um sistema político pouco poroso para a diversidade da sociedade e que, inclusive, fortifica este status a partir da definição das regras do jogo político e da marginalização ou criminalização dos grupos que optam por descumprir estas regras para se fazerem ouvidos.

No terceiro e último capítulo, eu busco justificar meus argumentos a partir de um processo decisório local, as eleições para o Distrito Federal em 2006. Neste sentido, os resultados vão mostrar uma dificuldade de negros e negras de se colocarem nos principais partidos políticos da disputa, e, ainda que consigam este acesso, eles acabam por ocupar posições periféricas nestes partidos. Visto deste modo, o tempo de exposição na TV representa um indicador das relações de poder e das preferências estabelecidas dentro de cada um dos partidos, e por este viés, os negros ocupam posições subalternas na maioria dos partidos. Além disso, os resultados mostram, assim

como outras pesquisas sobre o mesmo tema, que, um tempo de exposição inferior está correlacionado ao fraco desempenho nas eleições, e vice-versa, e o resultado é que nenhum negro ou negra foi eleito, e todos os eleitos eram homens e brancos.

Capítulo 1 - Racismo e Política

1.1 Introdução

Neste capítulo será introduzido o debate teórico sobre raça e política a partir das tensões oriundas da interação entre o pensamento socialista e o pensamento anti-racista. Antes disso, será preciso avaliar os indicadores da população negra no Brasil a fim de se obter um quadro geral da sua vulnerabilidade social. Para isto serão utilizados os dados referentes ao mercado de trabalho, saúde e educação.

A partir da exposição das tensões entre raça e classe será possível perceber como estes argumentos se confrontaram nas diversas formas de organização dos movimentos negros brasileiros e da sua interação com outros movimentos sociais e, principalmente, com o movimento socialista desde o século XX até os dias atuais. Para isto, será preciso conhecer e refletir sobre o marxismo negro de Cedric Robinson, uma abordagem que parte da tradição negra de pensamento sobre o marxismo. Neste trabalho, o autor vai discutir as origens do pensamento racialista no mundo ocidental e como estes conceitos não foram tratados adequadamente pelo Marxismo, o que gerou uma interpretação do mundo que não contemplava as desigualdades raciais, e que se reflete nos dilemas enfrentados pela militância anti-racista no Brasil e no mundo. Neste sentido, será imprescindível analisar as relações entre a pobreza e o capitalismo industrial.

Na concepção de Robinson (1983), a civilização européia não seria um produto do capitalismo, pelo contrário, o caráter do capitalismo somente poderia ser compreendido no contexto social e histórico de sua aparição. A consciência de classe é algo manobrado em termos culturais e o racismo é um destes termos que faz com que esta consciência seja mutável e transitória. A conclusão oriunda da reflexão do autor é que existem armadilhas para o pensamento anti-racista contemporâneo como, por exemplo, acreditar que os símbolos negativos e a-historicizados atribuídos às pessoas negras sejam oriundos de uma psicologia de massa negativa, ou de uma visão marxista que coloca o racismo como uma consequência lógica e empírica da exploração escravista que levou a uma racionalização da superioridade racial. Como se percebe, ambos os exemplos representam uma incapacidade de compreender a base racialista na origem da sociedade ocidental que atuou como mecanismo adjacente a todas as formas de

dominação, além de ser uma chave para a compreensão de como o racismo consegue se recriar em diversos ambientes econômicos e sociais, a exemplo do Brasil.

Posteriormente, centrarei esforços em apresentar e analisar os principais estudos sobre raça e política no Brasil. Será preciso traçar um histórico dos movimentos sociais negros no Brasil e sua plataforma política.

1.2 Indicadores Sociais da População Negra no Brasil: Trabalho, Saúde e Educação.

1.2.1 Trabalho

Para averiguar a situação do trabalho da população negra na sociedade brasileira é preciso analisar em primeiro lugar os rendimentos percebidos pelo grupo em relação aos brancos. O rendimento é o que define a qualidade de vida e trabalho, já que representa a situação social de um indivíduo ou um grupo e seus diferenciais. A diferença de rendimentos se transforma na distribuição da riqueza em uma sociedade (DIEESE, 1998).

Trabalha mais, recebe menos

Os rendimentos médios de negros e brancos quando comparados mostram que os brancos, em 2003, recebiam mensalmente R\$ 877,70, enquanto os negros recebiam apenas R\$ 418,47, ou seja menos que a metade, e estes indicadores tem se mantido estáveis ao longo da última década. Já as mulheres negras dispunham, em 2003, de rendimentos mensais (R\$ 332,78), em média, equivalentes à cerca da metade do que as brancas (R\$ 653,36); aproximadamente, 70% menores do que os dos homens brancos (R\$ 1.047,30); e, ainda, 30% menores do que os homens negros (R\$ 475,20). Traduzindo em palavras, discriminadas por serem mulheres e negras.

É possível visualizar alguns destes indicadores na tabela 1. Os rendimentos dos trabalhadores e trabalhadoras negros são sistematicamente inferiores aos rendimentos dos não-negros, em todos os momentos. Isto é resultado da entrada precoce no mercado de trabalho e a maior inserção da população negra nos setores menos dinâmicos da economia, além da elevada participação em postos de trabalho precários e em atividades não-qualificadas. Como resultado, isto indica uma combinação entre pobreza, desigualdade e discriminação racial.

Tabela 1 - Rendimento Médio Mensal dos Ocupados por Sexo segundo Raça
Brasil - Regiões Metropolitanas 1998 (em reais de dezembro de
1998)

Regiões Metropolitanas	Negros			Não-negros		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
São Paulo	512	399	601	1.005	750	1.188
Salvador	403	297	498	859	647	1.051
Recife	363	272	427	619	462	739
Distrito Federal	765	614	898	1.122	923	1.306
Belo Horizonte	444	319	670	735	548	883
Porto Alegre	409	334	472	628	504	715

Fonte: DIEESE/SEADE e entidades regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

Diante da tabela 1, é possível perceber que nas principais capitais brasileiras existe uma desigualdade entre os rendimentos de negros e brancos que se agrava quando a variável sexo também é analisada. Outra variável que parece ampliar as desigualdades é a Região, já que os estados nordestinos possuem os indicadores mais díspares, seguidos do Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Por exemplo, em Salvador e Recife, a razão entre negros e brancos é, respectivamente, de 0,46 e 0,58, enquanto em Belo Horizonte e Porto Alegre é de 0,60 e 0,65, respectivamente.

Tabela 2

Inserção no mercado de trabalho segundo raça/cor, gênero e tipo de vínculo 2003

(Em %)

	Brancos			Negros			Total
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	
População	47,7	52,3	53,1	50,0	50,0	46,2	100
Participação (16 anos ou mais)	81,4	56,7	68,2	83,1	57,0	69,8	68,9
Taxa de ocupação (16 anos ou mais)	93,1	89,1	91,3	91,5	86,3	89,3	90,4
Taxa de desemprego (16 anos ou mais)	6,9	10,9	8,7	8,5	13,7	10,7	9,6
Rendimento médio mensal (16 anos ou mais, em R\$)	1.047,30	653,36	877,70	475,20	332,78	418,47	668,19
Tipo de vínculo							
Funcionário público	5,6	10,0	7,5	4,5	7,8	5,81	6,7
Com carteira	37,1	30,9	34,5	29,4	19,9	25,6	30,3
Sem carteira	18,4	13,3	16,2	27,8	14,0	22,4	19,1
Conta-própria	26,0	15,7	21,6	27,5	17,2	23,4	22,4
Empregador	7,7	3,6	5,9	2,9	1,2	2,25	4,26
Empregado doméstico	0,7	13,2	6,0	1,0	22,2	9,4	7,56
Outros	4,5	13,3	8,3	6,8	17,6	11,1	9,63

Fonte: Pnad/IBGE (2003).

Elaboração: Disoc/Ipea e Unifem.

As principais dificuldades enfrentadas pelo trabalhador no Brasil são o desemprego, a informalidade e o achatamento da sua renda, principalmente em função da inflação e da recessão econômica. A tabela 2 permite analisar a estabilidade no mercado de trabalho a partir da variável raça e sexo. Neste sentido, 42% dos brancos têm carteira assinada ou são funcionários públicos. Entre os negros o percentual é de 31,4%, ou seja, menos de um terço dos trabalhadores pretos e

pardos têm acesso a direitos trabalhistas, como décimo-terceiro salário, adicional de férias, seguro-desemprego, FGTS e diversos benefícios previdenciários.

Ao pensar no mercado, 34,5% dos brancos possuem trabalho com carteira assinada (excluído o serviço público). Dentre os negros o percentual é de apenas 25,6%. Quando inserida a variável gênero, as diferenças se agravam, pois apenas 19,9% das mulheres negras possuem carteira assinada, em contraposição a 30,9% das mulheres brancas. Um indivíduo branco maior de 16 anos tem probabilidade de 8,7% de estar procurando emprego sem achá-lo. Para um negro esta probabilidade é bem maior: 10,7%. A situação de desemprego é mais grave para as mulheres negras: 13,7% contra 10,9% das mulheres brancas.

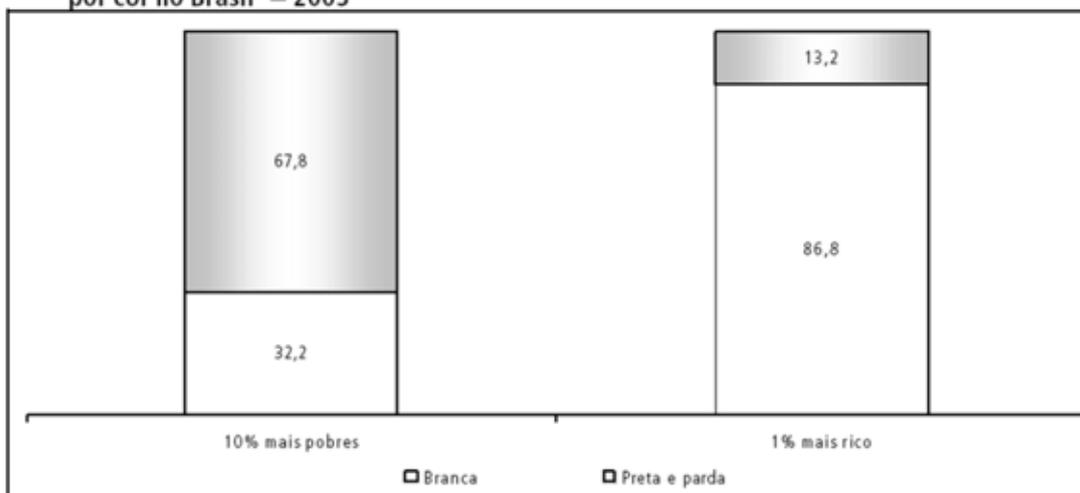
O grau de informalidade é também maior entre os negros, principalmente para as mulheres negras, pois somente uma em cada quatro possui algum vínculo formal de trabalho. E mais, no trabalho doméstico - atividade que no Brasil encontra raízes no modelo escravocrata de socialização das comunidades negras -, onde a carteira assinada acaba sendo a exceção, predomina a presença das mulheres negras: 22,2% delas são domésticas; entre as brancas, este percentual é bem menor: 13,2%.

Apropriação da riqueza

Dados evidenciam que a proporção da riqueza apropriada pelos brancos se eleva com o aumento da renda: isso pode ser verificado tanto na base (os 10% mais pobres) quanto no topo (o 1% mais rico). Os pretos e pardos correspondem a 67,8% dos mais pobres, mas equivalem a apenas 13,2% dos mais ricos. Em paralelo, os brancos compõem 86,8% do grupo dos mais ricos, mas constituem somente 32,2% do conjunto dos mais pobres (ver gráfico 1).

Gráfico 1

Distribuição das pessoas entre os 10% mais pobres e o 1% mais rico por cor no Brasil¹ – 2003



Fonte: Pnad/IBGE.

Elaboração: Geisio/DPE/IBGE.

Nota: ¹Exclusiva a pop. rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

É possível também calcular o que se chama de “renda contrafactual”¹ a renda que os diferentes grupos deveriam receber se fossem remunerados nas mesmas condições que um homem branco. Assim, por exemplo, calculou-se quanto deveria ganhar uma mulher negra que mora no sudeste do país, que possui seis anos de escolaridade, que trabalha com carteira assinada no setor de indústria se fosse remunerada da mesma forma que um homem branco nesta mesma situação. A diferença entre a “renda contrafactual” e a renda efetivamente observada, o que se batizou de “termo de discriminação”, representa uma clara medida da discriminação racial; isto porque ela não resulta de diferenças de idade, sexo, nível educacional, região ou setor de atividade econômica, mas sim, de desigualdades raciais geradas no próprio mercado de trabalho (Idem).

Quando se compara a diferença entre a “renda contrafactual” e a renda observada com a diferença entre o rendimento dos grupos discriminados e o do homem branco, ou seja, entre o que se deixa de receber devido à discriminação e o que se deixa de receber em geral (devido à discriminação, mas também, às diferenças de idade, educação, localização, forma de inserção no mercado de trabalho etc.), obtém-se uma boa dimensão da proporção da desigualdade que é explicada pela discriminação. (Ibidem)

¹ IPEA. Boletim Políticas Sociais - acompanhamento e análise | 11 | ago. 2005. Pg. 138 - 142

Em resumo, o estudo revela que, em média, em 2003, a diferença de rendimentos entre negros (R\$ 485,59) e homens brancos (R\$ 1.079,79) era de R\$ 594,21. Se os negros fossem remunerados em igualdade de condições aos homens brancos, receberiam uma renda de R\$ 798,51 (renda contrafactual). Assim, a distância de R\$ 281,28 entre o que os negros deveriam receber - se tivessem igualdade de tratamento em relação ao homem branco (R\$ 798,51) - e os rendimentos do homem branco (R\$ 1.079,79), corresponde a uma desigualdade que pode ser explicada pelos menores níveis de educação encontrados na população negra. Já a diferença entre o que os negros deveriam receber se fossem remunerados igual ao homem branco e o que de fato receberam, de R\$ 312,92, não tem qualquer explicação objetiva, pois estão sendo comparados trabalhadores em situações semelhantes, ou seja, que possuem a mesma idade, mesma inserção no mercado de trabalho, mesmo sexo, e a mesma localização.

Esse valor, que corresponde a pouco mais da metade (53%) da diferença de rendimentos entre negros e homens brancos (R\$ 594,21) deve-se, exclusivamente, à discriminação racial produzida no mundo do trabalho. Entre as mulheres negras, a situação é bem mais dramática, pois elas sofrem da dupla discriminação, de raça e de gênero: cerca de dois terços (63%) da diferença entre seus rendimentos e os dos homens brancos se explicam pela interseccionalidade do racismo e do gênero (ver a coluna “percentual devido à discriminação”, da tabela 3). A tabela 3 mostra que as mulheres brancas deveriam ganhar mais que os homens brancos na medida em que sua “renda contrafactual” é maior do que a renda observada do grupo padrão. Isto se deve ao maior nível de educação das mulheres. Assim, o que as mulheres deixam de receber explica-se, sobretudo, pela discriminação de gênero (IPEA, 2005: 140).

Tabela 3

Decomposição das desigualdades nos rendimentos, por gênero e raça/cor – 2003

Grupo	Renda observada (a)	Diferença para homens brancos (b)	Renda contrafactual (c)	Diferença para homens brancos da renda contrafactual	Termo de discriminação (d = c-a)	Percentual devido à discriminação (d/b)
Homens brancos	1079,79	-	-	-	-	-
Homens negros	501,78	578,01	796,09	283,70	294,31	51%
Mulheres brancas	854,14	225,65	1255,98	-176,19	401,84	178%
Mulheres negras	458,65	621,14	847,76	232,03	389,12	63%
Negros	485,59	594,21	798,51	281,28	312,92	53%

Fonte: Pnad/IBGE.

Elaboração: Rangel (2005).

1.2.2 Saúde

O Sistema Único de Saúde - SUS foi responsável por mais de 63% dos atendimentos em 2003.² A tabela 4 mostra a proporção de atendimentos cobertos pelo SUS por cor/raça para os dois anos analisados, indicando que a importância do atendimento público de saúde é mais significativa para a população negra, independentemente de serem homens ou mulheres: enquanto 76% dos atendimentos efetuados aos negros era coberto pelo SUS, entre a população branca este valor caía para 54,2%.

Tabela 4

Brasil Cor/raça	TOTAL		Homem		Mulher	
	1998	2003	1998	2003	1998	2003
Brasil	61,4	63,5	61,9	64,2	61,1	63,1
Branca	52,3	54,2	53,3	55,1	51,7	53,6
Negra**	75,1	76,1	74,9	76,1	75,2	76,0

Fonte: IBGE/Pnad microdados – suplemento saúde 1998 e 2003

Elaboração: Ipea/Disoc e Unifem.

Obs.:* Proporção de atendimento SUS, somente para a parcela da população atendida no período de duas semanas.

**A população negra é composta de pardos e pretos.

O percentual de brancos cobertos por planos de saúde é mais que o dobro dos negros: 33,2% e 14,7%, respectivamente, em 2003. Esses valores praticamente não se alteraram nos últimos cinco anos.³ No entanto, ainda que exista uma forte relação positiva entre cobertura de plano de saúde e rendimento familiar per capita, o que se percebe é que para uma mesma faixa de remuneração, a cobertura dos brancos é sempre superior à dos negros, ainda que a diferença de cobertura aumente em função da faixa de remuneração dos indivíduos. Em outras palavras, não é apenas a renda que explica a cobertura por plano de saúde, quer dizer, a raça pode ocupar um espaço nesta análise, o que fica evidenciado quando se avalia as diferenças ao longo do atendimento.

Igualdade na entrada, diferenças na saída

O que ocorre é que praticamente todos têm garantida a entrada no sistema básico de saúde, mas a integralidade do atendimento, ou seja, a continuação na busca de um diagnóstico mais exato se dá de forma diferente para negros e brancos. De acordo com os dados da tabela 5, há uma diferença significativa entre as mulheres brancas e negras no acesso ao procedimento de exame clínico de mamas. Entre as negras, 44,5% jamais fizeram esse exame (contra 27,3% das brancas). Além disso, dentre as que fizeram, mais de 46% o fizeram há mais de três anos (contra

² políticas sociais – acompanhamento e análise | 12 | fev. 2006. Pg. 166 - 176

³ políticas sociais – acompanhamento e análise | 12 | fev. 2006. Pg. 167

menos de 40% das mulheres brancas). Em regiões como o Norte e o Nordeste, a proporção de mulheres negras que nunca se submeteram ao exame das mamas chega a 56%.

Tabela 5

Proporção de mulheres de 40 anos ou mais de idade que realizaram exame clínico de mamas, mamografia e preventivo de colo de útero, segundo cor/raça – 2003¹

Brasil e cor/raça	Já fez exame clínico de mamas ²				Nunca fez o exame
	Total	Há menos de 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Há 6 anos ou mais	
Brasil	65,6	57,4	31,2	11,4	34,4
Branca	72,7	59,4	29,9	10,7	27,3
Negra	55,5	53,8	33,6	12,6	44,5

Brasil e cor/raça	Já fez mamografia ²				Nunca fez o exame
	Total	Há menos de 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Há 6 anos ou mais	
Brasil	52,7	58,3	26,8	14,9	47,3
Branca	59,6	59,9	25,9	14,3	40,4
Negra	42,7	55,2	28,8	16,0	57,3

Brasil e cor/raça	Já fez exame de colo de útero ²				Nunca fez o exame
	Total	Há menos de 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Há 6 anos ou mais	
Brasil	78,0	82,7	9,7	7,5	22,0
Branca	81,7	83,1	9,5	7,4	18,3
Negra	72,9	82,3	10,1	7,6	27,1

Fonte: IBGE/Pnad microdados - 2003

Elaboração: Ipea/Disoc e Unifem.

Nota: ¹ Estes exames só foram pesquisados em 2003.

² Distribuição das mulheres que já realizaram exame clínico de mamas, mamografia e exame de colo de útero segundo data do último exame realizado.

Obs: * A população negra é composta de pardos e pretos.

** Excluída a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

No que diz respeito ao exame de colo de útero (ou papanicolau), diferentemente dos casos anteriores, a grande maioria das mulheres brasileiras (78%) já o realizou ao menos uma vez. Ainda assim, existe uma diferença importante, ainda que menor do que nos outros exames, na proporção das brancas e negras que realizaram esse exame. Enquanto para as primeiras o percentual chega a quase 82%, para as negras o percentual é de aproximadamente 73%.

Com o objetivo de isolar ao máximo a fração da diferença devida à questão racial, pesquisadores do IPEA realizaram uma análise baseada no modelo logit⁴, com controles para escolaridade, idade, rendimento e região geográfica.

Tabela 5

⁴ Os modelos logit têm como objetivo estimar a probabilidade de ocorrência de um determinado evento (no caso, a realização de exames), isolando-se os efeitos de uma série de variáveis, como, por exemplo, idade, região, escolaridade e nível de renda. Neste caso, a variável dependente (ou seja, a ser explicada) é uma variável binária, que pode assumir um de dois valores possíveis; na nossa análise, ter feito ou não alguns exames específicos.

Diferenças observadas e controladas nas proporções entre brancas e negras que realizaram exames de mamografia, colo de útero e clínico de mamas

(Em pontos percentuais)

Diferencial/exames	Mamografia	Exame de Colo de Útero	Exame Clínico de Mamas
Observado	16,9	8,8	17,2
Controlado	8,7	6,2	8,6

Fonte: IBGE/Pnad microdados – 2003

Elaboração: Ipea/Disoc.

O que os dados controlados mostraram é que as disparidades se mantiveram, o que pode indicar que, se as categorias alvo do controle não foram suficientes para justificar as diferenças entre brancas e negras, é porque a raça pode estar ocupando um papel decisivo nestas diferenças de atendimento no sistema de saúde. Ou seja, se renda, idade e região não explicam, talvez o racismo explique. Na tabela 5, ficam evidentes estas disparidades entre brancas e negras nos exames de *Mamografia*, *Colo de Útero* e, principalmente, *Mama*.

1.2.3 Educação

A educação é possivelmente o fator de maior importância para a análise proposta nesta pesquisa, isto porque é fator decisivo para a mobilidade social, e também para os outros âmbitos que foram analisados anteriormente, como trabalho e saúde. Quem possui educação de qualidade, acaba por demandar melhores serviços do Estado, e também fortalece redes sociais que geram um ciclo virtuoso de crescimento econômico e social.

Por outro lado, as conseqüências da discriminação racial na educação é uma das mais prejudiciais para todos os outros aspectos da vida, principalmente porque condiciona comportamentos e práticas de subalternidade nos indivíduos oprimidos. Neste sentido, a universalização da educação não é capaz de eliminar os problemas da discriminação racial nas escolas.

Hoje, o acesso ao ensino fundamental encontra-se essencialmente universalizado tanto para negros como para brancos, excetuando-se aí o caso dos deficientes físicos, principalmente aqueles mais pobres, que muitas vezes não conseguem matricular seus filhos em escolas públicas. Por outro lado, os indicadores de permanência mostram que as crianças negras tendem a apresentar maiores taxas de evasão escolar que as brancas. A baixa qualidade do ensino e os mecanismos falhos de avaliação fazem com que a frequência a uma escola não se transforme em conhecimento, já que os estudantes se encontram desmotivados pela falta de perspectivas, pelo ambiente escolar precário e pelos professores também desmotivados.

A taxa de atendimento não é o melhor indicador do acesso e qualidade do ensino, já que a matrícula não reflete toda a sorte de possibilidades e limitações da educação. Neste momento, surge o conceito de taxa líquida de matrícula, que é definida como a porcentagem de meninos e meninas freqüentando escola no *nível adequado*.⁵

A análise do IPEA que trata das taxas líquidas⁶, definiu os níveis: i) educação infantil; ii) o primeiro ciclo do fundamental, definido como as primeiras quatro séries deste nível de ensino; iii) o segundo ciclo do fundamental, definido como as séries cinco a oito deste nível de ensino; iv) ensino médio; e v) ensino superior.

Os dois painéis do gráfico 1 mostram essas taxas para a educação infantil e para o primeiro ciclo do ensino fundamental. O painel 1 do gráfico 2 mostra que para o ensino infantil as diferenças vem se reduzindo progressivamente. Vale lembrar que a metodologia de reprovação não se adequa ao ensino infantil. Por outro lado, quando analiso o primeiro ciclo do ensino fundamental (painel 2 do gráfico 2), percebo que as diferenças caíram bastante ao longo dos últimos anos, mas, ainda assim, permanecem constantes nos últimos três anos. O fato é que para as crianças entre sete e dez anos, o processo de universalização do ensino fundamental fez convergir as taxas de estudantes negros e brancos, com um aumento notável na taxa líquida de matrícula entre negros, principalmente entre 1995 e 1999, mas mesmo assim permanecem constantes em quatro pontos percentuais.

Gráfico 2

⁵ Para a educação infantil, em que não há repetência, as taxas líquida e bruta são iguais. No entanto, já no primeiro ciclo do fundamental a repetência começa a reduzir substancialmente as taxas líquidas ao mesmo tempo em que amplia as taxas brutas.

A consequência é que estas, para a população negra, chegam a 137% para o primeiro ciclo do fundamental, 113% para o segundo ciclo (lembrando que a taxa líquida é 68%), 81% para o médio e 13% para o ensino superior. Já no caso dos brancos, as taxas são 120% e 117% para o primeiro e segundo ciclo do fundamental, 98% para o ensino médio e 31% para o ensino superior.

⁶ políticas sociais – acompanhamento e análise | 13 | edição especial. Pg. 281 a 294.

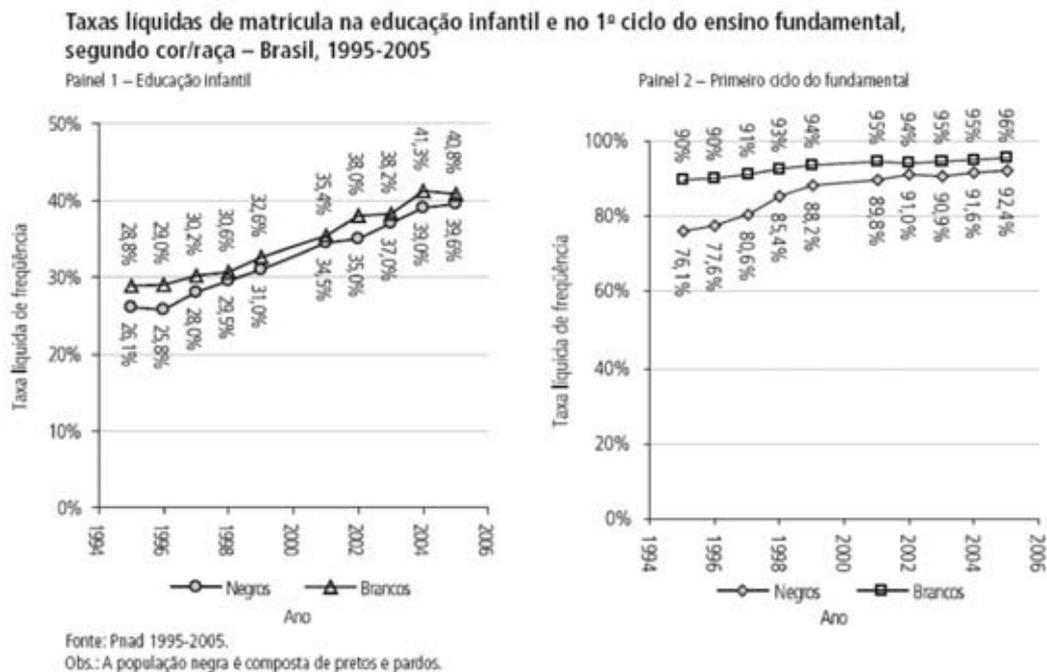
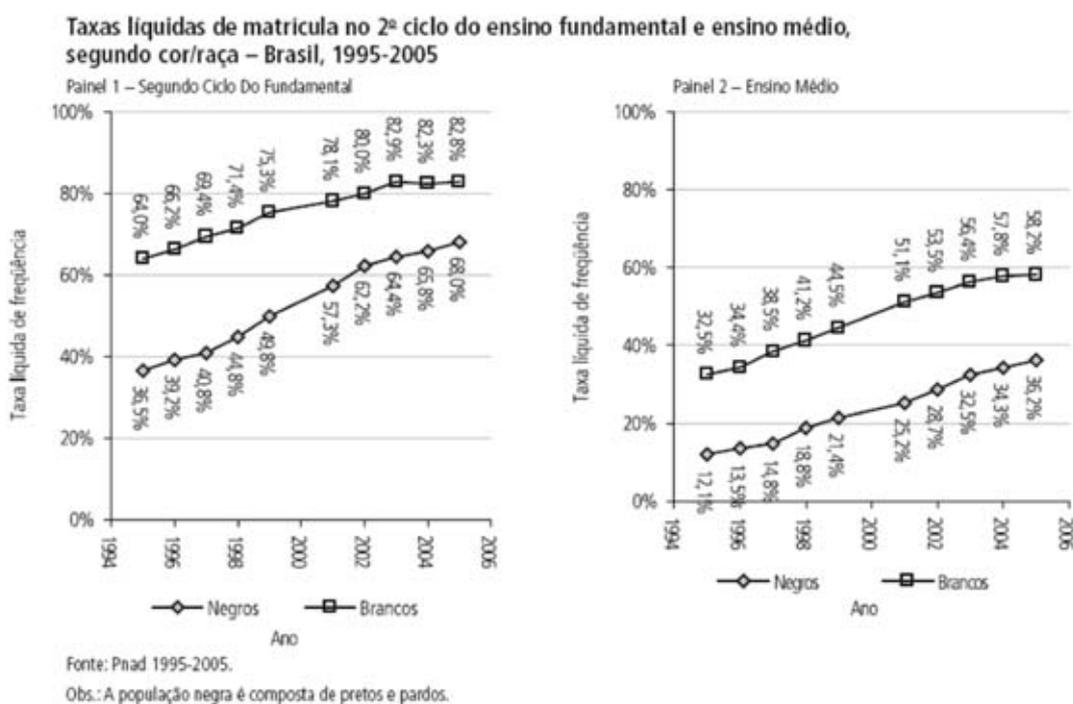


Gráfico 3



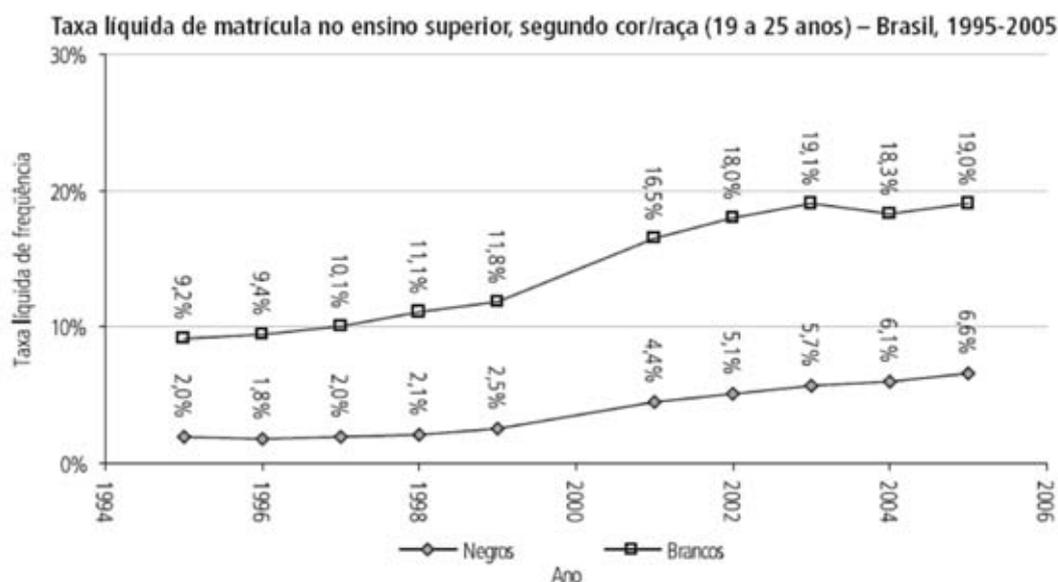
O gráfico 3 mostra as taxas líquidas de matrícula no segundo ciclo do ensino fundamental e no ensino médio. A partir deste momento (ver painel 1) começa a operar o processo de exclusão dos negros ao acesso à educação. Em 2005, a taxa líquida de matrícula entre jovens negros e

negras era de 68%. Isto significa que um grande contingente havia sido deixado pra trás (32%), seja por desistência ou por ficarem estagnados no primeiro ciclo do ensino fundamental. A conclusão que é possível obter destes dados é a seguinte: se mesmo o ensino universalizado não consegue eliminar as desigualdades raciais, então é mais difícil ainda esperar que serviços que ainda estão distantes da universalização possam naturalmente reduzir estas disparidades, como é o caso do ensino superior. No caso do ensino médio (ver painel 2 do gráfico 3) a diferença entre brancos e negros permanece estável em torno de vinte pontos percentuais durante esta década.

Nível superior

O gráfico 4 mostra o ingresso no nível superior. Aqui surgem novas barreiras, o vestibular (no caso das públicas) e a mensalidade (no caso das instituições privadas). Neste sentido, ao longo da última década, mesmo que o ensino superior tenha expandido suas matrículas em todo o país ao ampliar sua oferta tanto para negros quanto para brancos, as desigualdades ainda permaneceram constantes. Desde o ano 2000, a desigualdade variou em uma média de 12,6 pontos percentuais, não tendo sido alterada em nenhum dos anos em mais ou menos um ponto percentual. A metáfora que o gráfico 4 representa é a de duas retas paralelas que parecem nunca se encontrar.

Gráfico 4



Fonte: Pnad 1995-2005.

Obs.: A população negra é composta de pretos e pardos.

1.3 Raças e Classes, tensões no pensamento político contemporâneo.

1.3.1 As relações sociais de trabalho no capitalismo - para além do viés econômico.

Os estudos marxistas impuseram uma concepção de mundo a partir do viés econômico. Neste sentido, foram excluídos diversos fatores de coerção sobre os trabalhadores que estão relacionados aos problemas raciais. Em *Black Marxism - The Making of the Black Radical Tradition*, Cedric Robinson busca as origens do racismo no pensamento marxista e acaba ultrapassando o próprio sistema capitalista em suas evidências. O autor percebe na formação tanto do capitalismo quanto nos movimentos de resistência à exploração da classe trabalhadora, o conteúdo de diferenciação racial, o que se refletiria na exclusão do fator raça, de uma forma não apenas prospectiva (excluir o debate para acabar com o problema), mas também como reflexo de uma cultura trabalhista e socialista racialmente excludente.

Para Guimarães (2002 : 10), o preconceito racial só possui sentido se ele resulta em posições de classe. E o fato de que as desigualdades persistam no interior de uma mesma classe é o modo lógico mais claro de demonstrar a atuação do componente tipicamente racial na geração dessas desigualdades. Interpretando esta visão, é possível perceber que o racismo não apenas faz sentido se resultar em posições de classe. Isto porque ele é capaz de gerar também posições dentro das classes sociais, e que não necessariamente estão relacionadas à exploração econômica, mas aos diversos fatores que influenciam as condições de vida e de violência simbólica dentro das classes sociais.

1.3.2 Classe social no Brasil

Para Guimarães (idem, pg.14), o conceito de classe social no Brasil surgiu dentro de uma disputa entre a antropologia e a sociologia. A primeira tratava o conceito de maneira descritiva, ou seja, relacionada aos estudos de comunidade, e a segunda reivindicava um tratamento explicativo para os fenômenos sociais, que seriam os estudos histórico-estruturais da sociologia, e daí seria possível conhecer a origem, estrutura e a dinâmica das sociedades de classes.

Com o fortalecimento da corrente sociológica e da consolidação das economias industriais ao longo do século XX, as relações sociais determinadas pelo processo de industrialização passaram a explicar diversos fenômenos no Brasil e no mundo. A busca pelo desenvolvimento e

o fortalecimento do socialismo geraram uma expectativa de que as classes sociais poderiam adquirir consciência da sua condição (de classe) para assumir seu papel histórico (GUIMARÃES, 2002 : 16). Ao buscar os agentes do processo de industrialização, a sociologia brasileira se deparou com o papel preponderante do Estado que acabou por ocupar a posição de sujeito das transformações do desenvolvimentismo capitalista, deixando de lado o papel dos atores sociais autônomos, ou não.

Outros estudos buscaram uma vertente culturalista para analisar o Brasil (FREYRE, 1969; HOLANDA, 1936; FAORO, 1958). Nestas análises, as classes sociais foram colocadas em segundo plano em prol da busca de um *ethos* nacional. Neste sentido, o Estado foi colocado em primeiro plano a partir de seu viés patrimonialista, nacionalista, populista e autoritário. Posteriormente, apenas quando se percebeu que não haveria a consecução de uma revolução burguesa no Brasil (FERNANDES, 1974) é que se buscou analisar outros sujeitos políticos que não apenas a burguesia.

Para Guimarães, (2002: 20) os estudos sobre a classe trabalhadora realizados antes do golpe de 1964 foram fortemente marcados por um viés sociológico estruturante, onde se buscava o potencial político daqueles trabalhadores, algo que foi solapado com o golpe militar. Segundo o autor, na década de 70, estes estudos foram retomados no ritmo da resistência à ditadura, mas a partir daí, buscavam reinterpretar criticamente a relação entre a classe trabalhadora e o sindicalismo.

O que se buscava neste momento era uma explicação teórica para as limitações deste grupo como sujeito da história. O que surgiu de mais profícuo neste momento foi a constatação quase generalizada de que a mudança social não viria do combate entre dois Estados Nação, como se depreendia da ideologia nacional-desenvolvimentista, mas sim que poderia surgir da luta de classes, como pregava o marxismo clássico. Neste momento também surgiram com bastante vigor os conceitos de Gramsci, Poulantzas e Althusser, como guerra de posições, categorias sociais, bloco histórico, hegemonia, frações de classe e tantos outros.

Ainda em Guimarães (2002 : 29-30), os estudos sobre a classe operária no Brasil se dividiram em quatro vertentes:

- Estudos sobre o sindicalismo, baseados em uma perspectiva de representação política e estrutural das classes;

- Estudos de valores e atitudes da classe operária, que percebiam as classes como associações e não como comunidades, e a identidade surgiria das características de sociabilidade de seus membros;
- Estudos do processo de trabalho e de seu cotidiano. Neste momento, as classes foram vistas como determinadas pelo mundo da produção e a organização política como espaços para tutela estatal ou corporativista;
- Estudos de cidadania, que partiram da hipótese de que os indivíduos realizavam e atualizavam direitos civis de natureza coletiva.

Como fica possível depreender destas categorias criadas por Guimarães (idem: 37), a teoria de classes no Brasil acabou por acumular alguns vícios que a tornaram uma simples análise abstrata de categorias reificadas.

O sistema político por outro lado, se tornou mais acessível à representação dos interesses dos indivíduos, que não necessariamente poderiam ser classificados como interesses de classes. Quando muito, poderiam ser vistos como interesses corporativos. Além disso, as camadas subalternizadas da sociedade também ganharam espaço para apresentar algumas de suas demandas, o que amplia sua importância para a análise sociológica e política.

Neste sentido, é preciso desvincular um conceito de classe descritivo, ou seja, que parte da análise da estrutura hierárquica, associada aos bens econômicos, culturais e privilégios, de um conceito teórico de classes que possa representar sociologicamente uma sociedade. Por conseguinte, em países como o Brasil, com forte discriminação racial, uma visão descritiva da sociedade pode erroneamente apontar o racismo como um problema de classe, já que ele implica em desigualdades sociais. Sobre isto, Robinson (1983) aprofunda o debate ao buscar as origens da variável raça conforme conhecemos na história contemporânea e relacionar o desenvolvimento deste conceito ao surgimento do capitalismo e posteriormente do movimento socialista.

1.3.3 Raça e classe no Brasil e no mundo, origens do pensamento socialista e o marxismo negro de Cedric Robinson

Afim de aprofundar a análise sobre as tensões do pensamento marxista, buscarei analisar o impacto do livro *Black Marxism: The Making of the Black Radical Tradition*, em contraponto com outros autores, como Florestan Fernandes, para a reflexão política contemporânea sobre o marxismo e sobre as origens do pensamento racista no mundo ocidental. A proposta de

Robinson é articular os conceitos de raça e classe dentro da perspectiva histórica do ocidente. Para isto, o autor analisa a história da formação do continente europeu e de suas classes trabalhadoras, e mostra o quanto de conteúdo racial esteve presente na formação daquele continente e de seu pensamento, desde o surgimento das primeiras aglomerações urbanas no fim do primeiro milênio cristão, até a modernidade, passando pelos movimentos políticos da época feudal e o surgimento do comércio e do capitalismo global na idade moderna.

A proposta de retomar alguns conceitos deste autor é desmistificar uma visão equivocada que aponta o racismo como um fenômeno com origens na modernidade e que está diretamente focado na negritude e na africanidade. Neste sentido, Robinson inova ao trazer o conceito de racismo focado no caráter étnico, também incidindo sobre grupos como os irlandeses e eslavos (nome este que inclusive dá origem à expressão escravo). Assim, é importante perceber o processo em que o racismo muda seu foco, ao transitar da perspectiva da origem étnica ou nacional para a raça como é vista hoje, ou seja, um construto sócio-político que remete a um traço fenotípico e uma origem étnico-racial relacionada à negritude. Em relação a este construto sócio-político, Segato (2005) afirma:

“ [...] Da mesma forma, a afro-descendência não é, no Brasil, exclusividade das pessoas negras. [...] Numa sociedade destas características, ser negro significa exibir os traços que lembram e remetem à derrota histórica dos povos africanos perante os exércitos coloniais e sua posterior escravização. De modo que alguém pode ser negro e não fazer diretamente parte dessa história – isto é, não ser descendente de ancestrais apreendidos e escravizados –, mas o significante negro que exibe será sumariamente lido no contexto dessa história. (SEGATO, 2005: 4)

Com relação ao continente europeu, este processo de construção de uma identidade racial moderna está relacionado ao surgimento do sentimento de pertencimento à Europa quando ela inicia um processo de fechamento identitário e formação de Estados-Nação, para em seguida partir em busca da colonização de países africanos, asiáticos e americanos. Assim, Robinson (1983) defende que a partir do momento em que a Europa busca criar e valorizar sua identidade como continente, ocorre um processo onde o racismo transita de dentro das fronteiras do continente europeu para fazer vítimas no continente africano, asiático e suas respectivas diásporas localizadas.

Outrossim, o que o autor defende é que o modelo de opressão baseado na idéia de raça já havia sido criado antes dos movimentos colonizadores, e antes do capitalismo e do socialismo. Este fenômeno da transição do modo de opressão racista ficará evidenciado nos processos de branqueamento pelos quais passaram os povos eslavos e irlandeses, ao longo dos séculos XIX e XX. Se antes estes povos eram os escravos da Europa, agora eles passavam a ser incluídos no sentimento de pertencimento àquela coletividade que agora explorava outros povos, e para isto se tornavam brancos, assim como os outros que antes os discriminavam.

Socialismo vs Marxismo

O socialismo, para o autor, seria um rearranjo das relações humanas que produziria responsabilidade compartilhada e autoridade sobre os meios de reprodução social. (Robinson, 1983: 97). Já o marxismo, que poderia ter uma tradição baseada em Marx, Engels e Lênin, foi uma tradição de estudos baseada na análise da expropriação capitalista do trabalho. Assim, era o reconhecimento dos sistemas de exploração de produção capitalista e a inevitabilidade da luta de classes.

Para Robinson (idem: 102), em seu substrato epistemológico o marxismo seria uma construção ocidental, uma conceituação das relações humanas e seu desenvolvimento histórico que emergiu da Europa, mediado por sua cultura, civilização e ordem social. Com isso, segundo Robinson (idem: 156), o historicismo materialista do socialismo, feito por Marx, estava errado. A natureza do marxismo é um construto filosófico ideológico, uma interpretação da história do pensamento socialista que se fixou em uma das variantes da tradução que foi uma resposta aos fracassos da metade do séc. XIX. Isto tudo, combinado com a crença persistente do materialismo marxista, em uma ciência positiva, faz com que a crítica ao modo capitalista de produção recortasse a história do socialismo. A meta desta postura era nítida: tentar mostrar que a origem do pensamento socialista estava no proletariado, quando na verdade estava nas classes médias. Neste sentido, o proletariado era apenas um possível instrumento de renovação a ser utilizado pelas classes médias ilustradas.

A diferença que aparece aqui, e que é central para compreender o pano de fundo dos conflitos entre raças e classes é sobre a diferença entre socialismo e marxismo, já que o primeiro surgiu como uma ferramenta da burguesia para aprofundar sua crítica ao modelo feudal. Neste sentido, a crítica à propriedade privada, que se consolidou com a revolução francesa, não estava voltada contra a indústria em si, mas apenas contra os abusos da propriedade. Não havia uma

orientação econômica presente naquele momento, mas apenas uma tentativa de regeneração moral dos seres humanos.

Para Robinson, diferenciar Socialismo de Marxismo é fundamental no sentido que evidencia o sujeito histórico em cada um dos processos, pois quando se fala em Socialismo, o que havia era uma tentativa de enaltecer as virtudes da propriedade privada (burguesia incipiente do feudalismo) contra os abusos da propriedade (sistema feudal). Para o autor, o socialismo precedente ao marxismo era uma tentativa das classes ilustradas das sociedades européias em protestar contra a opressão do regime feudal e, posteriormente, contra o poder do absolutismo, que buscavam respectivamente, impor o privilégio das castas aristocráticas e da igreja, e o poder absoluto do príncipe (Idem: 207).

Isto denuncia os pilares burgueses que constituíram socialismo, e isto é algo que os marxistas jamais aceitaram. O cenário traçado por Marx era generalista demais, ao deixar de lado toda a complexidade em termos de realidade histórica, social e racial.

As Slavs become the natural slaves, the racially inferior stock for domination and exploitation during the early Middle Ages, as the Tartars came to occupy a similar position in the Italian cities of the late Middle Ages, so at the systemic interlocking of capitalism in the sixteenth century, the peoples of the Third World began to fill this expanding category of a civilization reproduced by capitalism. (ROBINSON, 1983:26)

Unificação identitária e racismo

As desilusões com a cidadania medieval levaram a Inglaterra a uma situação limítrofe, pois na sua vida doméstica mantinha os privilégios de certos grupos e, internacionalmente, se colocava como o motor do capitalismo ao agir de maneira competitiva e guiada pela lógica do mercado. A noção feudal de patrimônio compartilhado ruiu, mesmo tendo persistido por cinco séculos. Neste sentido, a raça passou a ser o principal critério de escalonamento dos indivíduos dentro de uma sociedade, o que ocorreu a partir do século XVII.

Este foi o momento de unificação identitária pelo qual a Europa passou, um movimento de fechamento e racionalização da dominação e exploração, e que excluiu eslavos, judeus e irlandeses. Neste momento, a visão de raça transita das suas diversas escalas para uma unificação em torno da identidade européia. Posteriormente, a transição passa da relação de pertencimento

étnico nacional para uma relação nítida de base racial. Este é o momento do colonialismo e da exploração do continente americano a partir do trabalho escravo negro.

Para Robinson (1983:27), no séc. XVIII se inicia uma empreitada dos ideólogos da burguesia que reforça a idéia de heroísmo da raça germânica em autores como: John Adams, Thomas Jefferson, Hegel, Montesquieu, dentre outros. O racismo, em seus moldes, não se deteve a defender a superioridade de brancos sobre outros povos, mas buscou hierarquizar os próprios ao criar o mito da superioridade ariana.

O surgimento do nacionalismo foi uma consequência direta da necessidade da classe dominante em impor ao proletariado sua competição com a burguesia de outros países, ou seja, para justificar uma concorrência predatória com o capital internacional a burguesia mobiliza toda a sociedade em torno de um mito nacional.

A cultura ocidental, constituindo a estrutura pela qual a consciência européia foi apropriada, a base sobre a qual as identidades sociais e percepções foram criadas no passado, transmitiu um racismo que se adaptou às exigências políticas e materiais do presente. Desde os primórdios da civilização ocidental, ou seja, o início da urbanização, ao final do primeiro milênio cristão, a integração dos imigrantes germânicos com os antigos povos europeus resultaria em uma ordem social de dominação da qual surgiu uma teoria racial. Desta teoria, as nobrezas medievais poderiam se inserir e justificar seu poder a partir destas histórias de ficção, impondo assim distintas origens sociais para dominantes e dominados.

A conclusão de Robinson sobre isto é que a extensão deste processo de exploração para os povos não europeus surgiu a partir de alguns extratos do feudalismo e posteriormente foi assumido pela burguesia com a mesma estrutura de dominação. Posteriormente, no século XVII, o capital mercantil inglês incorporou a mão de obra escrava africana nos mesmos moldes do que já havia feito com os irlandeses (ROBINSON, 1983: 53-4).

Ignorar estes detalhes pode fazer com que o pesquisador do racismo caia em armadilhas, como é acreditar que os símbolos negativos e a-historicizados atribuídos a pessoas negras sejam oriundos de uma psicologia de massa negativa, ou que o racismo seja uma consequência lógica e empírica da exploração escravista que levou a uma racionalização da superioridade racial. Como se percebe, ambos os exemplos representam uma incapacidade de perceber a ação racista nas origens da sociedade ocidental como mecanismo adjacente a todas as formas de dominação, além de ser uma chave para a compreensão de como o racismo consegue se recriar em diversos

ambientes econômicos (dando a ver a sua a-historicização, algo que no capítulo 2 será explorado de maneira adequada por meio do conceito de violência simbólica).

Racismo

Neste sentido, Robinson situa as bases do pensamento racista nos primórdios da civilização ocidental, já que a integração dos imigrantes germânicos com os antigos povos europeus resultaria em uma ordem social de dominação da qual surgiu esta teoria racial. A partir disso, as nobrezas medievais puderam se inserir e justificar seu poder ao impor distintas origens sociais para dominantes e dominados, algo que estava representado pelos mitos de fundação de alguma suposta *europiedade*, que reforçava valores de exclusão e superioridade racial, tanto ariana quanto anglo-saxã (idem: 283).

A extensão deste processo de exploração para os povos não europeus surgiu a partir de alguns extratos do feudalismo e, em função disso, foi assumido pela burguesia com a mesma estrutura de dominação. Posteriormente, no século XVII, o capital mercantil inglês incorporou a mão de obra escrava africana nos mesmos moldes do que já havia feito com os Irlandeses.

Quando se trata do colonialismo nas Américas, principalmente nos países em que a colonização teve um modelo exploratório, em contraponto ao modelo de povoamento, o cenário sugere o incentivo ao surgimento de elites locais fragmentadas pela cor da pele, em um cenário que vai de encontro às leituras baseadas no pensamento de Gilberto Freyre. Assim, o que ocorreu foi a criação de uma política de cooperação com os grupos locais baseada na idéia de distribuição de favores em função da miscigenação, o que fragmentava os grupos locais ao gerar uma competição entre eles baseada em suas gradações de cor.

“Where whites are mainly sojourning rulers, their number are usually relatively small. Ordinarily “home” is in Europe or America. [...] The white man’s principal need is not a home but a satisfied and exploitable people to develop the resources of the country. This ruling class adopts a policy of “cooperation”; and other things being equal, favors are distributed to the mixed-bloods on the basis of their apparent degrees of whiteness among the people of color. Degrees of color tend to become a determinant of status in a continuous social-class gradient, with whites at its upper reaches... the lighter the complexion, the greater the economic and social opportunities.” (COX, 1970: 360)

Com o fim da escravidão no Brasil e o incentivo à imigração europeia, que objetivava construir uma massa proletariada para a industrialização do país, se argumentou que a justificativa não seria apenas de uma política de branqueamento da nação. Outro argumento que surgiu diz respeito à relutância da população negra em aceitar que a sua condição de escravos, em um momento posterior à abolição, fosse convertida em sua proletarização. Neste sentido, seja de maneira deliberada ou não, houve uma espécie de boicote ao modelo civilizatório que foi imposto.

Para Florestan Fernandes, ao se perceberem livres, os negros queriam ser tratados como seres humanos, ou como aquelas pessoas que eles viam como sendo donas de seu destino. A atitude e comportamento dos ex-escravos, que consideravam sua liberdade ilimitada irritou os empregadores brancos, o que para o autor significou a não adaptação por parte dos negros ao modelo econômico imposto (FERNANDES, 1965: 223).

O cenário que se configurou ao longo do século XX foi, por um lado, marcado pela divisão constante entre os grupos raciais que constituíam o país, e por outro, pelo incentivo por parte do Estado de um sentimento de pertencimento a uma nação, e da não existência de raças em prol da unidade nacional. O momento mais nítido deste processo se dá ao longo da ditadura, com a repressão aos movimentos negros, e posteriormente, na década de 90, após o crescimento das demandas negras por ações afirmativas, o que resultará em uma movimentação de setores da academia brasileira para reascender o mito da democracia racial, que será abordado no capítulo 2.

1.4 Raça e Política – Entre a assimilação e a exclusão

A abordagem da ciência política brasileira sobre as relações entre raça e política está relacionada aos desdobramentos de algumas perguntas principais que estão elaboradas há bastante tempo no pensamento e militância de Abdias Nascimento⁷, e que também foram formuladas nas últimas quatro décadas por autores como Bolívar Lamounier (1968) e Amaury Sousa (1971).

É possível pensar em três questionamentos colocados sobre a teoria política na relação entre raça e política:

⁷ Abdias Nascimento é um político, intelectual e ativista político da causa negra. Ele se engajou na Frente Negra Brasileira – FNB, na década de 30, e posteriormente fundou o Teatro Experimental do Negro, ao longo da década de 90, foi Deputado Federal (1983-87) e Senador da República (1991, 1996-99) pelo Estado do Rio de Janeiro, como Senador, ocupou vaga deixada pelo falecido Senador Darcy Ribeiro. Também escreveu vários livros, dentre eles: “Orixás”, “Drama para Negros e Prólogo para Brancos”, “Sortilégio”, “O Negro Revoltado, Sitiado em Lagos”.

1º Negros(as) e brancos(as) têm comportamentos políticos diferenciados, baseados nas suas perspectivas diferenciadas;

2º Há solidariedade e sentimento de pertencimento baseado na raça;

3º Como opera o sistema político para excluir e desmobilizar o potencial de mobilização negra.

Na opinião de Bolívar Lamounier, a ausência do conflito racial na agenda de debates é fato constante da vida republicana brasileira e se mantém nos anos recentes pós-democratização. Para ele, o Estado brasileiro tem sido capaz de gerar símbolos de integração e incorporação dos negros que são suficientes para contrabalançar as tensões oriundas do racismo. Além disso, o Estado tem sido vitorioso na tarefa de abortar no nascedouro as tensões raciais, principalmente por meio da cooptação das lideranças negras emergentes.

Voto negro

Ao longo da última década, pesquisas⁸ discutiram ou apontaram um padrão de similaridade entre votos de negros (alguns momentos tratados como pretos e pardos e em outros momentos tratados como pretos e “mulatos”) em contraposição aos votos de brancos. Estes trabalhos são responsáveis por um acúmulo da ciência política brasileira no que tange ao debate sobre raça e política e demonstram um comportamento político da população negra mais alinhado com a perspectiva política nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas, que durante o Estado Novo conseguiu implementar políticas de cunho social. Isso resultou em uma consolidação desta tradição trabalhista entre as preferências da população negra nas grandes capitais (Berquó & Alencastro, 1992).

Souza (1971:68), ao analisar resultados de pesquisas de opinião realizadas no Rio de Janeiro entre agosto e setembro de 1960, concluiu que a maioria dos negros, independentemente de sua classe social, era petebista, enquanto a maioria dos brancos, udenista. Estes resultados corroboram a tese de Gilberto Freyre de que a população negra, após o desaparecimento da escravidão e da monarquia, acabou ficando sem nenhum enclave de proteção social, como a que era exercida pelo imperador “honesto e paternalista” ou pelo “autocrata da casa grande” (FREYRE, 1956: 46, APUD, GUIMARÃES, 2002: 81).

Após o fim da escravidão e posteriormente, da monarquia, a Primeira República, dominada pela fração de classe do grande capital cafeeiro (Perissinotto, 1994), não soube atender os interesses da população negra que fora abandonada pelo regime pós-escravista e, além disso,

⁸ Souza, 1971; Lamounier, 1968; Soares & Silva, 1985; Berquó & Alencastro, 1992; Castro, 1993; Prandi, 1996.

investiu fortemente na mão-de-obra européia, o que acirrou a exclusão racial nas cidades e o preconceito contra tudo aquilo que remetia ao sistema escravocrata, ou seja, negros e/ou nordestinos. Este cenário de opressão racial sustentada pelo sistema político mobilizou os ânimos da comunidade negra, e acabou se refletindo no processo de antecipação de conquistas do período varguista, com a implementação de diversas políticas de cunho social, que vieram atender a população negra e nordestina no que tange a sua inclusão na sociedade de classes.⁹

1.4.1 Mobilização política negra no Brasil – tensões, limites e perspectivas.

Durante a era republicana, a primeira organização negra a pleitear espaço no campo político foi a Frente Negra Brasileira - FNB, surgida em São Paulo, nos anos 30. Neste período, se fortalecia a percepção de que a segunda grande leva migratória que se passou nas primeiras décadas do século XX havia trazido mais desigualdade para o Brasil, já que estes imigrantes europeus acabaram por ocupar os melhores postos de trabalho no mercado brasileiro, e, livres da discriminação racial, puderam prosperar livremente e ascender social e economicamente. Por outro lado, a FNB era refém de vários estereótipos negativos relacionados aos negros e negras. O reflexo disso em sua ação política era a busca permanente por elevar o padrão ético e cultural da comunidade negra do Brasil, que era vista como aculturada e incapaz de participar ativamente da sociedade de classes.

Além disso, o discurso da FNB assumiu também um caráter nacionalista e, por vezes, quase xenófobo, contra os novos imigrantes, e ao assumir a valorização da mestiçagem como valor de nacionalidade. Posteriormente, Guerreiro Ramos (década de 50) iria trabalhar o nacionalismo a partir de uma outra possibilidade, ou seja, ele atribuiria a negritude como característica do povo brasileiro, fazendo com que a aceitação da negritude fosse um pré-requisito para ostentar a brasilidade.

Desde o surgimento do Teatro Experimental do Negro - TEN¹⁰, em 1944, já existiam críticas sobre a postura do movimento negro relacionadas a tensões com o pensamento marxista. Estas críticas relacionavam o pensamento do TEN com idéias de classe média, desvinculadas do proletariado, principalmente em virtude da dimensão culturalista fortemente arraigada aos

⁹ Ao comparar negros e nordestinos, não busco omitir o fato de que ambas as categorias se entrecruzem, já que o nordeste possuía naquele tempo o maior contingente negro do país. A intenção aqui é discutir categorias nativas de raça (no caso, negros) e categorias explicativas ou teleológicas (nordestinos).

¹⁰ Também participou do grupo fundador: Aguinaldo Camargo, Sebastião Rodrigues Alves, Tibério Wilson, José Herbel, Teodorico dos Santos, Aranda Serafim, Marina Gonçalves, e logo depois vieram Ruth de Souza, Claudiano Filho, Haroldo Costa, Léa Garcia, José Maria Monteiro, José Silva, e muitos outros” (Nascimento, 1980: 126).

movimentos negros. Aquele pensamento marxista, com um viés fortemente pragmático, acreditava que a militância negra deveria ser colocada a reboque da luta de classes, argumento comum até os dias atuais. Assim sendo, a vertente culturalista do movimento negro brasileiro representaria um empecilho para esta assimilação dos negros à luta de classes.

Contudo, o pensamento do TEN rompia com o integracionismo da Frente Negra Brasileira e buscava reivindicar a diferença e os valores culturais e simbólicos da herança africana.

O TEN continuava a tradição de protesto e organização político-social [das décadas anteriores], mas integrava a essa dimensão a reivindicação da diferença: o negro não procurava apenas integrar-se à sociedade “branca” dominante, assumindo como sua aquela bagagem cultural européia que se impunha como “universal”. Ao contrário, o TEN reivindicava o reconhecimento do valor civilizatório da herança africana e da personalidade afro-brasileira. Assumia e trabalhava a sua identidade específica, exigindo que a diferença deixasse de ser transformada em desigualdade (Nascimento e Nascimento, 2000: 206-207).

O equívoco do pensamento marxista brasileiro seria o de acreditar que a perspectiva política socialista estaria despida de valores étnicos e de preconceitos contra os negros e negras. Certamente, a construção de valores e perspectivas políticas marxistas estava atrelada àquela série de valores e padrões de exclusão da classe trabalhista inglesa e de maneira geral, do ocidente colonizador, como já foi evidenciado pelo pensamento de Cedric Robinson (1983) e agora pelo de Abdias Nascimento e Elisa Larkin Nascimento. Por fim, o discurso de integração de negros e negras à modernidade luso-brasileira ia de encontro aos interesses da comunidade negra já que colocava como pré-requisito para a sua aceitação, a desvinculação do grupo de seus valores simbólicos, tão importantes para a luta política, como veremos no próximo capítulo com o pensamento de Bourdieu.

Somente na década de 50 é que os argumentos que colocavam a militância negra em oposição à intelectualidade brasileira são contrapostos pelo pensamento de Oracy Nogueira, Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos, que vão mostrar de dentro da academia que as barreiras de raça estavam presentes dentro e fora das classes sociais. Por trás destes conflitos estava a tradicional negação dos negros como agência política típica do pensamento marxista, presente

tanto no tratamento dado por Marx à escravidão (como agente meramente pré-capitalista), quanto no pensamento dos marxistas brasileiros, que negavam a idéia de raça como forma de invisibilizar uma diferença que para eles não representava uma questão política, mas sim um resquício da escravidão.

Por outro lado, o pensamento político da militância negra atuou de maneira contraditória, principalmente quando negava a postura culturalista de alguns intelectuais e aceitava a postura anti-racialista de outros, como Gilberto Freyre que defendia violentamente a mestiçagem como forma de se conduzir a criação da identidade nacional. Para Guimarães (2002: 95), a postura de intelectuais como Guerreiro Ramos, Correia Leite e Abdias Nascimento se justifica em virtude dos conflitos que estavam em campo naquele período:

No plano da identidade nacional, tratava-se de definir o negro como uma não minoria estrangeira – tal como fazia o mainstream da intelectualidade paulista -, mas como maioria, como o povo. Mas, tal postura, por outro lado, pressupunha o negro como categoria no plano político, o que não era reconhecido pelo mainstream da intelectualidade nordestina, que via o negro como categoria apenas no plano da cultura, enquanto objeto de estudo. Mas, apesar dessas diferenças marcantes, na disputa entre aqueles que pensavam o Brasil como mestiço e aqueles que o viam como branco, a simpatia dos negros tendia para os primeiros (GUIMARÃES, Idem).

1.4.2 Apaziguando questões ou recriando conflitos?

A tese de Florestan Fernandes marcou época na década de 60 sobre o papel de negros e negras na luta socialista. Para este autor, a luta negra seria o processo final da revolução burguesa que havia sido deixado inacabado no Brasil. Esta tese representaria uma renovação na linha política dos movimentos negros no Brasil, já que agora os negros não estariam procurando apenas sua adaptação e integração na sociedade brasileira, mas sim buscariam reconstruir os pilares desta sociedade (em outras palavras, romper com a ordem de privilégios patrimonialistas) que até o momento rejeitava a inserção do negro na sociedade de classes e assumia sua presença apenas como inserção subalternizada no sistema produtivo através da exploração do seu trabalho.

Entretanto, o surgimento do movimento pelos direitos civis nos EUA e o processo de descolonização africana articularam solidariedades pan-africanistas que, na década de 70, acabaram por fragilizar a parceria entre o movimento negro e o movimento socialista viabilizando novas afinidades e o fortalecimento das demandas anti-racistas diante de uma onda socialista que já começava a dar sinais de fraqueza teórica e prática. Em função disso, ganha fôlego no Brasil uma visão de mundo afrocentrada, com influências americanas e de pensadores pan-africanistas.

A proposta de Abdias era forjar uma perspectiva simbólica e um mito fundador, baseado numa origem comum dos povos africanos e da diáspora e atrelar isto ao pensamento socialista no sentido de que a libertação do povo negro das amarras do racismo seria a emancipação dos brasileiros da exploração capitalista, já que no Brasil os negros não eram minoria, mas sim a grande maioria do povo. Neste momento, foi possível romper totalmente com o discurso Freyreano de miscigenação e pensar uma relação de política racial baseada na bipolaridade.

Desde então, a tensão, apresentada anteriormente, entre o pensamento socialista e o movimento anti-racista tem se mantido constante e em alguns momentos geradora de conflitos que, por sua vez, nutrem posturas de antagonismo entre as duas categorias de ação política. As implicações disso são percebidas pelos limites da cooptação que os grupos conseguem fazer entre si. A principal entidade que surgiu do movimento negro na década de 70 foi o Movimento Negro Unificado – MNU, entidade que se mantém como uma das principais entidades negras do país até os dias atuais e que buscou um perfil de radicalismo de raça, mas com um perfil nitidamente socialista.

A partir da reabertura democrática, ocorre um processo de institucionalização dos movimentos sociais já que a figura legal da Organização Social de Interesse Público – OSCIP transforma diversos movimentos sociais em organizações não governamentais, o que gera um fenômeno de despolitização destes grupos em prol da agenda pragmática de busca de financiamentos e dos próprios interesses políticos envolvidos nos financiamentos destes grupos. Além disso, o processo de ONGuização dos movimentos implica em uma burocratização da administração destes grupos, e a competição por financiamento, aliada ao cenário de recessão econômica, implica em uma ampliação do papel da classe média dentro destas instituições.

Outra leitura que pode ser feita deste processo vivido pelo Brasil a partir da reabertura democrática, e que encontra paralelo em toda a América Latina, é o processo de reforma do

Estado em contraposição ao de reforma política. Neste sentido, o caminho brasileiro foi oposto ao restante da América Latina. Enquanto os demais países latino-americanos entravam em disputas políticas para promover reformas na distribuição do poder, o Brasil apenas ingressou em um processo de reforma da administração do Estado. O resultado foi a criação de novas figuras institucionais, como as OSCIPS, mas não houve, por outro lado, a discussão sobre a alocação de poder (LAVALLE, HOUTZAGER et al. 2006).

Diante do exposto, fica nítido o caráter não-revolucionário que se manifestou nas novas organizações sociais da década de 90, isto porque se organizaram no sistema de mercado competitivo, o que exaspera os valores de disputa por recursos, ao contrário da solidariedade relacionada às demandas políticas transversais. Com isso, os postos de militância/emprego são ocupados pela classe média melhor instruída e com menor poder de crítica.

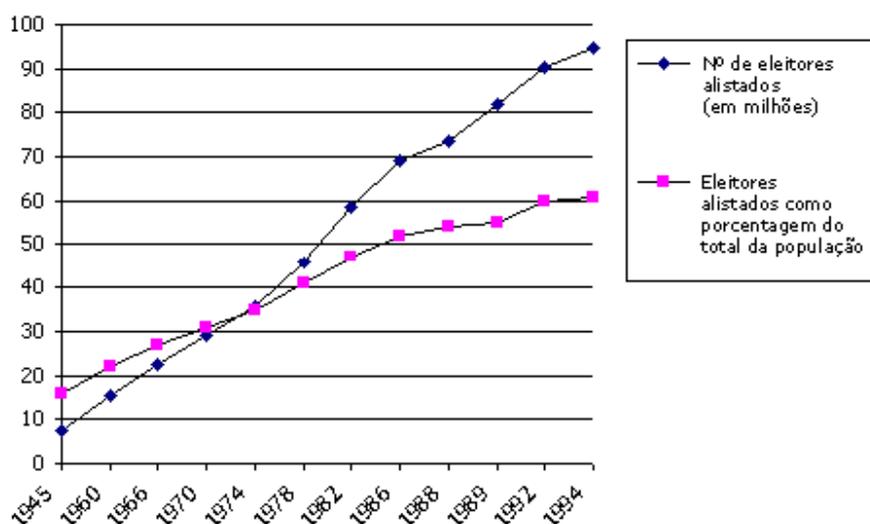
Este é o cenário da mobilização negra nas duas últimas décadas, algo que poderia até ser visto como um retrocesso no debate racial, não fosse pelo cenário internacional favorável, principalmente após a Conferência Mundial Contra Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia E Intolerância Correlata (Conferência de Durban), realizada na cidade de Durban, África do Sul em 2001. Após esta conferência, o debate racial se reacendeu no Brasil e no mundo e as demandas por ações afirmativas ganharam espaço central, principalmente as cotas para negros e negras nas universidades.

1.5 Histórico do voto no Brasil

Em 1932, sob o impulso da Revolução de 30, cria-se a Justiça Eleitoral e estabelece-se o voto feminino, mas apenas nas eleições de 1945 é possível afirmar que se inicia a era de eleições livres e com participação crescente no país. Todavia, foram mantidas restrições quanto aos analfabetos, foi banido o Partido Comunista (em 1947) e algumas práticas clientelísticas e corruptas remanescentes da Primeira República sobreviveram. Apesar destas limitações, o eleitorado, como porcentagem da população, passou a crescer paulatinamente, como indica o gráfico 5. O regime militar de 1964, conquanto tenha eliminado a competição política para os cargos executivos mais importantes, manteve um calendário eleitoral fixo para as eleições legislativas. Estas eleições (1966, 1970, 1974, 1978), ainda que pouco competitivas, tiveram, em geral, seus resultados respeitados.

Com a aceleração do processo de redemocratização, realizam-se, em 1982, as primeiras eleições diretas para os governos estaduais desde 1965, e as primeiras eleições para o Congresso sob um sistema multipartidário. Com o fim do regime militar, em 1985, estabelecem-se as condições para eleições plenamente competitivas, com a eliminação de barreiras à formação de partidos e a legalização dos partidos de orientação marxista. Finalmente, com a Constituição de 1988, a mais democrática de todas no tocante ao direito de voto, passam a integrar o eleitorado em caráter facultativo os analfabetos e os menores entre 16 e 18 anos.

Gráfico 5. Crescimento do Eleitorado Brasileiro, 1945-1994



Fonte: Bolívar Lamounier¹¹

A participação de negros e negras sempre foi marcada por uma dificuldade em apresentar os requisitos não informais mínimos para uma candidatura que vão desde a proibição do voto dos analfabetos até barreiras econômicas e simbólicas à participação política, que serão abordadas no capítulo 2.

Berquó e Alencastro (1992, APUD: Guimarães, 2002: 84) partiram de pesquisas realizadas em São Paulo e em Vitória do Espírito Santo para afirmar que o fim da proibição do voto analfabeto poderia trazer o voto étnico para a realidade brasileira. Prandi (1996) também constata a preferência eleitoral dos negros pelos candidatos alinhados mais a esquerda ou centro no espectro ideológico (Lula, Brizola e Quéricia) em contraposição a candidatos alinhados mais a centro-direita e direita (FHC, Amin, Enéas). Para Prandi, o critério racial influenciou a intenção de voto de maneira mais forte do que a escolaridade ou a idade.

No capítulo 2 serão tratados os principais dilemas da representação política no que tange a inclusão de grupos subalternizados social e politicamente.

¹¹ Lamounier, Bolívar, Eleições e Direito de Voto. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/cdbrazil/itamaraty/web/port/consnac/orgpol/eleicoes/dvoto/apresent.htm> última visualização em Dezembro de 2007.

Capítulo 2 - Raça, Poder e Representação Política

O poder de narrar, ou de bloquear a formação ou emergência de outras narrativas, é muito importante para a cultura e o imperialismo, e constitui umas das principais conexões entre eles.

Edward Said

2.1 - Introdução

Este capítulo busca discutir os dilemas constitutivos da representação política, que não se esgotam na sub-representação ou sobre-representação de determinados grupos. Além disso, vai buscar compreender quais são os mecanismos não institucionais que garantem que a esfera política esteja blindada contra a participação da população no jogo decisório, e tentar compreender como se estrutura esta capacidade do sistema representativo em definir limites para aqueles temas que serão discutidos e quais representantes se constituirão. Neste sentido, buscarei avaliar a capacidade do mito da democracia racial de exercer o papel de violência simbólica ao reprimir as demandas por igualdade racial da esfera de debates e, inclusive, as pessoas negras de se colocarem como representantes legítimas, dignas de votar e serem votadas.

Os dilemas constitutivos da representação vão mostrar que independentemente da qualidade da representação, a tensão entre representante e representado sempre irá existir já que esta somente poderia ser anulada pela repressão de um dos pólos, seja por um regime de mandato imperativo, ou por um regime autoritário. Por outro lado, as demandas de grupos subalternizados podem ampliar a capacidade de representação dos sistemas políticos em virtude da ampliação das vozes representadas e do nível de informação sobre os problemas políticos.

O papel da mídia neste processo é determinante, pois o campo político tem a mídia como principal aliado na construção do prestígio político. Isto se deve ao fato de que é preciso visibilidade nos meios de comunicação para galgar espaços centrais dentro do campo político. Entretanto, percebo que tanto no campo político quanto no campo midiático, operam os mesmos mecanismos de violência simbólica que inibem a participação de negros e negras, e naturalizam sua exclusão. Eles operam por meio de filtros que excluem determinadas demandas políticas

apenas silenciando sobre elas, o que não chega a configurar uma não-decisão sobre um problema, mas sim a não chegada desta demanda aos apelos discursivos comuns tanto no campo midiático quanto político. O resultado disso é o silenciamento de determinadas vozes políticas, ou a sua marginalização, quando optam por radicalizar seu discurso em busca de aceitação.

Ao final do capítulo será possível concluir que existe uma barreira simbólica para a representação política hoje, e romper com ela é a única possibilidade de se fazer com que a democracia tenha algum sentido que ao menos nos remeta a sua definição etimológica. Para isto, o papel do Estado é fundamental como ator capaz de (re)organizar redes simbólicas, ainda que seja preciso discutir os pilares que fundamentam a construção simbólica da nação brasileira, um deles é o mito da democracia racial.

2.2 Conceitos introdutórios sobre representação

Em uma abordagem superficial, a receita para um governo democrático é bastante fácil, primeiro ocorrem eleições livres em que todos os cidadãos têm o mesmo acesso a vida pública e possuem liberdades políticas plenas. Neste sentido, as eleições conseguem selecionar os melhores candidatos dentro das diferentes propostas que são divulgadas pelos partidos políticos. O principal segredo desta receita é a periodicidade das eleições que proporciona a assepsia, por meio do voto, das práticas questionáveis da política. E assim, a constante defesa do interesse público segue seu fluxo.

No entanto, este fenômeno é muito mais complexo do que parece e diversos fatores contribuem para complicar o cenário. Em primeiro lugar, os políticos possuem valores, objetivos e interesses próprios e os cidadãos não conseguem monitorar cada passo dos políticos. Além disso, para se eleger, um político poderá ser obrigado a fazer alianças com interesses que não sejam públicos, ou, no mínimo, os seus. (Manin, Przeworski et al. 1999)

Na opinião desses(as) autores(as), o principal problema da representação reside no fato de que os eleitores não conseguem acompanhar passo a passo a atividade de seus representantes para poder intervir e julgar:

[...] os eleitores não sabem tudo que precisariam saber, tanto para decidir prospectivamente o que os políticos deveriam fazer, quanto para julgar retrospectivamente se eles fizeram o que deveriam ter feito. Se os eleitores sabem que existem coisas que eles não sabem, eles não querem obrigar os políticos a realizar seus desejos. Por sua vez, se os cidadãos não tiverem informações suficientes para avaliar o governo em exercício, a ameaça de não ser reeleito é insuficiente para induzir os governantes a agirem de acordo com os interesses dos cidadãos. (Manin, Przeworski et al. 1999)

Por outro lado é preciso perceber que a representação não se dá por meio de interesses específicos de grupos, em outras palavras, a representação não ocorre de maneira matricial formando um DNA real da população representada, isto é um mito que não pode ser levado em conta em estudos sobre representação. A democracia representativa serve para representar grupos organizados, não subalternizados econômico e simbolicamente, que são aqueles que conseguem ter acesso ao sistema eleitoral.

Não obstante algumas instituições ocuparam o papel de mediação da relação entre representantes e representados, antes exercida pelos partidos políticos. Atualmente no Brasil as grandes corporações midiáticas ocuparam o espaço dos partidos políticos, e com seu discurso pretensamente imparcial colocam temas na agenda pública e impõem à pauta, agem de modo refratário a demandas opostas a seus interesses, não apenas em seu interesse empresarial direto, mas a tudo que está relacionado à sua perspectiva social, muitas vezes comprometida a valores conservadores. Por outro lado, a homogeneidade do campo midiático muitas vezes coincide com o campo político, ainda que respeitada a autonomia dos campos.

A constatação que podemos fazer sobre a democracia na atualidade é que ela não produz um governo do povo, já que a própria idéia que temos de povo é uma idéia excludente. Quando nos referimos ao povo, de maneira intencional ou não, estamos excluindo as pessoas mais ricas e com mais anos de estudo desta denominação. Isto ocorre porque o povo está excluído do sistema político de tal modo que o processo conseguiu se naturalizar no imaginário social e se recriar em uma representação social negativa.

Neste sentido, ser do povo em um país como o Brasil, assim como ser pobre, significa não ter acesso a determinados bens e serviços de qualidade e *a coisa pública* acaba se tornando sinônimo de *coisa de pobre*. A representação política acaba por seguir esta regra informal, e a máquina pública passa a ser gerida pelas pessoas mais ricas e instruídas. Nas palavras de Miguel:

Mais importante, porém, é o fato de que, em nenhum dos regimes hoje considerados democráticos, o povo realmente governa. As decisões políticas são tomadas por uma minoria, via de regra mais rica e mais instruída do que os cidadãos comuns, e com forte tendência a hereditariedade. (MIGUEL 2002 : 484)

Estudos importantes na Ciência Política têm abordado a questão do controle eleitoral sobre os políticos, por meio do voto. No caso do presidencialismo brasileiro, a escolha do chefe

do Executivo estaria relacionada à possibilidade de avaliar o governo, e no caso da escolha dos representantes do legislativo, a escolha estaria relacionada à dimensão representativa. (NICOLAU 2002 : 221)

Em países como o Brasil o processo de responsabilização tende a se manifestar de maneira personalizada, isto ocorre devido ao nosso presidencialismo de coalizão que dificulta a responsabilização de um partido específico pelas políticas implementadas. A isto é possível acrescentar a eleição para o legislativo por meio de lista aberta, o que retira ainda mais a responsabilização sobre o partido e amplia a personalização das responsabilidades dos representantes perante a conjuntura política do país.

Nas eleições para o poder legislativo, existem informações abundantes sobre os candidatos, com suas fotos estampadas na urna eletrônica, e com os nomes e números dos candidatos fartamente exibidos durante o processo eleitoral. Por outro lado, são escassas as informações sobre o partido e coligação dos candidatos. (NICOLAU 2002 : 224)

Para Nicolau (NICOLAU 2002 : 227) apenas uma pequena parte dos eleitores consegue eleger diretamente os candidatos escolhidos, no exemplo dado pelo autor, desde a eleição de 1986 até a eleição de 1998, uma média de apenas 35,5% dos eleitores obteve êxito ao votar em candidatos que se elegeram, os demais votos foram dados a candidatos derrotados, anulados ou entregues a legenda. Além disso, existe o problema da facilidade em se mudar de partidos no Brasil, o que gera uma dificuldade ainda maior em se acompanhar um parlamentar e posicioná-lo no espectro ideológico.

Existem também fatores relacionados ao comportamento político do eleitor brasileiro no que se refere ao fato de que muitas pessoas esquecem em quem votaram na última eleição, o que inviabiliza qualquer tipo de controle sobre os parlamentares, a menos que este seja provocado pela mídia ou pelos grupos de pressão. (NICOLAU 2002 : 227)

O voto é um mecanismo incapaz de avaliar os políticos porque obriga o político a prestar contas dentro de um longo período de tempo. Além disso, o ele só pode criar uma expectativa de punição, algo que não se comprova durante as eleições diante enxurrada de políticos, propostas e propagandas que não permitem ao eleitor controlar o passado de cada um dos parlamentares.

O máximo que pode ocorrer é a super-exposição negativa de alguns políticos pela mídia, diante de um grande caso de corrupção, perseguições da mídia, ou diante de alguma atitude bizarra por parte do parlamentar¹², que pode mantê-lo vivo na memória do eleitor até as eleições.

Sobre a burocracia, o controle pode ser considerado inexistente, tanto porque a maioria dos burocratas não está sob o escrutínio público, e também porque os políticos que ocupam a máquina acabam sendo blindados pela própria administração e pela estrutura clientelista que os cerca e que é fundamental nas eleições.

Diante disso, se percebe uma dualidade também em relação aos representantes, porque ao mesmo tempo em que eles representam, eles têm que governar. E o voto que poderia ser uma forma de sancionar governos, e escolher diferentes políticas, é um instrumento muito pobre para falar sobre tantas coisas porque ele carrega apenas a informação: eleito vs não eleito.

O resultado eleitoral é interpretado da melhor forma possível que o político encontre para se beneficiar, mas o restante da informação é perdida. Principalmente em um regime multipartidário, é impossível ver claramente o que é a intenção do eleitor diante das diversas opções que lhe foram apresentadas.

2.2.1 Tensão entre mandato vs governo

Tanto representantes quanto representados sentem-se mal exercendo seus papéis, porque acreditam não estar sendo compreendidos uns pelos outros, um dilema parecido com o de uma negociação entre comerciante e comprador, onde ambos sentem que poderiam ganhar mais no negócio: um poderia cobrar mais, e o outro poderia pagar menos. Por outro lado, a teoria econômica evidencia que ambos os lados podem sair vitoriosos em uma relação comercial.

O mesmo ocorre com a representação, guardadas as proporções, porque o clima de tensão entre representantes e representados significa que o representante se sente de alguma forma pressionado e influenciado, o que evidencia algum tipo de controle sobre o representante. Por outro lado, o incômodo do representado indica que seu representante pode estar tentando se afastar da sua base eleitoral, seja pelas questões do dia-dia da política, seja por questões de conflito com sua base.

¹² Por outro lado, pode ocorrer também uma abordagem bizarra e preconceituosa por parte da imprensa, que recai normalmente sobre mulheres, idosos, nordestinos, negros e negras e qualquer estereótipo que fuja do padrão de comportamento da classe média, branca e urbana.

O que se percebe é que a representação política está constituída por problemas estruturais que não são causados necessariamente pela exclusão deste ou daquele grupo social, ou seja, não são causados por uma boa ou má representação. São problemas constitutivos da representação política o estatuto dual da representação e os limites estruturais da representação política. (LAVALLE, HOUTZAGER et al. 2006)

2.2.2 Origens do conceito de representação política

Para (Pitkin 2006: 07) a expressão *representar* passou por diversas modificações ao longo do tempo. Para a autora, o desenvolvimento no significado de *representar* ocorreu em momentos diferentes nas diversas sociedades. As primeiras aparições do conceito, em uma abordagem apenas etimológica, estão marcadas no latim com o sentido de *tornar-se presente*, ou até de antecipar o futuro. O conceito sempre foi marcado por um forte nível de abstração e pela indefinição. Representação política é originária do direito privado, mais especificamente no direito civil. Durante o período medieval a relação se dava por meio de um contrato entre pessoas que era análogo ao direito civil.

Na idade média, a palavra começa a ter seu uso expandido pela comunidade cristã, principalmente quando se afirma que o Papa e os Cardeais representam Cristo e os apóstolos (Pitkin 2006: 04). Posteriormente, o sistema jurídico medieval passou a incorporar o conceito de representação ao se referir de maneira abstrata e imagética a comunidade. Além disso, no Direito Romano havia reminiscências desta representação imagética, principalmente ao se referir ao Estado, mas não houve referencia ao termo representar. A transfiguração do conceito de representação ocorreu no latim e no francês a partir do século XIII, contudo na língua inglesa o processo foi tardio, já que somente no século XVI os dicionários captaram sua transformação.

A manifestação do conceito na esfera política deve ser entendida como um reflexo das mudanças institucionais que ocorreram ao longo do tempo. O surgimento deste conceito de *representar* para a política está diretamente relacionado com a participação dos cavaleiros e burgueses nas decisões dos Reis e Lordes. O parlamento como é visto hoje surgiu por acaso, diante de uma conveniência administrativa, já que a participação dos burgueses e cavaleiros, representantes da localidade, era uma possibilidade de impor obrigações à população, como a cobrança de impostos. (Pitkin 2006 : 08)

Posteriormente, este mecanismo de controle social foi utilizado pela população para fazer o contrário, ou seja, levar críticas ao próprio Rei por meio dos seus representantes:

Eles iam ao Parlamento com autoridade para comprometer suas comunidades, mas com frequência havia limites específicos para essa autoridade, ou então esta vinha acompanhada de instruções. E alguns membros tinham que consultar suas comunidades antes de dar consentimento a um tributo atípico (McKisack, 1932: 130 .: APUD PITKIN 2006 : 8)

É importante ressaltar que a representação política surge a partir da esfera privada, e não a partir do Estado, além disso, durante o período medieval a representação política foi exercida apenas na esfera privada, por meio de um contrato de delegação onde os representantes buscavam influenciar as decisões dos líderes. Do mesmo modo, se constituem os contratos de representação, comuns no direito brasileiro, nos quais advogados atuam em nome de seus clientes por meio de procurações, como evidencia o trecho:

Guardadas todas as ressalvas devidas, lógica semelhante foi preservada nas diversas figuras da representação no direito civil moderno: nas procurações como instrumento de cessão de poderes com mandato claramente delimitado; no direito de representação em matéria de sucessões, particularmente quando os herdeiros não são juridicamente qualificados para agir sem intermediários; ou nas diferentes representações ex officium estabelecidas por lei, como, por exemplo, em caso de incapacidade (Galvão, 1971: 3-11; 45-47.: APUD: (LAVALLE, HOUTZAGER et al. 2006)

Por outro lado, a representação nos moldes da vida privada, é marcada pelo seu caráter imperativo, já que os representantes têm suas obrigações claramente explicitadas e podem ser punidos por sua omissão ou extrapolação. O mandato imperativo e a responsabilização plena cumprem exatamente esta função, a de delegar de maneira limitada os poderes de representação.

Para Lavallo, não existe tensão alguma ou dilemas de representatividade quando se pensa em representação na esfera privada, para ele: *a representação se esgota na norma e no contrato que autorizam a procuração de interesses em assuntos nitidamente delimitados; o representante é mandatário sem autonomia decisória.* (LAVALLE, HOUTZAGER et al. 2006 : 6)

No âmbito público, não há nada parecido com o mandato imperativo. No sistema de representação política clássico, os políticos são eleitos pelas suas promessas de campanhas, pela sua visão de mundo, pela identidade de grupo que geram nas pessoas, e ninguém pode obrigá-los

a cumprir o que prometeram. Tudo isto porque não há nenhum documento impositivo que o candidato assine como forma de garantia, e não há nenhuma legislação que obrigue políticos a cumprir suas promessas.

Neste sentido, não há responsabilização, o máximo que pode ocorrer é a implementação de mecanismos de accountability vertical que permitem a sanção pública (leia-se: não reeleição) daqueles que descumprem drasticamente os preceitos de seu eleitorado. Isto quando se tratar do Legislativo, já que o Executivo, pelo contrário, parece estar blindado a qualquer mecanismo de responsabilização eleitoral.

Finalmente, nada garante que a responsabilidade assumida pelo mandatário sobre as expectativas geradas sobre o eleitorado sejam acolhidas durante o mandato. Neste sentido, responsividade sem mecanismos eficientes de accountability vertical acabam por dificultar a possibilidade de que o político se sinta compelido a avaliar as opiniões do seu eleitorado e, por conseguinte, se amplificam as tensões entre eleitores e eleitos.

A tensão é um componente fundamental da história da representação e parece se fortalecer ainda mais na atualidade. As demandas de grupos subalternizados política e socialmente como negros(as), mulheres, pessoas com deficiência, surgem para acirrar ainda mais estes dilemas.

2.2.3 Quem deve ser representado?

Este é um dilema bastante comum também nos dias de hoje, porque ele evoca uma questão fundamental, a representação serve a sociedade ou ao Estado. Na concepção gramsciana, a representação serviria para a sociedade civil ou para a sociedade política?

Essa é uma questão que ocupa o pano de fundo de diversos debates sobre a viabilidade do sistema representativo e sobre o que deve ser compreendido como bem comum. Caso o interesse do eleitor seja sempre priorizado, ou seja, a razão de um indivíduo seja priorizada pelo representante, surgirá o risco do campo político se tornar um balcão de negócios.

Diante disso, o papel que o Estado ocupa é o de avaliar a viabilidade - a partir de uma suposta racionalidade pública, ou no mínimo, estatal - para separar aquilo que é importante para a coletividade daquilo que não é. O problema desta segunda acepção é que a concepção de neutralidade estatal é bastante criticada, além disso, o Estado e os políticos são alvos de diversas pressões por parte de grupos organizados. (LAVALLE, HOUTZAGER et al. 2006 : 11-59)

2.2.4 Tensão entre legalidade (facticidade) vs legitimidade (validade)

Ao elegermos representantes, não temos nenhuma garantia de que isto se converta em novas demandas políticas, por outro lado, ao elegermos pessoas substantivamente comprometidas com determinadas perspectivas, isto pode implicar em decisões mais legítimas por parte dos representantes. Ou seja, vontade substantiva.

É impossível garantir que a representação seja substantiva no sentido puro, pois a única forma de garantir isto seria com a representação delegativa, ou seja, o mandato imperativo. No entanto, toda mobilização que se faz para garantir responsividade por parte dos representantes, só pode ser feita até o limite em que exista autonomia para os mesmos. Por outro lado, toda a mobilização pela autonomia dos representantes tem seu limite na necessidade de se estabelecer algum vínculo entre representante e representados.

É importante perceber como ocorre esta transição da idéia de representação do âmbito privado para o âmbito público no sentido de que a típica delegação original, oriunda da esfera privada, agora é absorvida pelo governo e com isto, é imbuída de uma razão de Estado. Diante desta razão, se cria a necessidade de autonomia para o representante. A representação não serve apenas para representar os interesses dos membros da sociedade junto ao governo, mas serve também para que os representantes governem a sociedade, o que significa se deparar com novos problemas, com a administração de crises.

[...] se privilegiado o pólo formal-institucional do representante perde-se o conteúdo substantivo da representação como atuação para o interesse ou benefício do representado; se privilegiado o pólo substantivo de formação de vontade do representado, perde-se o conteúdo político da representação enquanto cristalização institucional arquitetada para organizar o governo da e sobre a sociedade. Assim, se a autonomia política do representante não pode ser perseguida a ponto de esgarçar definitivamente sua relação com o eleitorado, o fortalecimento da representatividade tampouco pode ser buscado às custas de anular tal autonomia. (LAVALLE, HOUTZAGER et al. 2006 : 57)

O modelo usual de representação política informa que o eleitor é o representado pelo sistema político, e não o interesse nacional. Neste sentido, as eleições produzem em suma, um mandato, e é por este mandato que o candidato vai apresentar um conjunto de propostas e seu diagnóstico do mundo. A idéia é que este modelo produza decisões representativas.

As críticas que recaem sobre esta perspectiva são vão desde o pensamento radical até dentre aqueles que aceitam o modelo. A crítica principal que pode ser feita a esta visão é a de que o modelo só funciona quando existem apenas duas opções a seguir. Ainda assim, deve-se excluir a possibilidade que fatores externos e internos exercem sobre a tomada de decisão das pessoas. Além das pessoas terem dificuldade em ordenar preferências, existe a grande problemática da formulação de uma agenda política e dos interesses envolvidos e do fluxo de informações.

Estas críticas estão relacionadas à mudança do perfil dos partidos políticos, o surgimento da mídia nas eleições, e como se formula hoje um mandato.

Se o mandato nos tempos dos partidos de massas era formado a partir um conjunto de interesses relacionados a formulações programáticas e os eleitores votavam em alguma destas formulações de sua preferência. Isto ocorria porque o papel do partido político na formação de preferências e discussão dos temas centrais da vida política era fundamental. Naquele modelo de organização de preferências, era possível algum tipo de controle sobre o governo, já que este possuía um maior comprometimento com normas programáticas definidas pelo partido e dependia fortemente do comprometimento dos partidos e de seus filiados para se manter no poder.

O discurso político atual está marcado pela pasteurização tanto de temas quanto de modelos discursivos. O impacto desta pasteurização faz com que os candidatos não procurem se adequar a um interesse geral, ou a um programa ideológico e de proposições específicas. O que ocorre é uma adaptação geral a modelos discursivos definidos previamente por pesquisas de opinião.

Um exemplo deste fenômeno foi o enorme apelo discursivo sobre temas relacionados à corrupção que marcou a política nacional a partir da segunda metade do primeiro governo Lula. Neste sentido, o papel da imprensa ao explorar o fenômeno da corrupção, teve papel central na definição desta prioridade por parte dos eleitores, e por conseguinte, dos candidatos.

O saldo desta transformação é lógico, os políticos passam dizer muito mais aquilo eles pensam que os eleitores gostariam de ouvir do que propriamente o que realmente gostariam de fazer, caso fossem eleitos. O que decorre é a dissolução de um mecanismo de controle sobre os políticos eleitos, já que não há promessas ou programas para serem cobrados.

A forma de construção do sistema representativo contemporâneo supõe que ao elegermos um representante, estamos escolhendo alguém para nos representar/defender diante do poder, esta

entidade mítica que é o Estado. Voltamos então ao modelo de representação civil originário para perceber que em termos de expectativas, a representação política de hoje não se alterou estruturalmente em relação ao passado.

O grande dilema para o sistema representativo hoje é gerir as expectativas de representação perante o poder, ou seja, proteger o cidadão do Estado¹³ e, ao mesmo tempo representar os interesses do cidadão junto ao Estado, ou seja, governar o país. (LAVALLE, HOUTZAGER et al. 2006 : 8)

Uma visão rápida em relação ao parlamento vai evidenciar que há uma corrida por parte de políticos tanto de direita quanto de esquerda no sentido de se colocarem como os defensores da ética e contra a corrupção. Mas é interessante que sua abordagem sobre os fatos do cotidiano político segue a risca o que é agendado pela mídia.¹⁴

2.3 Representação, Violência Simbólica e Democracia Racial

A transformação da representação política nas democracias contemporâneas é um processo que ocorre de maneira paralela ao surgimento de sociedades fortemente marcadas por desigualdades sociais, fundamentadas por diversas categorias como raça, gênero, sexo, religião, origem regional, e orientação sexual. Dentro deste cenário complexo, o processo de representação política apresenta a possibilidade de centralização dos conflitos políticos e sua deliberação e decisão baseada em regras.

Em outras palavras, o sistema representativo, permite que os problemas de uma sociedade possam ser deliberados e que as soluções apresentadas para estes problemas possam ser julgadas a partir de critérios objetivos. Com isto, uma sociedade complexa poderia ter respaldado os direitos dos seus constituintes e, além disso, garantir que todos os custos da vida social pudessem ser socializados. Socializar custos é o que todos buscam em uma sociedade, já que a vida em

¹³ Em um sistema político marcado pelo clientelismo esta expectativa ainda se amplia para além de proteger o cidadão do Estado, para também garantir benesses do Estado para seus eleitores, ou seja, conseguir empregos, liberar verbas e toda a forma de apropriação de recursos públicos que se possa imaginar.

¹⁴ Ver exemplo do *Grupo dos Trinta*: um grupo informal de trinta parlamentares organizado ao final da legislatura 2002-2006, com membros de diversos segmentos ideológicos e partidários, em sua maioria reeleitos na última eleição. A proposta do grupo era a de se colocar como uma alternativa ética diante do quadro de crise generalizada que assolava a Câmara após as denúncias do *mensalão*. O grupo não se consolidou devido a disputas internas por espaço na mídia já que a agenda do grupo era organizada pelas questões que eram colocadas nos noticiários relacionadas ao Congresso.

grupo gera não apenas benefícios, mas também ônus que podem ser evitados, amenizados, ou até repactuados por toda a sociedade.

Ao longo do século XX, as democracias representativas se consolidaram no mundo, principalmente ocidental, e isto também foi marcado por um processo de (re)construção da chamada esfera individual do ser humano (podemos falar em esfera íntima ou privada também). Isto é resultado de movimentos que transcendem o Estado e estão relacionados ao desenvolvimento do capitalismo como única alternativa para a produção dos bens econômicos das diversas sociedades no mundo. O máximo que o capitalismo encontrou em termos de resistência foi o seu próprio contraponto, que foi o movimento socialista, que não conseguiu se consolidar como alternativa de poder ao sistema capitalista (o marco desta derrocada foi à queda do muro de Berlim).

Dito isto, é preciso justificar a consolidação do sistema capitalista e de um modelo social profundamente excludente e racializado, para tanto, apenas uma visão limitada sobre o espaço de exercício do poder político é insuficiente. É preciso então procurar outras bases de exercício do poder político, algo que vai colocar em questão a visão ideal de representação política apresentada acima. O fato é que o espaço institucionalizado de exercício do conflito político é o Estado e seus sub-sistemas legais, por outro lado, o objetivo máximo da política, que é o de modificar o rumo da vida das pessoas, e o exercício de poder, que é a possibilidade de determinar o modo como as pessoas podem agir, não estão contidos apenas dentro da esfera Estatal.

O Estado no máximo, para se ater ao conceito weberiano, é aquele que monopoliza o uso da força, o que faz com que ele monopolize os usos e custos da repressão. É neste ponto que o pensamento político apresenta concepções diametralmente opostas sobre o papel do Estado. De um lado, temos o pensamento tradicional da política que vê a relação de poder a partir de uma concepção apenas de repressão, neste sentido, deter poder é deter os meios de fazer com que as pessoas hajam deste ou daquele modo em virtude da possibilidade (ou materialização de fato) de serem reprimidos por não ter agido do modo imposto. Esta visão sobre o poder aparece algumas vezes acrescida da visão patrimonialista e, principalmente, clientelista¹⁵ do Estado onde o poder também se manifesta pela possibilidade dos dirigentes políticos em oferecer benefícios públicos

¹⁵ Sobre Clientelismo ver Carvalho, José Murilo de. “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual.” Dados vol. 40 no. 2 Rio de Janeiro 1997. Para o autor: “*De modo geral, [Clientelismo] indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto.*”

para sua clientela política e assim interferir na sua capacidade de decisão. Esta visão está materializada na frase do político Benedito Valadares (governador de Minas Gerais entre 1933 e 1945) que dizia: “*Poder é a capacidade de contratar, demitir, prender, soltar.*”

Por outro lado, existe uma concepção de poder totalmente renovada, marcada pelo pensamento de autores pós-estruturalistas como Michel Foucault e Pierre Bourdieu, onde o poder será visto não apenas pela sua capacidade negativa, ou seja, repressiva, mas principalmente pela sua capacidade positiva, que seria a de produzir comportamentos adequados a determinados objetivos abdicando da necessidade de repressão.

Em sua *Microfísica do Poder*, Foucault vai constatar que a própria esfera individual é um efeito deste tipo de poder e que as ciências humanas são o resultado da materialização simbólica desta categoria *humano*, que pode ser objetivada ao ponto de se transformar em objeto de estudo e de dominação por parte do saber reconhecido. A esfera individual, esta entidade que ganhou vida no pensamento político dos últimos séculos é o resultado de um processo histórico do qual o Estado é apenas mais um participante e que tem um peso fundamental no pensamento político que construiu a democracia representativa.

Para esta concepção do poder positivo¹⁶, o papel dos poderes disciplinares que constituem uma sociedade, sejam eles oriundos da religião, do conhecimento acadêmico, das estruturas de diferenciação étnico-racial ou de classe, é o papel de criar estruturas de poder totalmente espalhadas pela sociedade, em que o Estado seria o monopolista da repressão legítima, e, ao máximo se ocuparia do papel de organizador destes símbolos. Uma maneira interessante, porém superficial de visualizar este jogo de forças é pensar em uma matriz com diversos pontos de intersecção, cada um destes pontos monopoliza um poder específico sobre a vida das pessoas. Por exemplo, o conflito entre a religião, o Estado, setores da sociedade e a psiquiatria monopolizam a disciplina sobre a sexualidade humana, porém o Estado tem o poder de infringir penas aos corpos. Já a religião monopoliza o poder de impor valores, a ciência monopoliza o poder de dizer o que é melhor ou pior para a saúde (ou doença) daqueles corpos, e em vários casos é quem oferece a justificativa para as penas infligidas aos corpos por parte do Estado, e a sociedade de maneira geral, por sua vez, monopoliza a capacidade de impor sanções ou incentivos diversos para as práticas sociais.

¹⁶ O *positivo* aqui não está relacionado a um julgamento de valor onde o poder negativo é ruim e o positivo é bom. A idéia de positivo está relacionada a capacidade do poder em produzir comportamentos e não apenas limitar e reprimir os comportamentos indesejados, como é o caso do poder clássico do Estado.

Ainda dentro deste exemplo sobre o jogo de disputas sobre o corpo, todos estes fatores quando somados, fazem com que um indivíduo acredite agir de maneira livre e não compulsória, principalmente em suas relações afetivas, e no exercício do seu suposto livre-arbítrio. Assim, o corpo é moldado de acordo com estes conflitos de poder, e as pessoas, que são o reflexo disso, acreditam estar agindo de acordo com suas premissas e escolhas individuais – ou até com sua índole, ou essência - quando na verdade estão sendo influenciadas por relações de poder que ultrapassam sua compreensão. Portanto, o indivíduo emerge na modernidade como o alvo principal do poder, mas não é um poder apenas repressivo exercido pelo Estado, mas sim um poder positivo que produz comportamentos orientados para os interesses do mercado (no caso de uma sociedade capitalista) e das clivagens sociais (re)produzidas na sociedade.

O mesmo ocorre com a democracia representativa, a sociedade acredita estar agindo de acordo com seus interesses ao relegar o debate político para as esferas institucionais quando na verdade está abrindo mão da sua capacidade de decidir coletivamente sobre os problemas políticos quando aceita ser representada por uma instituição que possui regras não institucionais (e institucionais também) para cerceamento dos temas que entram na pauta de negociações e, antes disso, é capaz de cercear a própria entrada no cenário político de determinados indivíduos e grupos. E caso optem por radicalizar para serem ouvidos, serão excluídos por não seguirem as regras do jogo político institucional.

O discurso liberal mais radical (Nozick, 1974) abre espaço para uma interpretação parecida dessa quando afirma que o Estado deve garantir apenas a segurança da sociedade e do mercado e os direitos políticos das pessoas, ou seja, o direito de votar e ser votado. Os demais direitos seriam residuais e levariam à falência do modelo estatal, que poderia ao máximo regular as atividades econômicas para garantir o respeito aos contratos e a propriedade privada. Quando se alia esse papel restrito do Estado à criação e proteção da esfera individual dos indivíduos, aos quais seria garantida a sua liberdade negativa (Berlim, 1981) está criada a esfera individual que vai sustentar as democracias liberais do ocidente.

O problema reside na constatação de que a garantia da não intervenção estatal na esfera privada aliada aos mecanismos de recrutamento político criam um sistema de representação que serve muito mais aos grupos hegemônicos da sociedade do que aos grupos subalternizados. Isto ocorre porque os custos/incentivos materiais e simbólicos para a participação política e candidatura são diferenciados para cada um dos grupos que compõem uma sociedade. Além

disso, existem restrições de formais e informais para a participação de diversos grupos nestes espaços de decisão.

Um exemplo vivo sobre este fenômeno, foi a chamada *invasão* da Câmara dos Deputados pelo Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) em 2006. Naquele momento eu trabalhava pelos corredores do Congresso Nacional buscando assessorar entidades da sociedade civil na ampliação do espaço de suas demandas políticas no Legislativo Federal. Neste sentido, sempre foi notória a indisposição tanto de parlamentares quanto da própria segurança daquele espaço diante dos movimentos sociais que buscavam amplificar suas demandas perante o poder público, a prática era que esses movimentos eram bem recebidos apenas quando atuavam como meros espectadores, ou quando estavam sendo utilizados por algum parlamentar como massa de manobra.

Por outro lado, aquele movimento (MLST) estava disposto a entrar o Congresso Nacional para realizar um protesto contra a morosidade da tramitação dos projetos de lei relacionados à desapropriação de terras improdutivas. Mesmo sendo uma proposta de manifestação pacífica, o estilo de mobilização social daquele grupo poderia quebrar o padrão de comportamento daquela casa legislativa. Assim sendo, eles foram deliberadamente barrados numa das entradas do anexo II da Câmara dos Deputados e, diante da negativa, iniciaram um protesto que se transformou em um lastimável episódio de depredação do patrimônio público. Os manifestantes invadiram o local, destruíram equipamentos e agrediram os seguranças. Por outro lado, logo após sua saída do local, os manifestantes foram detidos pela polícia e enviados para um ginásio onde permaneceram dias em uma prisão coletiva, figura inusitada nas leis brasileiras. Posteriormente, os dirigentes deste movimento e alguns manifestantes identificados pela mídia foram indiciados e alguns foram presos.

O incidente foi interessante para perceber o quanto o sistema representativo é refratário para demandas políticas que se contrapõem aos valores e interesses dos grupos hegemônicos, como é o caso da propriedade de terra. Mais ainda, foi possível perceber que a atividade de representação e até a interlocução com o poder público possui um padrão discursivo institucionalizado, neste aspecto, a necessidade de uma vestimenta específica é apenas um dos mecanismos de distinção deste espaço, que na maioria das vezes se dá por toda uma construção de comportamento, que apesar de conformar um campo social de regras arbitrárias e específicas, coaduna com os padrões de diversos campos sociais.

Este cenário se mostra ainda menos acessível quando os grupos não conseguem ao menos verbalizar suas demandas, pois o que ocorre nestes casos é que a radicalização por parte destes grupos excluídos do debate, ou, para dizer de outra forma, quando os grupos buscam estratégias alternativas para verbalizar suas demandas, os mesmos são rechaçados definitivamente pelo aparato repressivo do Estado, inclusive, agindo na ilegalidade para reprimir.

2.3.1 Positividade do Poder

A minha intenção aqui é de explorar o conceito foucaultiano relacionado ao caráter disciplinador do poder, aquele que fabrica o indivíduo. Neste sentido, o Estado não é o único núcleo do poder, e, como já foi dito, também não é o monopolista do poder, assim, a resistência só pode ser exercida de maneira multifocal. Para Foucault, o poder soberano do Estado é nada mais que o poder em seu estado terminal. (Foucault, 1988: 88). Já para Holloway (2003), o papel do Estado nas sociedades capitalistas está intimamente ligado à economia, é como se ele fosse um encontro, ou um *nó* entre os meios de produção, o trabalho e a propriedade privada:

Na realidade o que o Estado faz está limitado e condicionado pelo fato de que existe só como um nó em uma rede de relações sociais, que se centra de maneira crucial, na forma em que o trabalho está organizado. O fato de o trabalho estar organizado sobre uma base capitalista significa que o que o Estado faz e pode fazer está limitado e condicionado pela necessidade de manter o sistema de organização capitalista do qual é parte. (HOLLOWAY, 2003: 26)

Neste sentido, o Estado no capitalismo surge apenas com a proposta de usar sua prerrogativa de força para garantir o respeito ao modo de produção capitalista e a propriedade privada. Esta é uma visão construída sob o viés marxista do Estado como refém da elite, mas amplia a visão sobre o poder ao mostrar que o poder não existe apenas no Estado, mas está disperso na sociedade em outros nós que se formam através de outros monopolistas do poder, e com foco em outros espaços e outras estratégias, como o poder disciplinar sobre os corpos.

Para Holloway (2003: 54-55) é a ruptura trazida pelo capitalismo entre o *fazer* e o *social*, ou seja, a compra da força de trabalho como forma de acumulação de capital (por meio da propriedade privada) que gera a separação daquilo que antes representava o grande meio de socialização das pessoas - o trabalho - é o que vai gerar a categoria indivíduo. Neste sentido, o surgimento do indivíduo ocorre em função da dominação capitalista e que gera a ruptura do fluxo do fazer e é sobre este pilar que se constrói a sociedade.

É preciso ter em mente que ao longo dos últimos séculos tanto o Estado como outros nós das redes de poder perderam direitos. O Estado, por exemplo, perdeu a sua possibilidade ilimitada sobre o patrimônio coletivo a partir do momento em que surgiu a propriedade privada e posteriormente após a destituição legal do Estado patrimonialista. A Igreja perdeu o seu poder de tirar vidas, que era concedido, por exemplo, nos tempos de inquisição; as famílias também perderam este poder, como era o caso do direito romano que concedia ao pai de família o direito de dispor da vida de seus filhos e escravos.

À multiplicidade de relações de poder corresponde então uma multiplicidade de resistências que estão presentes em todas as partes dentro da rede de poder. Em relação ao poder não existe, então, um lugar da grande Rejeição – alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas há várias resistências que constituem exceções, casos especiais: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, ajustadas, rasteiras, violentas, irreconciliáveis rápidas para a transação, interessadas ou sacrificadas; por definição, não podem existir senão no campo estratégico das relações de poder. (Foucault, 1990: 91)

Até o momento, é possível levantar o seguinte questionamento: - se o Estado não é o único foco da resistência, porque se concentrar no modo como ele exclui a população negra da esfera política institucional? A resposta para esta pergunta se encontra ainda em Foucault, já que para este autor, as diversas correlações de força formam geram apoios umas nas outras e formam cadeias ou sistemas e o esboço geral disso, toma forma nos aparelhos estatais, nas leis e nas hegemonias sociais. As divergências entre estes sistemas de poder também podem se refletir no Estado, que assume o papel de organizador dos conflitos políticos a partir da distribuição destes focos dentro da máquina estatal. A revolução para Foucault está na codificação estratégica destes pontos de resistência, e o Estado repousa sobre a integração institucional das relações de poder. (1990: 92)

A resistência nunca está fora do poder, não existe esta exterioridade. Esta visão, originalmente apresentada por Foucault está aprofundada no pensamento de Bourdieu quando o mesmo vai tratar dos processos de violência simbólica. Para o autor, o processo de aquisição do *habitus* de um campo social não está relacionado a um processo de inculcação de um caráter ou de uma subserviência a partir da coerção. (Bourdieu, 2001: 199)¹⁷

¹⁷ Uma explicação consistente sobre o conceito de *habitus* está em Caria, Telmo Humberto Lapa. *O Conceito de Prática em Bourdieu e a Pesquisa em Educação*. O autor define o *habitus* como: “um conjunto de esquemas pré-

Neste sentido, podemos interpretar o processo de exclusão no campo político do seguinte modo, de um lado temos uma baixa capilaridade do sistema político diante do modo como ele se estrutura econômica política e socialmente, o que significa compreender o sistema de financiamento de campanhas, o modelo de estruturação das candidaturas nos partidos políticos, o horário eleitoral gratuito e a base social das candidaturas. Entretanto, além disso, existe um fator fundamental, as regras informais e os processos simbólicos do campo político. Se de um lado é possível explicar as barreiras formais do campo político a partir daquelas categorias econômicas políticas e sociais, será possível buscar compreender também os processos de violência simbólica que excluem negros e negras dentro e fora da esfera política institucional.

Este processo de socialização do campo político está marcado por mecanismos de aceitação de um habitus político, ou seja, disposições inscritas na estrutura do campo que vão ser confrontadas, em um conflito político não declarado, com as disposições e o habitus prévio daquele que postula se inserir neste campo. Para Bourdieu, este processo é marcado pela transferência dos afetos socializados dentro de um campo (libido) em favor de agentes ou instituições do campo que se busca integrar. (Bourdieu, idem) O exemplo do autor é o das grandes figuras simbólicas do campo religioso como Cristo ou a Virgem, mas podemos perceber um processo de transferência do capital político patriarcal e da branquitude para o mundo da política, onde os principais líderes destes campos normalmente representam estes mesmos valores que regem a vida íntima das pessoas como a supervalorização da figura masculina e principalmente, dos brancos sobre outros grupos.

É possível perceber também no campo político que as disposições também são compartilhadas e adaptadas no contexto familiar, o que ocorre por meio da hereditariedade ou pela idéia de vocação, privilegiando uns em detrimento de outros, que passam a ser vistos como pessoas que *não nasceram* para exercer determinada atividade.

reflexivos (disposições) de percepção, apreciação e antecipação que foram produzidos no agente social. Estes esquemas são o resultado de um trabalho de inculcação pela prática (ver fazer e fazer acompanhando os que sabem fazer) em que o agente social interioriza, de modo sistemático e coerente, as estruturas das relações de poder, a partir do lugar e da posição que nelas ocupa, e exterioriza em práticas as disposições (os esquemas pré-reflexivos estruturados) que antes interiorizou. No entanto, a prática não é produto da estrutura presente mas, antes “uma relação dialética entre a estrutura interiorizada pela história do grupo ou da classe social (habitus) e a estrutura social presente” (p. 166-167). A eventual defasagem entre uma e outra implica a necessidade de improvisação social, não se podendo repetir mecanicamente o que foi praticado no passado.” Disponível em: http://home.utad.pt/~tcaria/actividades_interesses/BourdieuBrasil.pdf. Última visualização em Fev. 2008.

2.3.2 Violência Simbólica e Democracia Racial

É preciso compreender agora o processo de violência simbólica para daí compreender como ocorre o processo de socialização dos sujeitos negros e negras, e mostrar como a politização destas categorias é marcada por um discurso que alia assimilação cultural, coerção e imposição de um modelo de nacionalidade / brasilidade de maneira autoritária. A análise do processo de violência simbólica permite perceber que a coerção sobre os corpos negros não ocorre apenas na vida cotidiana, ou seja, por meio da violência policial sobre as comunidades mais subalternizadas. Esta violência simbólica está presente ao longo de todo o processo de socialização destes indivíduos, independente de sua classe social, gênero, vivência sexual ou qualquer característica de diferenciação.

A violência simbólica é o processo que inscreve no corpo dos dominados as suas regras de dominação, ou seja, faz com que as pessoas acreditem que os traços da dominação são natos a sua personalidade ou a suas características físicas, por exemplo: atribuir a determinados grupos a idéia de que são preguiçosos, feios ou incapazes (e os modos mais sutis que fazer transparecer estas mesmas conclusões) é fazer com que as pessoas inseridas em uma determinada sociedade passem a acreditar nestas idéias em virtude do seu processo de socialização, o que faz com que o seu gosto, suas opiniões, sua repulsa e sua abjeção também sejam reféns destes modelos inscritos nos corpos, ou seja, modelos que as pessoas acreditem lhe serem natos, ou definidos biologicamente.

Para Bourdieu a violência simbólica:

“é essa coerção que se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (portanto, à dominação), quando dispõe apenas, para pensá-lo e para pensar a si mesmo, ou melhor, para pensar a sua relação com ele, de instrumentos de conhecimento partilhados entre si e que fazem surgir essa relação como natural, pelo fato de serem, na verdade, a forma incorporada da estrutura da relação de dominação (2001: 206).”

E o processo de aceitação desta dominação, ou deste poder simbólico, para o autor não é uma adesão voluntária, e muito menos consciente e deliberada. (idem) A forma disso são os esquemas de percepção e de disposições que levam as pessoas a acreditar que determinadas características façam parte da sua suposta essência. Um exemplo importante sobre este tipo de percepção se dá no aspecto da nacionalidade. O modo como o Brasil construiu o discurso sobre o

pertencimento à nação brasileira, algo que está muito mais relacionado a símbolos cotidianos do que a própria bandeira ou o hino nacional. Normalmente, o pertencimento a uma nacionalidade que possui algum tipo de *swing*, *ginga*, ou *malandragem* nata, é marca de características que são impostas e percebidas como naturais pela maioria dos brasileiros. E é no surgimento deste “nós” nacional, orquestrado e inculcado ao longo de séculos por diversos sistemas de poder, que se encontra a origem e fundamentação da dominação simbólica exercida sobre as bases da dicotomia branco vs negro.

Por traz desta suposta brasilidade essencial, existe um discurso político em relação ao racismo que é muito claro, e fica nítido em trabalhos surgidos na década de 90, em autores como Maggie (2002); Fry (2005) e Da Matta (1997). Esses autores retomaram o pensamento de Gilberto Freyre ao buscar reinterpretar a idéia de mito da democracia racial sobre nova roupagem. O que dizem é muito simples, a democracia racial é um mito, mas como mito, ela existe e pode se materializar, e isto significaria um projeto de nação para o Brasil, ou seja, uma proposta política que, sendo apresentada como mito poderia produzir comportamentos e criar relações sociais ao se inserir na cultura do povo brasileiro. Siqueira interpreta isto da seguinte forma:

Essa tentativa de restauração de seu antigo prestígio [do mito] tem sido proposta por antropólogos, sociólogos, historiadores e cientistas políticos que se utilizam de um núcleo argumentativo bastante semelhante. Ele se baseia na tese de que, enquanto mito, a “democracia racial” seria uma declaração que criaria realidade, por isso não seria nem falso, nem verdadeiro. Dessa forma, alguns desses autores sustentam que, por isso mesmo, o mito da democracia racial não apenas não passível de refutação (afinal, como contestar um mito?), como deveria ser mantido no vocabulário político como um projeto de nação. (SIQUEIRA, 2007)

Para Siqueira (2007), esta movimentação na academia brasileira para revigorar o mito da democracia racial, foi uma resposta à mobilização da comunidade negra, inclusive dentro da academia, na luta pelas ações afirmativas. Além disso, este movimento parte de uma academia fortemente homogênea em termos de raça e classe.

2.3.3 Mito democratizante ou dominação simbólica?

As conclusões deste estudo sobre o tema são semelhantes, mas enquanto Siqueira (2007) produz uma genealogia do mito da democracia racial para evidenciar sua base autoritária, o caminho que eu buscarei percorrer é o de analisar este mito à luz do pensamento de Bourdieu,

tratando o mito como uma representação de violência simbólica. Para compreender melhor esta questão basta analisar razoavelmente o histórico da militância negra no Brasil (Guimarães, 2002; Hanchard, 2001) e perceber que durante o período ditatorial se buscou reprimir as demandas deste movimento com o argumento de que ela atentava contra a integridade da nação brasileira, e que também seria fortemente influenciado por idéias estrangeiras. Atualmente, a academia parece ser um dos principais fronts deste conflito.

Estou convencido de que o discurso de unidade nacional baseado na união das três raças - sendo que o grupo branco era o português, mais afeito ao diálogo inter-racial, e que resultaria em uma sociedade com maior tolerância racial - foi uma política de dominação sobre negros e negras que não repercutiu na diminuição do racismo, mas sim na perpetuação objetiva desta dominação. Em outras palavras, ao passo que o caráter objetivo da discriminação racial permanece marcado na sociedade brasileira (como mostram os dados do capítulo 1), a mobilização social negra foi combatida e a naturalização do mito de nação tolerante e cordial foi inscrito no corpo de cada um de nós brasileiros, refletido assim no nosso verde-amarelo, uma construção racialmente homogeneizante e silenciadora. Ou, o que pode ser buscado nas palavras de Bourdieu, a dominação exercida por este mito: *“é o acordo pré-reflexivo entre as estruturas objetivas e as estruturas incorporadas [...] com o qual [...] os dominantes impõem sua dominação.”* (Bourdieu, 2001: 216)

Por outro lado, os defensores do mito, vão afirmar que ele cria uma outra realidade ao permitir que o Brasil possa superar as desigualdades raciais sem tendências separatistas e sem segregação formal entre os grupos. Para apresentar este modelo de pensamento, vou iniciar com um trecho seminal de Gilberto Freyre que reinterpreta a exploração colonial portuguesa e a escravidão:

Certamente, a distância social entre senhores e escravos era enorme, sendo os brancos, real ou oficialmente, os senhores, e os negros, real ou oficialmente, os escravos. Os portugueses, contudo, eram um povo que havia passado pela dominação dos mouros, uma raça de tez escura, mas que era superior à raça branca em vários aspectos de sua cultura moral e material; por conseguinte, embora eles mesmos pudessem ser brancos e até de tipo pronunciadamente alourado, fazia muito tempo que haviam criado o hábito de descobrir nos povos de cor (...) pessoas, seres humanos, que eram irmãos, criaturas e filhos de Deus com quem se podia confraternizar, e tudo isso, desde os primeiros anos da colonização, tendeu a abrandar o sistema. (Freyre, 1946: xx)

Este trecho reflete muito do que foi inaugurado em termos de mito da democracia racial por Gilberto Freyre, e que parecia sepultado até a década de 90, antes do seu ressurgimento (Siqueira, 2007). Entretanto, autores como Roberto da Matta, retomaram o mito a partir da constatação de que a inexistência de segregação legal transformava o Brasil em uma alternativa para as relações raciais. Antes de qualquer julgamento sobre o caráter legal, ou não, da segregação racial no Brasil, é preciso passar estas afirmações sobre o crivo do pensamento de Foucault (1984) já que para este autor, a materialização de uma norma na máquina estatal, representa o seu nível mais rudimentar de dominação, já que a norma mais eficiente seria aquela que se encontra inscrita no poder positivo, ou criador, dissipado nas diversas instituições sociais. A partir deste ponto de vista, é possível analisar as Leis Jim Crow¹⁸ não como o ápice de um processo de dominação racista, mas sim como o seu declínio, já que a classe dominante precisaria então de mecanismos institucionais para fazer valer a sua dominação sobre um outro grupo. Algo que no Brasil já estaria a-historicizado e disseminado nas práticas sociais de controle.

Ao buscar outro caminho para reflexão, Siqueira, na busca pela genealogia do mito, vai mostrar que em sua constituição o chamado mito, está refletido por uma concepção autoritária e preconceituosa de sociedade:

“Freyre chamou de “democracia” o colonialismo português, a escravidão no Brasil, os processos que levaram ao extermínio e a desestruturação das incontáveis sociedades indígenas, a monarquia de Pedro II, a ditadura, o golpe de Estado e o Estado de exceção; ‘democracia’ é a miscigenação impetrada pelos bandeirantes, pelos colonizadores europeus na África, pelo patriarca senhor de engenho, não importa por quais métodos, nem a que custos. Todos esses elementos, construídos no molde da narrativa historiográfica, articulados na prosa pró-colonialista, nacionalista e autoritária, estão condensados à narrativa da democracia racial, cuja violência constitutiva só pode ser assimilada, aceita e normalizada, se re-apresentada no registro da narrativa mitológica.” (SIQUEIRA, 2007)

¹⁸ As leis de Jim Crow eram leis estaduais decretadas nos estados sulistas nos EUA, em vigor entre 1876 e 1965, e que afetaram afro-americanos, asiáticos e outros grupos. A "época de Jim Crow" ou a "era de Jim Crow" se refere ao tempo em que esta prática ocorria. As leis mais importantes exigiam que as escolas públicas e a maioria dos locais públicos (incluindo trens e ônibus) tivessem instalações separadas para brancos e negros. Estas Leis de Jim Crow eram distintas dos Black Codes (1800-1866), que restringiam as liberdades e direitos civis dos afro-americanos. A segregação escolar patrocinada pelo estado foi declarada inconstitucional pela Suprema Corte em 1954 no caso *Brown vs Board of Education*. Todas as outras leis de Jim Crow foram revogadas pelo Civil Rights Act de 1964.

Assim sendo, no momento de sua a-historicização, como vem sendo feita por diversos(as) antropólogos(as) e cientistas políticos(as), o mito só poderia gerar dominação simbólica a partir do momento em que fosse assimilado pelas estruturas estruturantes. (Bourdieu, 2001: 212)

De qualquer modo, o ressurgimento deste mito ganha força, e, dentro da academia, seus principais defensores. No trabalho de Jessé Sousa, Peter Fry e Ivone Maggie se encontra a mais dedicada releitura do pensamento de Gilberto Freyre (SIQUEIRA, 2007). Ao mesmo tempo em que reafirmam o caráter mítico da democracia racial, defendem que a crítica sobre ele parte de uma postura ortodoxa da academia e do movimento negro que procuram denunciar este mito a partir de um saber ocidental universal colocado como superior. Já Maggie (2001) vai também apontar o seu receio das reações que podem ocorrer diante de uma nova mobilização negra no Brasil, seu medo é que o Brasil se transforme em um campo de guerras baseado na cor da pele.

2.3.4 Estado e dominação simbólica

O dilema entre aqueles que defendem a o mito da democracia racial e seus opositores se parece com um dilema comum do sistema representativo. No primeiro caso temos a oposição entre aqueles que defendem acima de tudo a unidade da nação e aqueles que de outra forma defendem o respeito e valorização da diversidade étnico-racial na sociedade brasileira. No segundo caso, temos um dilema comum nas democracias representativas, que opõe os defensores da governabilidade em contraposição aos defensores da representatividade.

Em defesa da governabilidade se argumenta que o sistema representativo deve garantir em primeiro lugar a governabilidade e a governança do país, ou seja, a capacidade do governo em aprovar e implementar suas políticas públicas de maneira eficiente e legítima. O presidencialismo bipartidário americano e a monarquia parlamentarista do Reino Unido são exemplos de sistemas políticos que valorizam a governabilidade. De outro lado, temos o contraponto das demandas por representatividade, que vão dizer que além da sua capacidade de mobilizar maiorias no Congresso, a principal tarefa do sistema é representar os diversos grupos que compõem uma nação, para tanto, a capacidade de representar diferentes atores sociais seria a principal tarefa do sistema político. O sistema presidencialista multipartidário brasileiro é um exemplo disto.

O que ambos os dilemas trazem de novo é a capacidade que possuem de produzir hegemonias a partir da imposição de uma dicotomia que por si só destrói a esfera pública e o conflito político. O que se percebe no debate político institucional é uma força que se sobrepõe às

outras em nome da eficiência do Estado e da governabilidade. Ao mesmo tempo, temos uma capacidade duradoura do mito fundador da nacionalidade brasileira em extirpar da esfera política todas as demandas por inclusão e reparação em nome de uma brasilidade homogeneizante que suprime diferenças e supostamente constrói igualdade política.

O papel do Estado é claro neste processo, é ele quem define a dominação dentro deste jogo político quando as instituições desprivilegiam determinadas demandas e grupos em prol de uma busca de igualdade e neutralidade estatal, algo que será abordado posteriormente. Bourdieu (2001: 227) utiliza a metáfora de Weber para afirmar que o Estado é o detentor do monopólio da violência simbólica legítima, já que sua existência define um limite à luta simbólica.

2.3.5 A resistência necessariamente passa pela tomada de consciência?

Muito pelo contrário, o processo de resistência ao racismo não carece apenas da tomada de consciência deste grupo diante de sua vulnerabilidade na sociedade brasileira, de fato é preciso ir além da transformação dos meios de produção econômica e ainda, é preciso saber que não basta ter representados os diversos grupos nos espaços de poder para que sejam transformados os mecanismos de dominação política. Assim, é possível constatar que a capacidade de um sistema político em representar os grupos da sociedade não garante uma representação digna, isto porque o problema da representação não está concentrado apenas em quem representa, mas sim em que relações de dominação sustentam um determinado modelo de sociedade.

Caso isto não se justifique, o objetivo desta dissertação desaparece, já que não adianta estudar a sub-representação da população negra na política, se a representação adequada (numericamente) não basta para reverter os processos de dominação que vão além do sistema político. Por outro lado, o estudo desta temática vai se sustentar na premissa de que alterações institucionais produzidas nestes espaços possam contrapor os processos de violência simbólica a que estes grupos estão submetidos, neste sentido, conhecer desta sub-representação é um primeiro passo para buscar alternativas institucionais. É isto que este trabalho vai buscar a partir do estudo de caso sobre as eleições para Deputados Federais em Brasília em 2006.

É preciso tentar compreender como se manifesta a subalternização e a conseqüente sub-representação política de uma população que passou por três séculos de escravidão oficial e que hoje apresenta indicadores sociais que vão apontar para fenômenos semelhantes em termos de desigualdades e exploração do trabalho. De um lado será possível perceber materialmente a

exclusão e a sub-representação política deste grupo, mas de outro lado, será possível também compreender como o sistema político está organizado em seus sub-sistemas de poder e de filtragem para conter a participação destes grupos sem necessitar de barreiras institucionais para isto. Em outras palavras é preciso compreender quais são os mecanismos de violência simbólica que impedem candidaturas e que dentre os eleitos, relega espaços de pouca influência política e despolitização racial para os(as) políticos(as) negros e negras.

O grande problema para esta análise é que, segundo Bourdieu: *“as operações de classificação pelas quais os agentes constroem o mundo social tendem a se fazer esquecer enquanto tais, ao se realizarem nas unidades sociais por ela produzidas”* (BOURDIEU, 2001: 222). Para o autor, isto ocorreria porque os conceitos de poder e prestígio que utilizamos cotidianamente, acabam por nos utilizar tanto quanto nós o fazemos deles. Neste sentido, é fundamental buscar a crítica histórica como forma de se contrapor a reificação cotidiana que é exercida sobre as práticas naturalizadas do comportamento político. Sobre isto, é importante buscar as bases de formação do Estado contemporâneo e do sistema representativo para que seja possível identificar o discurso fundador da esfera política e como ele se encontra contaminado por um viés que privilegia seus fundadores, ou seja, os homens brancos.

2.3.6 O papel da masculinidade colonizadora na formação do sistema representativo.

A disputa política é uma luta permanente pela definição de visões de mundo, sendo assim, ocupar um espaço de poder na máquina Estatal é conseguir consolidar visões de mundo em disputa. O elo entre os agentes políticos e o mundo é o corpo enquanto este é o objeto primordial do poder do Estado Moderno. Retomando a idéia de que o Estado é aquele que monopoliza a violência simbólica legítima (BOURDIEU, 2001), é possível visualizar na construção do Estado moderno e do seu sistema de representação o paradigma de poder simbólico que irá agir dentro e fora do espaço institucional para excluir determinadas camadas da sociedade e silenciar diante de violências materiais contra determinados grupos. Algo que está materializado no sistema jurídico. Esta exclusão é uma forma de silenciar demandas políticas e diferentes visões de mundo que poderiam se transformar em novas propostas políticas com poder para, inclusive, implodir este paradigma simbólico da violência.

O mundo social acaba sendo o móvel e o produto das lutas simbólicas, nas quais o Estado ocupa papel central como definidor de verdades, de saberes reconhecidos, de veredictos,

sentenças, títulos e tantas outras ferramentas simbólicas e práticas de poder. Neste sentido, o sistema representativo promove esta colonização dos sentidos do fazer político ao definir (de dentro do Estado) as regras do jogo, com seus limites e suas brechas. As normas são criadas a partir de disputas políticas, isto significa que interesses de atores estarão em jogo, por outro lado, toda a disputa política – inclusive aquela que vai definir as regras da própria disputa política – está sempre balizada pela busca do bom senso, isto fica nítido no discurso político quando se argumenta que uma proposta não tem fundamento na realidade, nos costumes das pessoas, ou, mais diretamente, no bom senso. O que se percebe então é que esta busca pela coerência no discurso político é a maior arma nas mãos dos grupos hegemônicos contra aqueles que não compactuam com os paradigmas simbólicos do campo social em disputa.

O processo de produção de alteridades como resultado da entronização de um grupo no controle das instituições chamadas “estatais” não significa que elementos do repertório de cultura característicos daquelas identidades subalternizadas não sejam, freqüentemente, apropriados pelos grupos que se confundem com a administração estatal e com a nação em si. [...] As elites se etnicizam e folclorizam para incluir na sua heráldica os símbolos dos territórios apropriados. (SEGATO, 2005: 7)

2.3.6 Cidadania Diferenciada

O ideal de cidadania universal que guiou os movimentos emancipatórios da modernidade, ao romper com as estruturas de dominação tradicionais, está hoje colocado em xeque. O fato é que os movimentos sociais oriundos dos grupos mais subalternizados da sociedade passaram a contrapor estes ideais de cidadania universalizantes com a realidade.

A resposta do sistema a estas demandas foi de que a cidadania universal transcende particularidades e diferenças de status na estrutura social, já que todos são receptores universais dos benefícios públicos. A crítica a esta visão surge da constatação de que mesmo após praticamente todas as pessoas terem alcançado a igualdade formal na maioria das democracias do mundo, ainda assim persiste o tratamento de determinados grupos como cidadãos de segunda classe. (YOUNG, 1998: 402)

Para esta questão, Young apresenta um novo conceito, a *cidadania diferenciada*.¹⁹ Para a autora, este conceito é uma alternativa a tensão constante entre a cidadania universal de um lado e dois outros sentidos de cidadania: vida comum e igualdade de tratamento entre os cidadãos. Para isto é necessário à inclusão e participação de todos os grupos na discussão e decisão públicas, o que seria possível pelos mecanismos de representação de grupos. (idem)

Para a autora, enquanto as diferenças de capacidades, cultura, valores e estilos de comportamento permanecerem e forem utilizadas para privilegiar alguns destes grupos, igualdade de tratamento tende a perpetuar a opressão e a desigualdade. Assim surge o conflito inerente com o bem comum, reforçando a idéia de homogeneização. (ibidem : 242-243)

Neste sentido, as demandas que se opõem a estas concepções universalistas são vistas como ameaças a unidade nacional, isto fica evidente ao se analisar os pilares do Estado moderno. Para Young, a análise do Estado moderno vai mostrar que sua base é a experiência masculina:

Feminists in particular have analyzed how the discourse that links the civic public with fraternity is not merely metaphorical. Founded by men, the modern state and its public realm of citizenship paraded as universal values and norms which were derived from specifically masculine experience: militarist norms of honour and homoerotic camaraderie; respectful competition and bargaining among independent agents; discourse framed in unemotional tones of dispassionate reason. (YOUNG, 1998 : 404)

Para a autora, o mundo burguês promoveu uma divisão moral do trabalho entre razão e sentimento que implicou em uma assepsia da vida política, o que retirou as mulheres da esfera pública e as relegou a esfera privada para que elas não levassem valores baseados na emoção para a esfera pública. (idem : 405)

Do mesmo modo, podemos pensar em uma assepsia étnico-racial promovida na vida política por meio das imposições universalistas que tiram da agenda política qualquer tendência às políticas da diferença. O perigo não é representado pelo candidato negro ou negra, mas sim pela demanda por igualdade racial que é vista como uma forma de se romper com o bem comum e instaurar a barganha por interesses imediatos e específicos de grupos dentro do parlamento.

Este tipo de posicionamento político não atinge apenas as mulheres, negros(as), deficientes, etc. Mas é muito comum em relação aos trabalhadores, no Brasil, por exemplo, muito se argumenta a respeito de uma suposta incapacidade dos cidadãos beneficiários de políticas de

¹⁹ Tradução livre da expressão: “*differentiated citizenship*”. Ver em Young, I. M. "Polity and group difference". In: PHILLIPS, A. *Feminism and Politics*. Oxford, New York, Oxford University Press, 1998, pp. 401-429.

renda mínima em fazer suas escolhas políticas. Na opinião destes críticos, estas pessoas não estariam capacitadas para votar de maneira isenta, com receio de perder o benefício.

Sobre isto, é preciso compreender que, para além das estruturas clientelistas que marcam a política brasileira, não são apenas os segmentos mais pobres da população que se beneficiam de transferência de recursos públicos a fundo perdido, na verdade, grande parte do empresariado nacional é ou já foi beneficiário de investimentos estatais e sua capacidade de decidir politicamente não foi questionada por isto. Ainda assim, historicamente foram criadas diversas barreiras para a participação política dos segmentos mais vulneráveis da população e para a classe trabalhadora na maioria das constituições das democracias contemporâneas.

De um lado, o sistema representativo nas democracias contemporâneas se apresenta como uma competição entre oligarquias, em outras palavras, existe disputa, mas ela ocorre dentro da elite dominante, ou seja, entre as frações desta classe. A resposta que a teoria política neomaquiaveliana (Bourdieu, 1989: 163) ofereceu sobre este problema foi apenas a-historicizar este fato e apresentar esta capacidade da representação política em gerar exclusão de classe, raça e gênero na esfera política como dado natural.

Por outro lado, os instrumentos disponíveis nas democracias representativas acabam por criar conceitos sobre aquilo que é dizível ou não na esfera política, ainda assim o sistema político mantém sua capacidade de contrapor diferentes visões de mundo, algumas vezes em função do voto popular, outras vezes em função de si mesmo, ao buscar consensos internos. Igualmente, são excluídas diversas demandas políticas que não conseguem nem ao menos se enquadrar naquilo que poderia ser considerado o limite do que é pensável politicamente, para Bourdieu:

“O campo político exerce de fato um efeito de censura ao limitar o universo do discurso político e, por este modo, o universo daquilo que é pensável politicamente, ao espaço finito dos discursos suscetíveis de serem produzidos ou reproduzidos nos limites da problemática política como espaço das tomadas de posição efetivamente realizadas no campo, quer dizer, sociologicamente possíveis dadas às leis que regem a entrada no campo.” (Bourdieu, 1989: 165)

Além de limitar o universo do debate político, este sistema oferece produtos em regime de oligopólio, e condiciona a escolha destes produtos a um regime censitário (idem: 166). Por fim, o que se obtém é uma democracia outrificadora.

2.3.7 Grupo Social, Perspectiva Social e Democracia Comunicativa

Um grande desafio que se coloca para as democracias contemporâneas é lidar com o dilema das crescentes demandas por inclusão no sistema político, ou seja, de um lado, lutas políticas pela representação substantiva, e de outro lado, a dinâmica de um mercado globalizado que impõe aos governos nacionais gestões homogêneas e uma dinâmica de governo capaz de oferecer respostas rápidas em assuntos relacionados a economia e capaz de implementar diretrizes políticas e aprovar matérias importantes relacionadas a economia no parlamento.

Um grande erro que se comete ao analisar os diversos marcadores sociais é impor uma suposta hierarquização sobre os mesmos, é comum se afirmar que as classes sociais são uma temática mais importante ou que pré-existiu em relação a raça ou ao gênero. Este erro de interpretação da realidade ocorre porque ao se pensar que estas identidades se sobrepõem umas sobre as outras como se o sujeito fosse uma simples agregação de identidades que não se comunicam. É por isto que o comportamento humano não pode ser racionalizado, pois é contraditório por excelência.

Para Young grupo da estrutura social deve ser abordado a partir de uma lógica relacional ao invés de substantiva, além disso, os grupos não possuem identidade, mas sim constroem a sua própria identidade baseados em seu posicionamento em grupos sociais. (Young, 2002: 82) Este conceito da autora terá várias implicações sobre a questão racial, algo que será desenvolvido ao longo deste trabalho.

Em princípio, é possível refletir criticamente sobre a exigência de substantividade e objetividade que é imposta sobre as políticas de ação afirmativa. Trata-se de um movimento que busca desqualificar as políticas de ações afirmativas a partir da premissa de que não raças não existiriam a partir de critérios supostamente objetivos, como os científicos. Uma segunda crítica é que raça não seria um conceito substantivo, já que nem todas as pessoas socialmente reconhecidas como negras se reconheceriam negras e, do mesmo modo, nem toda pessoa que se percebe como negra seria socialmente reconhecida como tal.

Esta crítica é bastante frágil, pois os grupos sociais do modo como foram apresentados pela autora se percebem de modo relacional, isto significa que a percepção sobre o lugar ocupado por uma pessoa na estrutura social e a sua relação com diferentes indivíduos somente se dará a partir da percepção sobre a implicação disto para sua vida, nas relações de alteridade. É o que ocorre com a percepção de gênero, orientação sexual, nacionalidade, raça/etnia.

Esta concepção pode ser polêmica, mas acredito que ninguém nasce homem, mulher, homossexual, heterossexual, negro ou branco. Todas estas categorizações surgem a partir da sociedade, e o que temos de genético (para fugir da expressão “natural”) é apenas um dado que será alocado socialmente em categorias, e a nossa disputa com estas categorias é que nos cria como sujeitos sociais. Ousaria até tentar ir além da autora para dizer que nós não construímos nossa própria identidade, mas sim construímos conjuntamente a nossa própria identidade, já que interferimos diretamente no processo de construção da identidade alheia e o mesmo ocorre conosco.

Para se compreender o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus nexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. (LOURO 1997 : 21)

Neste sentido, o mesmo poderá ser dito sobre a questão da orientação sexual, já que se busca compreender como as características sexuais são compreendidas e rotuladas e representadas em função da prática sexual, o que em longo prazo cria estruturas a-historicizadas de práxis sociais e representações.

Isto implica em uma relação de opressão que é compartilhada por diversas estruturas de dominação como a de gênero, sexualidade, raça/etnia, deficiência, que é a possibilidade de gerar papéis sociais para os indivíduos de acordo com sua posição inter-grupos e intra-grupos. Estamos falando de estruturas de opressão que nem sempre se encontram normatizadas ou até verbalizadas, mas que têm o poder de impor papéis sociais aos diferentes indivíduos dentro de uma coletividade.

No escopo desta pesquisa, estas estruturas têm um papel central na análise porque vão implicar na relação dos negros, sejam homens ou mulheres, com o papel de representar uma coletividade. É imprescindível mostrar como estes papéis sociais definidos de maneira arbitrária podem introjetar nos indivíduos cerceamentos ao exercício de diversas atividades, e uma delas é a política. O impacto desta forma simbólica de segregação é a desigualdade nas condições de acesso a recursos sociais com o da representação política.

É interessante notar como a política é um espaço onde existem barreiras simbólicas bastante definidas para certos grupos, o período eleitoral, representado no HGPE demonstra uma verdadeira invasão dos homens, que representam a maioria dos candidatos em todos os partidos. Mas não apenas esta característica fica evidenciada, pois o período eleitoral é por uma presença

mínima de candidaturas que seguem em ordem decrescente de mulheres, homens negros, mulheres negras, deficientes e, por último, pessoas que ostentam o estereótipo da homossexualidade.

Neste momento, surge também uma nova complexidade para a definição identitária, que é o entrecruzamento de categorias de identidade e o modo com elas definem papéis específicos dentro de cada um dos grupos sociais. As identidades são constituídas por estas categorias e as constituem. (LOURO 1997 : 25; HALL 2003 : 4) Diante disso, estas práticas e instituições fabricam os sujeitos, e compreender como as instituições como a justiça, a igreja, e, em nosso caso, o sistema representativo é atravessado pelas implicações destas categorias que perpassam e constituem (ao mesmo tempo que são constituídas) as relações de dominação e opressão que pautam o cotidiano destas instituições.

Sob este enfoque é importante que se possa analisar o contexto das disputas identitárias a partir do viés relacional, ao contrário de qualquer perspectiva essencializante. Isto significa que falar em negros, negras, mulheres ou qualquer grupo da estrutura social significa localizá-lo no espaço/tempo. Não é possível falar em negros e negras de maneira generalizante a ponto de abranger todas as sociedades e em todos os períodos da história.

2.3.8 Perspectiva, Presença / Reconhecimento e Redistribuição

Pensando nos parâmetros propostos por Phillips (1995) e Young (2001), respectivamente, de política de presença e perspectiva social, é possível refletir sobre representação política e a exclusão dos negros. Em primeiro lugar, é preciso contrapor a visão de que observar os candidatos a partir da variável raça não seja legítimo. É sim possível discutir representação política a partir da categoria raça, já que são grupos que possuem interesses em comum, ou, o que é inegável, possuem vicissitudes comuns e causadas pela opressão do passado, o racismo do presente e todas as formas de naturalização de práticas de opressão que muitas vezes podem passar despercebidas ao olhar desatento.

O primeiro tópico do capítulo 1 se concentrou em demonstrar as desigualdades raciais no Brasil, que fazem com que a população negra sofra de modo comum e tenha perspectivas comuns, assim como outros grupos subalternizados, e o debate político não pode se abster de compreender este fenômeno e oferecer respostas a ele. O que Phillips vai dizer é que o sistema político está estruturado de tal forma que cria obstáculos à expressão destes interesses de grupo,

seja pela ação deliberada, ou quando age de maneira supostamente neutra em momentos que os sistemas a-historicizados de opressão estão atuando sobre a vida das pessoas, e produzindo violência simbólica.

Diante disso, a possibilidade de negros e negras participarem ativamente da vida política, significa oferecer a este grupo a possibilidade de advogar em causa própria, assim como o restante do sistema político, espaço marcado por conflitos de interesses e onde o bem comum acaba se transformando em uma máscara para a defesa dos interesses dos grupos hegemônicos. Somente se considerarmos que os negros são as pessoas mais capacitadas para defender seus interesses como negros é que se poderá compreender a importância de se descobrir qual é o cenário de subalternidade política desta população.

Por outro lado, pensar em um suposto interesse único e específico de negros e negras seria atentar contra toda a diversidade da vida humana, que produz experiências díspares e muitas vezes conflitantes. Ou seja, se por um lado, não se pode argumentar que a vida política de uma comunidade é guiada pela busca do bem comum, já que as disputas se dão em torno de interesses também não é possível dizer que determinados grupos possuem os mesmos interesses apenas em função da sua origem étnico-racial. Identidades são categorias marcadas pelo cruzamento de características díspares e experiências de vida que deslocam as pessoas dos sentidos básicos atribuídos a diversas características, que podem se apresentar de formas completamente diferentes em função do contexto social que se está tratando.

O conceito de Young de perspectiva (2001) é interessante por falar em “perspectiva social” ao invés de interesse. Neste sentido, pertencer a um grupo subalternizado não é uma postura ativa, como poderia ser a postura de membros de um círculo de empresários preocupados com seus lucros. Perspectiva social não é um ponto de chegada, oriundo de interesses e objetivos compartilhados. Pensar em perspectiva para Young é pensar em um ponto de partida, ou seja, algumas predisposições e até paradigmas que os membros de determinados grupos possuem sobre os temas que lhes afetam.

Em relação à comunidade negra, vários são temas que os afetam diretamente, por serem negros, como foi visto no capítulo 1, a possibilidade de estar empregado, de possuir um baixo nível de ensino e acesso precário a serviços de saúde, é algo diretamente relacionado à cor de sua pele. Posteriormente, será possível constatar que a possibilidade de se tornar um Deputado Federal em Brasília também está relacionada à variável raça.

Por outro lado, isto não garante que em um cenário de igual proporção entre brancos e negros e homens e mulheres, haveria assim, uma política menos marcada pela luta de interesses, ou uma política mais voltada para o bem comum. O que de fato se espera, ao pensar dentro destas categorias de presença e perspectiva é que em um cenário político desprovido de subrepresentação racial e de gênero, o conflito político estaria aberto para novas vozes, que poderiam advogar por seus interesses pessoais ou coletivos, baseados nas premissas de suas perspectivas, ou seja, de seu ponto de partida. O que está garantido com o incentivo da participação é a diversidade da representação, que está inserida em um processo mais amplo de ampliação da esfera pública, ao permitir que novos personagens venham a tona, o que inevitavelmente trará novos conflitos, como resultado das novas relações de poder estabelecidas entre esses diferentes atores de interesses diversos e algumas vezes antagônicos.

Por outro lado, é equívoco pensar que esta ampliação das vozes representadas resolveria os problemas constitutivos da representação política, como a tensão entre representante e representado, ou que isto poderia resolver todos os problemas políticos das sociedades. O que a ampliação da participação dentro da representação traz é a possibilidade de que os conflitos venham à tona e que se possa discuti-los.

Críticas a inclusão baseada na raça

As políticas que buscam reverter às desigualdades simbólicas e materiais dos grupos normalmente são criticadas pelo seu caráter reificador das desigualdades que ela mesma busca combater, isto ocorre porque ao se combater a opressão, se acaba por materializar categorias que não possuem existência real, e aprisionar as pessoas dentro delas. (GILROY, 2001)²⁰

Para Fraser (2001) a exclusão opera de duas formas, a primeira é econômica e a segunda simbólica. Assim, o que a autora chama de luta por reconhecimento, é uma forma de ampliar as bases do Estado Liberal que buscava em sua fundação apenas a defesa da liberdade e da igualdade. Para Fraser, o movimento que vem crescendo desde a década de 60, busca garantir a justiça na esfera pública a partir do reconhecimento das identidades individuais e dos aspectos

²⁰ Paul Gilroy se posiciona contra as representações do corpo humano como repositório fundamental da ordem da verdade racial, e busca analisar como a cultura e os diálogos transculturais podem suprimir os debates que ele considera obsessivos sobre pureza racial presentes na modernidade.

Foi publicado um debate extenso que surgiu em resposta a um artigo de Bourdieu e Wacquant na revista Estudos Afro-Asiáticos, sobre relações raciais no Brasil. O texto chamado: *Sobre as artimanhas da razão imperialista* exibe a visão dos dois intelectuais sobre a capacidade dos americanos em impor o seu contexto de relações raciais para o restante do mundo, por meio das fundações internacionais que investem em grupos. O argumento dos autores é interessante, mas esbarrara no desconhecimento sobre a realidade racial da diáspora americana em seus diferentes contextos, seja brasileiro, ou estadunidense. Ver: Estudos Afro-Asiáticos, Ano 24, No 1, 2002, pp. 5-210.

simbólicos (FRASER, 2007). Os críticos dessa visão se apegam à justiça distributiva como sendo capaz de fazer justiça. (RAWLS, 1971)

Para Honneth:

A erradicação da desigualdade não representa mais o objetivo normativo, mas é antes a obtenção da dignidade ou a prevenção do desprezo, a “dignidade” ou o “respeito”, e não mais a “repartição igualitária dos bens” ou a “igualdade material” que constituem suas categorias centrais (HONNETH, 1997).

Para Fraser, esta divisão criaria dois campos distintos:

Membros do primeiro campo esperam redistribuir a riqueza dos ricos para os pobres, do Norte para o Sul, e dos proprietários para os trabalhadores. Membros do segundo, ao contrário, buscam o reconhecimento das distintas perspectivas das minorias étnicas, “raciais” e sexuais, bem como a diferença de gênero. (FRASER, 2001: 102)

Para a autora, os dois campos estão em constante tensão, e no caso das mulheres, os dois campos tem se distanciado já que a busca por reparação não é mais relevante para as mulheres que buscam a sua valorização simbólica, e vice versa. Por outro lado, ela defende que esta é uma falsa antítese . Além disso, ela defende o argumento de que as políticas de reconhecimento podem suprimir as diferenças dentro dos grupos e obscurece as disputas que ocorrem dentro dos grupos por autoridade (idem, 107).

Um exemplo que a autora oferece é de um homem negro, banqueiro de Wal-Street que não consegue pegar um táxi em função da sua cor, neste sentido, ele teria uma demanda apenas por capital simbólico e não por redistribuição de recursos. O mesmo poderia acontecer com as mulheres.

Neste sentido, Fraser (2001: 108) não adere a nenhum dos modelos que apresenta, mas tem uma postura bastante crítica sobre a idéia de identidade, com o receio que as identidades possam ser reificadas a partir das políticas de reconhecimento ou das ações afirmativas. Para a autora, em última análise, aqueles que buscam políticas focadas em grupos (reconhecimento) estão utilizando os mesmos argumentos igualitaristas (redistribuição).

Reparar a injustiça certamente requer uma política de reconhecimento, mas isso não significa mais uma política de identidade. No modelo de status, ao contrário,

isso significa uma política que visa a superar a subordinação, fazendo do sujeito falsamente reconhecido um membro integral da sociedade, capaz de participar com os outros membros como igual. (idem: 112)

Assim, a autora surge com o conceito de status, em substituição ao conceito de reconhecimento, mas ainda assim acredita que o não reconhecimento se dá quando as instituições estruturam a interação de acordo com normas culturais que impedem a paridade²¹ de participação.

A justificativa para o conceito de status em contraponto ao reconhecimento se dá por vários motivos, o primeiro é que evita essencializações identitárias, em segundo porque evita o que ela chama de reengenharia da consciência, em terceiro lugar porque enfatiza a igualdade de status no sentido da paridade de participação, ou seja valoriza a interação entre os grupos ao invés de cerra fileiras e reificar a cultura.

Os obstáculos que Fraser vê para a paridade são diversos, mas o que interessa para a proposta deste capítulo são os obstáculos políticos à paridade, que ela entende como sendo os procedimentos de “tomada de decisão” que sistematicamente marginalizam algumas pessoas, mesmo na ausência de má distribuição e falso reconhecimento. Um exemplo que ela cita são as regras eleitorais de distritos uninominais segundo as quais os vencedores levam todos os votos e negam voz para as minorias (idem: 119).

Por outro lado, o argumento que separa a economia da cultura (redistribuição vs reconhecimento) é criticado por Young, e poderia ser criticado também por autores como Bourdieu. Young reconhece a inter-relação entre economia e cultura e percebe que a dominação simbólica atua em ambos os campos, assim como as reações a ela. Sob sua ótica, Fraser não percebeu “o reconhecimento cultural como um meio para a justiça econômica e política” (Young, 1997: 148).

Não é razoável que o reconhecimento das características dos grupos seja negligenciado pelo Estado. Isto ocorre porque as identidades não são criadas fora do Estado, mas sim com a participação direta dele, por outro lado, no momento em que determinados grupos necessitam ser trazidos para a comunidade política, em função de sua subalternidade, surgem os

²¹ “Paridade” para a autora não é a igual proporção de representação nos espaços de poder, para ela “paridade” significa a condição de ser um par, de se estar em igual condição com os outros, de estar partindo do mesmo lugar. (FRASER, 2001:118)

questionamentos sobre a neutralidade do Estado - como se um Estado que não interferisse nestas esferas de disputa por reconhecimento fosse neutro.

Para Renault:

[...] as instituições não exprimem apenas as relações de reconhecimento, elas as produzem. O erro do conceito expressivo do reconhecimento social é de não considerar senão o problema das expectativas normativas dirigidas às instituições, sem levar em conta o fato de que é sempre no quadro de uma predeterminação institucional que as intersubjetividades enviam demandas de reconhecimento às instituições (2004, pp. 184-185 APUD NEVES, 2005).

Estado e as disputas simbólicas

Uma característica que define a importância destas lutas simbólicas que se travam dentro e fora do Estado é a capacidade destas hegemonias e contra-hegemonias em disputa de definir identidades. A luta política sempre passa pela construção de uma identidade social, que coloca uns dentro e outros fora das leituras históricas.

Por outro lado, em países periféricos como o Brasil é possível que esta construção de outriedade esteja marcada pelas interferências de cunho supostamente global, mas que em verdade refletem os dilemas políticos dos países centrais (Segato, 2005: 9), e imposta pela: “*ordem global e imperialista*” (APIAH, APUD, SEGATO, idem). O problema para Rita Segato é substituir progressivamente as economias simbólicas "reais", locais, pela economia global sob um regime de equivalência geral, como um verdadeiro extermínio da experiência da alteridade.

Existem diversos dilemas sendo colocados para o pensamento político contemporâneo, um deles opõe visões de mundo contrastantes sobre a ação política. De um lado as demandas por reparação e redistribuição, e de outro a necessidade de se ampliar o capital simbólico dos grupos marginalizados.

Neste sentido, as disputas simbólicas dentro destes sistemas de poder criam o espaço possível de fortalecimento de identidades e transformação das instituições, operadas por dentro a partir de contra hegemonias. Isto ocorre porque todo sistema de poder necessita de signos que possam materializar suas posições estruturais e naturalizar suas práticas, como tão bem faz o capitalismo e o racismo no Brasil e no mundo.

Papel da representação política nas lutas simbólicas

A despeito do que foi apresentado nos parágrafos anteriores, o processo de reconfiguração da representação, apresentado previamente, não necessariamente significará a inclusão das vozes políticas historicamente silenciadas do debate público, na verdade o sistema representativo nunca buscou esta meta. Na verdade o que ele representa é este intrincado sistema de poderes que opera no sentido de contenção da participação política dos grupos subalternizados da população.

Quando me refiro à reconfiguração da representação política, estou tratando de momento de transição da representação provocada pela alteração dos núcleos de mediação entre eleitores e representantes, isto não está relacionado a uma possível abertura a novas vozes políticas, em verdade, tudo não passa de uma troca de ferramentas de expressão, uma metáfora para isto é a troca periódica que o mercado faz sobre as mídias, se antes utilizávamos o vídeo-cassete, agora passamos ao DVD e no futuro passaremos para o Blu-Ray, mas nenhuma destas transformações vai garantir que se amplie o leque de usuários destes recursos, muitas vezes, o que acontece é o contrário, o custo aumenta e o número de usuários diminui.

Ao longo deste capítulo foi defendida a idéia de que o mito da democracia racial atua como um mecanismo de violência simbólica contra a população negra, isto ocorre porque ele ataca exatamente o que Phillips, Young e Fraser (cada uma ao seu modo) buscam defender - que é esta necessidade dos grupos subalternizados em defender seus interesses no espaço político-. O papel deste mito então seria o de desqualificar a capacidade de reflexão da comunidade negra como tal, porque coloca esta reflexão como sendo um ataque a todo o ideário de nação, e uma reivindicação de categorias supostamente perniciosas, como a raça.

Assim, a concepção de democracia racial retira o sentido dos indicadores apresentados no capítulo 1 sobre desigualdade racial no Brasil e também sobre os resultados da pesquisa sobre o HGPE em Brasília, que serão alvo do capítulo 3. Neste caso, os indicadores da exclusão da população negra passam a ser apenas reflexos de um país econômico e socialmente desigual, o que pode ser combatido com políticas de redistribuição de renda, ou até pela luta de classes.

Neste sentido, o argumento de Fraser sai prejudicado, porque não é levada em conta a concepção de status. Além disso, as concepções de perspectiva e presença são solapadas com o advento de algum tipo de essência cultural baseada na idéia de nação que seria mais importante que qualquer noção de ponto de partida. E por fim, seria também solapada a idéia de presença porque a base da identidade negra é rejeitada, já que na democracia racial, somos um país sem raças.

Desqualificação e Repressão

[...] que eu desorganizando posso me organizar/ e eu me organizando posso desorganizar [...] Chico Science²²

A possibilidade de inserção de novos conflitos na arena política é o que garante a perpetuação da democracia, isto porque os conflitos são reflexos de novas demandas políticas que surgem na sociedade. Caso estas demandas sejam silenciadas - pela intervenção deliberada (repressão), pela não decisão (neutralidade) ou pela violência simbólica (inserir nos subalternizados a responsabilidade pela sua exclusão) – o que ocorre é uma redução na capacidade do Estado e da sociedade em solucionar conflitos e situações de opressão, e o resultado disso, é o descrédito das instituições e as ações extremas. Ao trazer novos temas para discussão, o conflito amplia a qualidade da tomada de decisões por parte do Estado e o mais importante, é regulado, evitando assim, que demandas políticas legítimas se convertam em práticas ilegítimas de extremismo.²³

Neste sentido, os grupos que dominam a economia e a política escondem sua ilegitimidade através do manto eleitoral. Assim, a única oportunidade de interferir na ação do governo e nas leis são as eleições. Sobre este argumento elitista, Finley rebate dizendo que:

[...] É a falha lógica de uma doutrina que nega a amplos setores da população a participação efetiva no processo decisório, sob a alegação de que suas exigências talvez sejam “extremistas”, e que depois se agarra a falta de moderação desses setores como prova da justiça de sua exclusão. Em resposta, as seguintes palavras são bastante adequadas: ‘o grave erro das teorias sobre os bairros miseráveis foi transformar condições sociológicas em traços psicológicos, e atribuir às vítimas as características distorcidas de seus algozes. Na prática, a incontestada suposição da irracionalidade dos habitantes dos bairros miseráveis levou a incitações incessantes, propiciando o cumprimento das piores previsões.’

²² Chico Science e Nação Zumbi, Da Lama ao Caos. Chaos/Sony Music, 1994.

²³ Sobre extremismo ver: FINLEY, Moses I. (1988). Democracia moderna e antiga. Rio de Janeiro, Graal. Para o autor: “Um movimento pode, portanto, ser adequadamente definido como “extremista” (e é necessário reconhecer a imprecisão do termo) não pela magnitude da mudança que defende, mas por sua decisão de que os procedimentos democráticos convencionais não são eficazes para seus fins e que, sendo assim, devem ser empregados métodos que excedam a estrutura democrática.”

(FINLEY, 1988: 121)

2.4 Campo midiático, Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral - HGPE e Partidos Políticos

O surgimento da mídia televisiva fez com que as práticas comunicativas retornassem aos seus primórdios, onde a autoridade da imagem se alia à oralidade. Assim, a composição gestual, o tom de voz e principalmente, a imagem daquele que fala, ganhou profunda importância na política. Com isto, a autoridade simbólica imagética do grupo étnico-racial hegemônico dentro do campo político se fortaleceu e a TV acabou por sedimentar este poder.

Com relação à disputa política, estamos diante de dois dilemas, de um lado a mídia se constitui como um campo social dotado de suas regras arbitrárias e internalizadas entre seus pares, e que vai representar, em última análise, a criação de filtros para os conteúdos e pessoas/grupos que terão acesso a esta produção de visões de mundo. Isto significa que a mídia decide quem aparece ou não na tela. Ao oposto disso, surge um mecanismo institucional criado para reverter este poder da mídia, o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral – HGPE, sua proposta é a de democratizar o espaço midiático, financiando assim, com dinheiro público, espaço para todas as vozes políticas organizadas em partidos - de maneira proporcional aos votos recebidos na última eleição, ou seja, de acordo com a escolha popular. Em uma análise preliminar, o cenário parece ser ideal, já que todos teriam suas vozes representadas, entretanto, não é preciso aprofundar muito a reflexão para perceber que o HGPE é entregue aos partidos políticos, momento em que seus líderes decidirão quanto tempo cada candidato terá no horário gratuito.

Neste momento, surgem os problemas, pois conforme demonstrarei no próximo capítulo, o HGPE não é distribuído de maneira equitativa entre os candidatos, ficando concentrado nas mãos dos chamados puxadores de votos dos partidos, algo que a despeito da sua eficácia eleitoral – em sentido pragmático – centraliza as relações de poder simbólico em torno de certos candidatos enquanto marginaliza outros. O que percebo ao analisar o HGPE é que a maioria dos negros e grande parte das mulheres são aqueles que estão marginalizados no tempo de exposição eleitoral. Isto significa uma dupla ação opressiva, já que reflete relações de poder e hegemonia racial e de gênero que são oriundas da sociedade brasileira, mas que também têm o poder de

naturalizar estas relações de poder a partir do momento em que exibem constantemente mulheres e negros em situações de subalternidade e incutem em todos que participam do processo (eleitores + candidatos) a subalternidade deste grupo sendo algo natural.

2.4.1 Entre filtros midiáticos e partidários

Com a ampliação do poder midiático sobre os processos eleitorais e sobre a formação da agenda, surge uma alternativa ao caráter oligopolista e censitário do sistema representativo. Isto ocorre porque a mídia pode encurtar o longo trajeto dos candidatos pelo sistema partidário, ou seja, a partir do momento em que a mídia consolida a sua capacidade de gerar prestígio, e como podemos ver nos *reality shows* do momento, ela pode gerar prestígio em um espaço de tempo muito curto.²⁴

Para Bourdieu (1996), isto vai significar a colonização do campo político e acadêmico pelo campo midiático já que o prestígio nessas carreiras estaria se construindo atrelado à exposição na mídia. Por outro lado, Miguel pondera esta visão de Bourdieu ao mostrar que existe a necessidade de uma faxina no capital simbólico caso se busque alçar vôos maiores dentro do campo político. Neste sentido, um vínculo direto ao campo midiático pode se transformar em um empecilho para a carreira política, pois pode colocar em suspeição a capacidade do indivíduo em aceitar as regras do campo político ou de se fazer notório a partir dele. Nas palavras de Miguel:

“o campo político (isto é, os agentes políticos de carreira mais tradicional) trata, por vezes com sucesso, de impor limites à influência da mídia, através da desvalorização simbólica dos tipos de notoriedade mais estreitamente associados aos meios de comunicação de massa.” (MIGUEL, 2002: 170)

O que há de comum entre o campo midiático e o campo político é a forma como excluem as demandas dos grupos subalternizados e evitam a pluralização das opiniões. Por outro lado, os filtros que vão se organizar dentro do campo midiático também vão se mostrar refratários aos grupos mais subalternizados, principalmente porque este campo é dominado por grandes empresas de comunicação, que por si só vão desenvolver e consolidar um ethos de classe, que se mostrará conservador.

²⁴ É preciso lembrar que esta alternativa surgida a partir da mídia tem sua capacidade fustigada em função da constatação de que o mercado midiático é constituído por corporações financiadas por outras corporações, ou seja, se existe na mídia alguma possibilidade de encurtar caminhos no campo político, isto não será uma arma nas mãos dos grupos mais subalternizados da sociedade.

2.4.2 Crise da representação ou de mediação?

O que se percebe é um processo de reconfiguração do papel da representação perante os desafios da pós-modernidade, e que ocorre pela modificação dos mecanismos de mediação entre representantes e representados. Ao se traçar um perfil histórico do processo de reconfiguração do sistema representativo, os partidos políticos ainda ocupam papel de destaque já que foram a grande alternativa para a transformação do sistema representativo a partir do século XX e o fortalecimento da democracia.

Em um período marcado pelo surgimento das grandes cidades, do forte êxodo rural e da mundialização de economias, o sistema representativo não conseguia mais exercer a mediação entre eleitores e representantes. Naquele momento, se pensou que o sistema representativo fosse ruir por completo e nem a democracia conseguiria se fortalecer e consolidar.

As democracias de massas estavam em total descompasso com um sistema representativo que ainda privilegiava o poder local e que não conseguia comunicar-se com as massas que se aglomeravam nas cidades. Para isto, surgiram os partidos políticos com sua capacidade de agregar demandas, padrões ideológicos e organizar programas de governo para o crivo da sociedade. Com isto o sistema representativo foi resgatado e se consolidou até os dias atuais.

Para conseguir alcançar este nível de estabilidade, os partidos souberam como nenhuma outra instituição estabilizar o eleitorado nas democracias de massas, para isto, foi necessário construir identidades políticas e associá-las a posições na estrutura de classe e diversas outras características que poderiam gerar identidades a este ou aquele partido.

Para Lavalle:

[...] o momento da transição do modelo parlamentar liberal de representação para a democracia de partidos, em que esses institutos políticos emergiram como nova instância de intermediação entre o voto dos representados e os representantes. À época, tinha-se a sensação de uma crise geral da representação política, regada com interpretações alarmadas atentando para os efeitos fatalmente corrosivos das novas instâncias de mediação – os partidos de massas – sobre o sistema liberal clássico parlamentar. O decorrer do tempo tornou claro que os partidos de massas não ruíram o governo representativo, antes, acabaram nele incorporados alicerçando sua permanência sob novas condições históricas. A semelhança apontada por Manin serve ao propósito de defender que as denúncias contemporâneas das “crises” Democracia, pluralização da representação e sociedade civil da democracia, da política, e dos partidos constituem manifestações de um processo de reconfiguração da representação que, hoje como outrora, não apenas não compromete as instituições do governo

representativo, mas as repõe permitindo sua continuidade plena. (LAVALLE, HOUTZAGER et al. 2006 : 68)

2.4.3 Reformulação do papel dos partidos políticos

Em contraponto, nas últimas décadas o fenômeno que se tem observado (RIBEIRO 2004 : 29-32) é o de que os partidos de massa vêm perdendo peso nesta tarefa de mediadores. Para isto vários fatores podem estar contribuindo, desde a desregulação das relações trabalhistas promovidas pela informalidade, e a pulverização do trabalho e das categorias profissionais. Isto enfraquece os sindicatos, que são a base de sustentação de grande parte dos partidos.

Além de enfraquecer os partidos, este fenômeno atinge de maneira diferenciada as pessoas, isto ocorre porque algumas regiões do país tendem a concentrar mais mão de obra informal do que outras, além disso, os grupos mais subalternizados da sociedade também tendem a estar mais fragilizados neste processo.

O impacto disso é que negros, negras, mulheres, habitantes do norte e nordeste, morador(a) de periferia, e principalmente, aqueles que possuem estas características entrecruzadas (ex: mulher negra nordestina de periferia) estão muito mais suscetíveis à marginalização do mercado de trabalho, que vai implicar em diminuição de sua capacidade de dialogar com o sistema político, eleger representantes, e fazer ouvidas as suas demandas.

O partido de massa tradicionalmente agia como um mecanismo de criação de alternativas de socialização dos custos da atividade política, tudo isto para garantir que alguns membros daquelas comunidades mais pobres ou daqueles grupos específicos pudessem ser eleitos. Neste sentido, o sistema representativo nunca foi um mecanismo de promoção da efetiva representação substantiva dos grupos mais subalternizados da sociedade.

Por outro lado, o cenário que surge na atualidade ainda é mais complexo, devido ao fato de que os mecanismos de socialização dos custos de participação política estão cada vez mais distantes destes grupos subalternizados. Isto ocorre tanto pelo fato de que estes grupos não conseguem acessar os partidos como porque os meios de financiamento para inserção na vida política não estão mais concentrados apenas nos partidos.

Um exemplo nítido desta transformação do papel dos partidos políticos, trata-se da aglutinação de figuras públicas no seio do partido que foi comum ao longo do século XX nos partidos de esquerda e que atualmente vem se transformando em um fenômeno oposto. Por

exemplo, o Partido Comunista Italiano – PCI conseguiu reunir grandes figuras do meio cultural em torno do partido.²⁵ O Partido dos Trabalhadores conseguiu reunir alguns nomes importantes do meio cultural e ativistas políticos que foram filiados ao partido, alguns se mantendo até hoje. Por outro lado, o que ocorre atualmente, ao menos na realidade brasileira, é a invasão dos espaços de articulação política pelos militantes profissionais dos partidos. Ações deste tipo são comuns em movimentos sociais, diretórios estudantis, sindicatos, e, inclusive nas deliberações do orçamento participativo.

O resultado deste processo representa a insegurança dos partidos políticos como mediadores da sociedade, pois é como se houvesse um descolamento com a base social destes partidos. Neste sentido, os dirigentes partidários procuram de qualquer modo restabelecer o vínculo com a sociedade civil, mesmo que para isto tenha que invadir as novas esferas que começam a se fortalecer na sociedade. Em minha opinião, esta é uma tarefa impossível porque as articulações sociais atuais se erguem sobre novos pilares identitários que não os do partido político, e são muito mais pulverizadas do que as gigantescas associações partidárias e sindicais do passado. Sendo assim, é muito dispendioso em termos de recursos e pessoal, para os partidos se infiltrarem em cada uma destas organizações.

2.5 Recrutamento político e exclusão

Para Verba, Schlozman & Brady (1995), existe um enviesamento no acesso ao sistema político, já que a posição socioeconômica de um indivíduo define os recursos iniciais necessários para participar da política. Para estas autoras, em pesquisa realizada nos Estados Unidos em 1990, detectaram que a estratificação social é a principal fonte de desigualdade política, uma vez que os recursos necessários para a participação são obtidos nas instituições sociais (como família, escola, igreja, local de trabalho etc.) e o diferente acesso a essas instituições provê diferentes níveis de recursos, o que molda a participação política. Também deve ser pontuado que o próprio interesse por política é influenciado pelos mesmos fatores que produzem participação (com ênfase, sobretudo, na educação).

²⁵ Os cineastas que se filiaram ao partido comunista são vários como Pier Paolo Pasolini, Frederico Fellini, Bernardo Bertolucci e vários outros.

Em *Political Recruitment - Gender, Race and Class in the British Parliament*, de de Norris e Lovenduski (1995), o processo de recrutamento da elite política envolvendo as categorias gênero, raça e classe é discutido a partir do caso britânico. A teoria das elites é criticada pelas autoras que afirmam esta teoria centra sua análise apenas em **quem** entra para a política e não em **como** e **por que**. O resultado é que a análise elitista é determinista por não se abrir para os filtros que atuam no sistema eleitoral. Neste capítulo, buscarei justificar esta exclusão a partir do processo de violência simbólica, e no capítulo 3 aprofundarei a percepção sobre o modo de funcionamento destes filtros eleitorais a partir dos resultados das eleições para Deputado Federal no Distrito Federal em 2006.

Norris e Lovenduski partem de cinco abordagens para compreender o mesmo fenômeno da exclusão intra-partidária:

- Biográfica e histórica – buscar compreender o fenômeno a partir das carreiras políticas;
- A visão elitista – centrada nos resultados das eleições;
- Organização partidária – análise de cunho institucional, baseada nos estudos de tomada de decisão dos líderes partidários;
- Análise das motivações – busca as características comportamentais para identificar o que motiva as pessoas a se candidatar;
- Escolha Racional – compreensão das motivações dos indivíduos para concorrer, a partir da análise de perdas e ganhos dos atores.

Diante das limitações oferecidas pelas correntes elitista e racionalista, respectivamente pelo caráter determinista da primeira, e pelo caráter racionalista da segunda, vou trabalhar apenas com as três correntes restantes, biográfica e histórica, organização partidária e análise das motivações.

Os estudos tradicionais sobre elite política preocupam-se basicamente em analisar como os que estão no poder reforçam e consolidam suas posições, ou então em descrever quem está no poder. Consideram que estas abordagens deixam em posição secundária o entendimento dos processos através dos quais se chega ao poder.

Norris e Lovenduski propõem integrar o campo de estudos sobre a elite política, para compreender a composição social do parlamento e a organização partidária, para entender como o recrutamento político ocorre, e como o poder se divide dentro dos partidos. Neste sentido, é possível perceber como a composição social do parlamento está diretamente vinculada aos filtros

instalados dentro dos partidos políticos, algo que também será abordado na minha pesquisa sobre as eleições no DF.

Para analisar o processo da organização partidária, as autoras partem do pressuposto de que o processo de filtragem não é regulamentado por critérios formais, mas passa pelos valores, atitudes e prioridades dos dirigentes partidários, e pelas expectativas dos militantes do partido. A característica que eu apresento, baseado em Bourdieu, é da disposição ou não dos participantes em disputar espaço dentro do partido, baseado na expectativa que possuem sobre as disposições dos dirigentes e ativistas do partidos em relação a sua candidatura.

Para isto, é necessário compreender os padrões de carreira política, buscando compreender como alguns ultrapassam estes filtros intra-partidários e outros não, a partir de suas experiências de percepção e prática política. Neste momento surge a possibilidade de compreender como as categorias de raça/etnia entrecruzam os discursos e práticas políticas e principalmente a estrutura partidária. Além disso, é preciso compreender que os recursos e incentivos oferecidos tanto pelos líderes partidários quanto pelos militantes são influenciados pela raça. Inclusive entre aqueles que se candidatam e até entre os eleitos. Em outras palavras, a trajetória de conformação do campo político é fortemente marcada pelos estereótipos raciais e de gênero.

Norris e Lovenduski, (1995: 311) definem um panorama mais amplo para tratar a dimensão sistêmica do recrutamento político, ou seja, características que permitem generalizações sobre o comportamento dos partidos, para isto, propõem quatro níveis de análise:

- Características institucionais do sistema político (sistema eleitoral, partidário, cultura política, estrutura de funcionamento do parlamento, etc);
- Contexto de cada partido político (ideologia, modelo de gestão do partido político);
- Elementos do recrutamento partidário individual (motivação, incentivos *gatekeepers*);
- Resultados do processo na composição do parlamento.

A cultura política é um fator que pode ser importante, já que dependendo do nível de intolerância racial de uma determinada região, os candidatos negros e negras terão maiores incentivos para não disputar espaços na política. O contrário também pode ocorrer.

O sistema eleitoral e partidário representa as regras do jogo político, e como competir dentro dessa esfera sem se prejudicar vai depender de dois fatores, primeiro sobre o nível de acesso de um determinado candidato ao conhecimento técnico sobre a Lei e suas brechas e se o

próprio sistema legal prejudica ou não a estes candidatos. Araújo (1999), elenca em ordem de prioridade os fatores institucionais que podem representar empecilhos na carreira política de mulheres: o tipo de lista eleitoral (se listas partidárias ou candidaturas individuais); a magnitude do distrito (o número de assentos por distrito eleitoral); e o grau de proporcionalidade. As eleições de Brasília comprovam o fato de que distritos com menor número de eleitores e vagas no parlamento tendem a excluir fortemente representantes de grupos subalternizados ou minoritários. No caso das eleições para Deputado Federal em 2006, o primeiro negro se elegeria apenas na 15ª vaga, enquanto que a primeira mulher a se eleger seria apenas na 22ª vaga, em uma eleição onde somente oito vagas estavam em disputa.

A competição eleitoral é afetada por uma série de relações de custo-benefício, status, poder, políticos aliados disponíveis, função do parlamento, localização geográfica da capital, as demandas da legislatura, a habilidade em combinar a carreira política com a carreira profissional original, a renda, os poderes da máquina administrativa, o número de partidos competitivos, etc. (Norris e Lovenduski, 1995: 315)

O sistema partidário e o contexto partidário devem ser vistos a partir de sua perspectiva formal e informal, pois não apenas pelos regulamentos dos partidos que ocorrem os processos de exclusão, é preciso compreender os partidos a partir de sua força no interior do espaço de representação e sua posição no espectro ideológico. Neste sentido, é possível avaliar como as práticas, regras e ideologias afetam os grupos subalternizados de modo peculiar. Em função disso, é possível compreender como ocorre a inserção e debate das demandas destes grupos dentro dos principais partidos. Existe clivagem ideológica no que concerne às demandas de grupos subalternizados, entre direita e esquerda (NORRIS, 1997: 320) por outro lado, esta absorção das demandas de mulheres e negros e negras não necessariamente se refletem nos resultados eleitorais.

As condições de elegibilidade são determinadas por recursos como “tempo”, financiamento de campanha, redes de solidariedade, experiência política e conhecimento acumulado. A motivação para a candidatura é algo bastante subjetivo e pode se originar na ambição por poder/status, representação discreta de algum grupo de interesse, busca de um interesse público, ideologia, ganhos materiais, lealdade a um partido, dentre vários outros. Raça e classe entrecruzam cada uma destas categorias de modo a inibir ou incentivar uma candidatura.

Além disso, a conjuntura do partido e suas prioridades também serão um fator importante na hora de definir quem serão os candidatos priorizados pelo partido.

2.5.2 Considerações sobre o conceito de “raça”

Para Azevedo (2004, p. 31-32), a definição de políticas de reparação visando o grupo racial negro é um raciocínio falacioso porque parte da noção de raça, e torna o racismo um termo derivativo daquela noção de raça. Isto faz com que se perca a dimensão histórica da construção de raças, construção esta imaginária.

Para a autora, o racismo não deriva da raça, seja sua existência objetiva em termos biológicos, ou culturais:

“o racismo se constituiu historicamente em diferentes contextos sociais do mundo moderno, sistematizando-se como uma prática discursiva à medida em que as teorias raciais científicas impuseram a noção de raça como verdade [...] é o racismo que opera o processo social e cultural de racialização.” (AZEVEDO, 2004:31)

Segundo Azevedo, a aceitação por parte do Estado, de categorias oficiais que partem da noção precípua da existência de raças, é fator de preocupação. Neste aspecto, todos aqueles que defendem posturas racializadas de percepção das relações sociais estão contribuindo para o racismo. Este argumento demonstra um ponto de vista refratário à discussão sobre a reparação. Segundo a autora, não se deve aceitar nenhum tipo de caracterização dos seres humanos a partir do ponto de vista racial, e qualquer tipo de caracterização deste tipo é nociva para os grupos discriminados. (AZEVEDO 2004)

Osório (2003, p.7) mostra que a despeito das críticas sofridas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, sobre inadequação das suas categorias de raça/cor propostas, a maioria das pessoas se enquadra em um dos cinco grupos delimitados pelas categorias de classificação. Branco, preto, pardo, amarelo, indígena.

Segundo Osório (2003, p.8), existem três métodos de identificação racial. A auto-atribuição, heteroatribuição, ou identificação dos grupos populacionais de origem a partir da análise do DNA. (OSÓRIO 2003)

Raça e genética

A despeito de a identificação genética ser detentora de uma suposta objetividade científica, esta não garante a necessária correspondência entre os grupos raciais definidos pelos respectivos exames de DNA e os grupos raciais que as sociedades reconhecem e usam para distinguir e hierarquizar seus membros:

“A sociedade não precisa saber quão negra é uma pessoa ou são seus ancestrais, basta saber se, em seu contexto relacional, sua aparência a torna passível de ser enquadrada nessa categoria para considerá-la uma vítima potencial de discriminações”. (OSÓRIO, 2003, p.8)

As pessoas não precisam de uma comprovação genética de negritude para discriminar racialmente as pessoas percebidas como negras. O cerne da discussão sobre a inviabilidade das políticas afirmativas ou até mesmo da possibilidade de identificação dos parlamentares negros seria a argumentação de que não existe uma base científica para a definição do conceito de raça.

O conceito de raça remete, simbolicamente, a uma origem comum, continuidade das descendências, hereditariedade das características fisiológicas, psicológicas ou sociais. Em seu bojo, este conceito remete a crenças destes grupos em características essencializadas que seriam comuns ao grupo. (GUIMARÃES 2003 : pg.96)

Se a classificação de raças segundo o modelo da taxionomia clássica é, geneticamente falando, impossível, questiona-se a necessidade de então abandonar o conceito de raça (D'ADESKY 2001, pg. 45)

A não operacionalidade deste termo dentro da ciência biológica não inviabiliza a utilização do termo dentro de outras áreas de estudo, a sociologia e a política são exemplos de áreas carentes de um termo que possa definir, ou minimamente delimitar um grupo detentor de características físicas, culturais, geográficas e históricas que o tornam vulnerável a discriminação. Nesse sentido, não se está advogando pela operacionalidade irrestrita do termo raça dentro das ciências humanas, mas este termo é de uso corriqueiro nestas áreas de conhecimento como o mecanismo mais plausível a ser utilizado na definição de grupos que mantém características comuns, mesmo que não sejam universais, pois a única característica típica de qualquer indivíduo que possa ser caracterizado como negro ou negra é a vulnerabilidade ao racismo.

Para Stuart Hall²⁶ (Apud JUNQUEIRA, 2003 p.182), o conceito de raça, plenamente despojado de sua valencia biológica, deve ser visto enquanto categoria discursiva, ou seja, como dispositivo implicado em um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto as ações humanas quanto a concepção que temos de nós mesmos e dos “outros”.

Para Junqueira, (JUNQUEIRA 2003 : 83) a raça passaria agora a ser considerada um conceito político. Segundo o autor:

“Onde quer que as lógicas discriminatórias do ponto de vista racial tenham sido postas em pratica, a representação e a identificação do outro nunca se constituíram um ponto pacífico, e até mesmo por isso, muitos dos seus potenciais alvos souberam, com certa frequência, empreender estratégias criativas para tentar escapar delas, ou senão pelo menos lhe afrouxar as amarras.²⁷”

2.5.3 Como se dá a percepção racial em um espaço político marcado por discursos essencializados?

A categoria *raça*, tal como a conhecemos na atualidade, não foi gestada no contexto apresentado ao longo deste capítulo, de reificação da esfera individual, este conceito é produto de um momento histórico em que a Europa se fechava em busca de uma identidade que lhe permitisse excluir outros povos alheios a esta identidade, e impor aos mesmos todo o peso do colonialismo. Por outro lado, na atualidade a categoria *raça* começa a se remodelar diante da realidade de cada sociedade, e, além disso, parece se transformar diante dos dilemas impostos pela necessidade de se adaptar às sociedades cada vez mais pautadas pela esfera individual. Daí surge a necessidade de novas ferramentas para que se consiga a-historicizar estes termos e inscrevê-lo nos corpos a partir de padrões de repressão.

Neste sentido, as categorias biológicas naturalizadas poderão assumir diferentes sentidos dependendo do país que se esteja tratando. No Brasil, por exemplo, os usos que se faz sobre o que significa ser negro, ou, o que significa ser biologicamente negro, como forma de se pensar a naturalização da categoria, é pautado pela aparência. Por outro lado, em outras sociedades, como a americana, o fator que naturaliza a categoria raça, é um dado de origem familiar. Por outro lado, ambos se apóiam na categoria biológica para afirmar sua a-historicização.

²⁶ Hall, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 3 ed., Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

²⁷ Entrevista concedida por Rogério Junqueira ao pesquisador em 19/09/2004.

As prévias das eleições presidenciais nos EUA, entre 2007 e 2008, trouxeram um debate bastante rico do ponto de vista de uma leitura comparativa das relações raciais entre Brasil e Estados Unidos da América do Norte. Até Janeiro de 2008, o Senador negro do Estado de Illinois, Barack Obama, estava disputando as prévias para decidir quem seria o candidato do Partido Democrata que iria disputar as eleições. Ele disputa até este momento, com a Ex-Primeira Dama Hillary Clinton, Senadora de Nova York. Apesar de Obama receber recursos das principais corporações americanas e multinacionais, como Wal-Mart, British Petroleum and Lockheed Martin, Obama ainda vem encontrando resistências fortes de setores do movimento negro americano, que o acusam de não ser suficientemente politizado sobre raça, em função da sua origem.

Em termos comparativos, de um lado, existe um país politicamente constituído sob a égide da divisão binária “black vs white”. De outro lado, temos a realidade brasileira que aponta para uma perspectiva diversa, onde não existe este conflito binário inserido no imaginário político.

Nos EUA, por outro lado, as críticas que o candidato negro Barack Obama vem recebendo são bastante exemplares do modelo de pensamento sobre raça que os americanos possuem. O fato é que o candidato tem recebido uma acusação que nestes termos não faria o menor sentido no Brasil, Obama tem sido acusado de não ser negro, ainda que biologicamente ele seja. Explico, na construção de mundo que os militantes negros americanos fazem, respaldados pelas concepções vigentes naquele país, o ser negro está definido essencializado pela hereditariedade, ou seja, se você é filho de uma família negra, ou possui ancestrais negros, isto alguém se sentir naturalmente negro. É o que Moura (1994) vai dizer que resultaria no preconceito de *origem* americano em contraposição ao preconceito de *marca* brasileiro.

Nas palavras de Lenore Jean Daniels, a experiência política de Obama dentro dos EUA - já que ele é filho de uma mulher branca e de um homem negro recém imigrado do Quênia - não seria um produto da experiência afro-americana, e muito menos da resistência diaspórica nos EUA. Para a autora:

The concern about Obama’s “experience” has less to do with experience in foreign policy and more to do with his experience, that is, memory of domestic policy as it relates to Black Americans. Obama’s mother is white and his father is Kenyan. In other words, Obama is not a product of the Black American experience and, as a result, doesn’t share in the familial experience - the collective memory of the Maafa, the catastrophe of being kidnapped from

Africa, shipped in chains, enslaved in the U.S. [...] he resides somewhere between his mother's heritage of white privilege and the voluntary immigrant - who isn't from Haiti or Mexico. Obama's ancestors aren't those enslaved Africans whose descendants have had to strategize for every gain and resist every repressive domestic policy.²⁸

Neste sentido, para a autora, o *ser negro* relacionado ao Senador Obama não seria o mesmo *ser negro* da realidade americana, já que a experiência política do Senador transitaria entre as benesses oriundas da branquitude, contrapostas a uma herança africana que não é da diáspora negra, mas sim da imigração recente para os EUA e o *sonho americano*. A autora avança na sua definição das limitações da retórica do sonho americano, ao mostrar que ele não serve a todos a não ser como mito, o que me faz lembrar do mito da democracia racial, que produz resultados práticos apenas para os grupos hegemônicos, restando aos excluídos deste modelo apenas acreditar:

“The colorblind rhetoric of everybody is all the same within the American Dream and hasn't tickled down to Black Americans because the everybody meant white bodies. [...] Dr. Martin Luther King, Jr. dropped the rhetoric of the American Dream when he came face-to-face with the nightmare of reality in Chicago. King recognized that “racism is deeply rooted in America” and, from those who do not genuinely believe in equality for Black Americans, racism will be covert, but no less virile.

Obama does not represent the typical Black as the scapegoat of the American Dream; he embraces it without demanding accountability for a deplorable domestic policy as it relates to Black, Native Americans, Latino/a Americans or to the people of Korea, Viet Nam, Cambodia, Laos, Cuba, the Republic of Congo, Haiti, Palestine, Iraq, and Afghanistan.

Barack Obama looks Black and biologically, he is Black - but he's also a little different. And different where it counts. He doesn't possess the reservoir of memory or the spirit of resistance that has sustained Black Americans through trials and tribulations. [...] as Jacques Derrida would say Obama's dream does not recall “the non-present.” He speaks the language of pleasantries and, therefore, can't articulate what Toni Morrison calls the “unspeakable.” His difference saves white America from thinking about their fear of equality with Black Americans.”

Caso se analise a questão pela interpretação americana, o componente que faltaria para caracterizar a negritude do candidato democrata seria a politização da sua condição. Ou seja, apenas aqueles que são herdeiros do processo de escravidão ou que foram vítimas diretas da

²⁸ Obama and the American Dream. Daniels, Lenore Jean. Publicado em Jan 2008 no site www.blackcommentator.com

violência racial da atualidade americana é que poderiam falar pelos negros e negras. No caso de do Senador de Illinois, como ele supostamente foi blindado dos estigmas e vicissitudes da sua raça, ele não teria se politizado a respeito da experiência afro-americana. É interessante ver como esta postura está em conflito a visão de Gilroy (2001) de que a racialização faz com que o corpo humano se transforme em repositório fundamental da ordem da verdade racial.

Por outro lado, no Brasil o mesmo referencial poderia ser utilizado para afirmar o contrário. Além disso, seria totalmente razoável afirmar que Barack Obama, biologicamente não é negro, mas apenas politicamente. No Brasil, ele poderia ser desqualificado também pela sua mãe branca, mas não porque ela retirasse dele a politização da raça, mas sim porque ele deixaria de ser negro mesmo, ou seja, seria mais uma pessoa para ocupar as fileiras dos mulatos ou morenos. E caso reivindicasse a identidade negra como forma de expressão política, poderia lhe ser dito o contrário do que Lenore Jean Daniels afirmou: “biologicamente ele não é negro, por isto ele não têm legitimidade para politizar a questão racial em seus comentários.” Enquanto que os americanos dizem que ele só pode ser negro se reivindicar politizar sua raça.

Para Segato:

“Como é sabido, também, ao contrapor os critérios de percepção de raça entre, por exemplo, o Brasil e os Estados Unidos da América do Norte – a comparação entre *construções nacionais de raça* mais citada entre nós -, emerge que, hoje em dia, no Brasil, a raça é associada a marca fenotípica, enquanto nos Estados Unidos depende da origem; no Brasil depende de consentimento, enquanto nos Estados Unidos se apresenta compulsória;” (SEGATO, 2005: 5)

Este contraponto entre visões é elucidativo sobre vários pontos, primeira é que categorias como raça são (re)construídas politicamente e em virtude das hegemonias simbólicas. Neste sentido, o que cada sociedade percebe como natural é a-historicizado diante destas disputas políticas pelos sentidos da representação. Sendo assim, pensar a categoria raça para a política brasileira é partir de uma perspectiva onde a raça estaria inserida em um espaço discursivo delimitado pela violência simbólica da democracia racial e, principalmente por este discurso relacionado a mestiçagem, que por si só é um discurso que também reifica a categoria raça do qual os defensores do mito tanto criticam, isto porque ao defender a idéia de mestiçagem, ou seja, a mistura de raças, já inferem de antemão que as raças existem. (D’ ADESKY, 2001).

Seria totalmente razoável do ponto de vista brasileiro afirmar que Barack Obama não é naturalmente (ou biologicamente) negro, e isto inclusive serviria para desqualificar a sua

politização da raça, caso ele reivindicasse esta bandeira política. O que interessa aqui não é julgar qual realidade abre mais caminhos para o combate ao racismo, mas sim em como isto vai impactar na percepção da raça na política. Como já foi dito anteriormente, quando me referi no capítulo 1 aos dilemas entre raça e classe no Brasil e também neste capítulo quando me refiro a imposição discursiva que o mito da democracia racial traz consigo, a realidade brasileira está repleta de significados sobre raça que buscam esvaziar a politização do tema.

Num país como o Brasil, quando as pessoas ingressam a um espaço publicamente compartilhado, classificam primeiro imediatamente depois da leitura de gênero binariamente, os excluídos e os incluídos, lançando mão de um conjunto de vários indicadores, entre os quais *a cor*, isto é, *o indicador baseado na visibilidade* do traço de origem africana, é o mais forte. Portanto, é o contexto histórico da leitura e não uma determinação do sujeito o que leva ao enquadramento, ao processo de outrificação. (Segato, 2005: 10)

As construções identitárias de caráter mais ortodoxo, acabam por servir ao segmento mais conservador da política racial, isto porque apenas reforçam o principal recurso criado pelo mito da democracia racial que é o silenciamento dos grupos que se encontram nos espaços intermediários de identidade, e que muitas vezes, a despeito de seu pertencimento a um grupo subalternizado conseguem ocupar espaços de poder na sociedade, principalmente, porque tem invisibilizada a sua identidade. Caso este contingente tivesse sua identidade politizada, a capacidade de intervenção sobre as estas estruturas estruturantes seria potencializada. Entretanto, o que ocorre é uma disputa política pelo significado da negritude que parte do pressuposto da disputa sobre um bem escasso, como é o caso das políticas de ação afirmativa, isto faz com que o ser negro em disputa recaia sobre um conjunto de desconfianças que, em última análise, produzem o estreitamento da percepção e definição do ser negro no Brasil.

Diante disso, é possível analisar o mapa racial elaborado nesta pesquisa sobre os candidatos a Deputado Federal como sendo uma perspectiva que pode não se confundir com a percepção étnico-racial dos próprios parlamentares. Mas isto não significa a inexistência de um pano de fundo para o debate sobre racismo, de fato o que defendo neste trabalho é que os candidatos podem não se perceber negros, mas caso tragam este signo em sua aparência, serão alvos em potencial para a discriminação racial, ainda que não a percebam de fato, ou que optem por não reconhecer e politizar o tema.

2.5.4 Como ocorre a exclusão política baseada na raça ?

É importante ressaltar que a categoria raça/cor não é o único fator que exclui os possíveis candidatos dentro do processo eleitoral, mas como já foi mostrado anteriormente, a raça é um forte indicador de diversas outras exclusões como a educacional, a violência policial, desemprego, precariedade da habitação, baixa oferta de serviços públicos, dentre tantos outros fatores que beneficiam determinados setores da população em detrimento de outros. A constatação que faço é que a categoria raça permite agrupar diversas destas categorias em torno de si, como foi demonstrado no capítulo 1.

Por outro lado, uma justificativa mais plausível para a exclusão política poderia ser obtida não apenas na fragilização social deste grupo, mas sim nos padrões excludentes sobre os quais se estrutura o sistema representativo. Me refiro a um conjunto de práticas discursivas, regras do jogo político e redes informais de solidariedade, que acabam por construir um mundo político totalmente à parte de determinados grupos desprovidos de recursos políticos, econômicos e capital simbólico e cultural.

Pensando sobre os efeitos da divisão social do trabalho entre os sexos, Bourdieu afirma: “os homens sentem-se tanto mais fortemente intimados - e não apenas autorizados - a formular uma opinião, quanto mais intenso é o sentimento das mulheres de que estão dispensadas de expressá-la e mais livres de delegar essa tarefa e escolher por procuração. [...] E a indiferença nada mais é do que uma manifestação da incapacidade” (Bourdieu, 2006: 378). Para o autor, a necessidade de instrução para participar do processo político garante o bom funcionamento do sufrágio universal, isto porque garante um princípio de seleção que serve de fundamento tácito da divisão do trabalho político, uns votam e outros governam. (idem: 388)

Enquanto o mito da democracia racial, citado anteriormente, age como um mecanismo de violência simbólica, a afirmação da alteridade da raça dentro da política é dificultada, principalmente porque existe um silenciamento sobre o tema, o que faz com que este tema somente seja lembrado pelos parlamentares negros mais atuantes, ou por todos nos dias de comemoração de datas históricas como o dia da consciência negra em 20 de Novembro. Por outro lado, pautar a temática racial parece não gerar capital político dentro deste campo. Na verdade, o que pode gerar capital é ser reconhecido como pessoa negra que não pauta esta questão, assim como está ocorrendo com o candidato americano Barack Obama, que tem sido saudado pela

grande mídia por não pautar a temática racial e evitar qualquer tipo de discurso focado na comunidade afro-americana

2.5.5 Como definir opressão e exclusão?

Antes de apontar um quadro de exclusão de parlamentares negros(as) no Congresso Nacional, é será preciso definir o que chamarei de exclusão. Exclusão é um conceito relativamente vago e que pode assumir diversas conotações dependendo do cenário e do momento sobre o qual se refere. A exclusão pode inclusive estar delineada a partir de um processo de inclusão, é o caso das mulheres que foram incluídas no âmbito privado familiar como movimento que permitiu a sua exclusão do espaço público. (PINTO 2006 : 654)

Podemos pensar em exclusão material e simbólica. A exclusão material é aquela que está representada pela ausência física dos indivíduos nas esferas de decisão. A exclusão simbólica resulta em processos de redução da capacidade reivindicativa das pessoas, já que é resultante de condicionamento social e não apenas de uma barreira legal, a opressão do modo como se manifesta nas instituições é sistêmica e estrutural.

Nossas sociedades possuem espaços fortemente demarcados de inclusão e exclusão que superam as barreiras da igualdade formal e criam verdadeiros paradoxos entre o texto legal e a realidade. Isto ocorre de maneira freqüente em uma sociedade como a brasileira.

Neste sentido, é importante definir um conceito de exclusão e de inclusão do espaço político. Ao longo deste capítulo foi considerada *exclusão* do espaço político como sendo a impossibilidade de candidaturas de parlamentares negros, devido ao alto custo de uma candidatura, não apenas em termos financeiros, mas, sobretudo no que se relaciona a possibilidade de enquadramento destes candidatos aos valores, hierarquias e às proibições presentes no seio dos partidos. Isto ocorre não apenas em função de um processo de discriminação racial, mas principalmente por todo o universo de comportamentos que circunda a atividade partidária e que os excluídos usuais acabam por se vitimizar neste jogo de poderes.

Isto significa que, para compreender completamente os discursos políticos que são oferecidos no mercado em dado momento e cujo conjunto define o universo do pode ser dito e pensado politicamente, por oposição ao que é relegado para o indizível e o impensável, seria preciso analisar todo o processo de produção dos profissionais da produção ideológica, desde a marcação, operada em função de uma definição frequentemente implícita da competência desejada, que os designa para estas funções e a formação geral ou específica que

os prepara para as assumir, até a ação de normalização contínua que os membros mais antigos do grupo lhes impõem com a sua própria cumplicidade, em particular, quando, recém eleitos, têm acesso a uma instância política para onde poderiam levar um falar franco e uma liberdade de maneiras atentatórias das regras do jogo. (BOURDIEU 1989 : 170)

Para Bourdieu, a inacessibilidade da cultura política se dá muito mais pela complexidade das relações sociais que constituem o campo político do que pela linguagem com a qual esse campo se exprime para fora dele. Neste sentido, as posições que cada lado da disputa política ocupa são, na verdade, os embustes que escondem um quadro político que está fechado para novas posições e que qualquer questão apresenta-se de maneira relacional como forma de disputa interna entre dois pólos deste oligopólio instituído.

Sobre opressão, Young (2001: 412) vai afirmar que existem cinco características que definem a opressão sobre um grupo social, para isto basta que uma proporção relevante de pessoas deste grupo esteja vulnerável a uma ou mais destas características:

- 1º Os benefícios do seu trabalho e energia vão para outros sem reciprocidade, ou seja, exploração;
 - 2º As pessoas são excluídas de participarem das principais atividades sociais, em sociedades típicas, seria o mercado formal de trabalho;
 - 3º Vivem e trabalham sobre a autoridade de outros, com pouca autonomia e autoridade entre eles;
 - 4º Ser estereotipado e ter suas características e realidade invisibilizadas pela sociedade, além disso, não é espaço para expressarem sua perspectiva social;
 - 5º Membros de grupos sofrem violência, perseguições e até prisão, motivada por medo e ódio.
- Por exemplo: grupos étnico-raciais subalternizados, mulheres, gays, lésbicas, trabalhadores da informalidade, pessoas pobres, idosos e pessoas com deficiência.

Capítulo 3 - Resultados da pesquisa sobre o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral – HGPE no Distrito Federal para a eleição de Deputado Federal em 2006.

3.1 Notas introdutórias sobre a pesquisa

O objetivo da pesquisa que será apresentada agora é de observar e analisar os resultados das eleições para Deputado(a) Federal em Brasília no ano de 2006, com foco na sub-representação étnico-racial negra. A pesquisa analisou o HGPE, com atenção para todos os candidatos que obtiveram qualquer visibilidade nele. Foi quantificado o tempo de exposição, a origem étnico-racial, o sexo, o partido e/ou coligação, e os resultados nas urnas dos candidatos em termos de votos obtidos.

Para autores como (Schmitt, Piquet Carneiro et. al, 1999), o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral pode se constituir em um espaço privilegiado para a reafirmação de identidades partidárias que de outra forma não poderiam manifestar-se. Neste sentido, o HGPE atenua o efeito centralizador sobre a imagem dos candidatos, já que abre espaço para a exposição de idéias dos partidos. Um efeito parecido com o das coligações partidárias, já que permite aos pequenos partidos eleger candidatos que não se elegeriam sem elas em virtude do elevado Quociente Eleitoral, comum na maioria dos Estados brasileiros.

O HGPE não será visto como um produto midiático em si, mas sim como um produto de mídia construído pelo campo político, ou seja, as regras da divisão do tempo entre os candidatos são definidas dentro do partido político, seja de maneira centralizada e autoritária, ou transparente, mas as regras são definidas pelo campo político e não pelo campo midiático. Além disso, para a maioria dos candidatos, os recursos midiáticos tradicionais da TV são deixados de lado em prol da exibição da sua imagem, sem efeitos especiais, trilha sonora ou tomadas externas. Neste sentido, é preciso esquecer os filtros que atuam no campo midiático e concentrar no HGPE, pois as regras e filtros que vão operar no horário gratuito não são as mesmas da mídia, ainda que ambas estejam relacionadas - a exposição na mídia afeta positivamente (até certo limite) o prestígio no campo político, como demonstram vários estudos²⁹

²⁹ Dentre os estudos sobre as relações entre mídia e política ver principalmente Miguel (2001; 2003; 2004; 2006). Ver também Colling, Leandro: “*Os estudos sobre mídia e eleições no Brasil pós-ditadura*” Tese de Doutorado defendida na Universidade Federal da Bahia em 2006. A tese sistematiza, apresenta e analisa os estudos acadêmicos sobre a mídia e as eleições presidenciais realizadas no Brasil em 1989, 1994, 1998 e 2002.

Buscando analisar os filtros do campo político, é possível perceber que o processo eleitoral possui três grandes obstáculos que se colocam à participação efetiva da população negra nos espaços decisórios: o primeiro obstáculo surge antes da candidatura e pode ser a causa principal da reduzida oferta de candidaturas negras; o segundo é o próprio pleito eleitoral, já que a maioria destes candidatos possui reduzidos recursos de campanha e tempo de exposição no HGPE; o terceiro obstáculo está relacionado à busca de visibilidade dentro do parlamento. Ganhar visibilidade significa ter exposição na mídia, mas, além disso, é obter a relatoria de projetos importantes, a presidência de comissões e até a indicação para alguma Secretaria de Estado ou Ministério, além do mais importante: ser reeleito.

Sobre a candidatura, muito já foi dito ao longo do capítulo 2 (principalmente sobre a eficácia dos processos de violência simbólica no que diz respeito às não candidaturas). No caso desta pesquisa sobre o HGPE, que será o alvo deste capítulo, me concentrarei apenas no segundo obstáculo que é o processo eleitoral, neste aspecto, buscarei entender em que medida o HGPE contribui, ou não, para a eleição de negros e negras, e como a exposição no Horário se relaciona com o partido em que o candidato se encontra e com sua raça. Para isto, é preciso entender como operam os modos e práticas discursivas adotadas como modelos e que agem como mecanismos de afirmação da desqualificação histórica e política de determinados agentes. Em outras palavras, como operam dentro do legislativo os mecanismos que excluem as pessoas em virtude de quem são (isto é, de suas características sociais, étnico-raciais, sexuais), de suas demandas políticas e em função do modo como se apresentam estas demandas políticas.

Os resultados do pleito não são animadores, já que apontam para uma forte desproporção étnico-racial e de gênero entre os candidatos e, por conseguinte, após o pleito eleitoral, ocorreu a total exclusão de negros e mulheres. O fato é que apenas 10,3% dos candidatos a Deputado Federal em 2006 são pardos, e 17,8% pretos, somando 28,1% de candidatos negros em contraposição a 71% de candidatos brancos. Em relação ao sexo, 86,9% dos candidatos eram homens e apenas 13,1% eram mulheres. Nenhum negro, negra, ou mulher branca ou negra foi eleito(a). O que mostra, antes de tudo, que existe uma grande desproporção entre as candidaturas, fator decisivo para a derrota de negros e mulheres, já que diminui a possibilidade de eleição de um candidato ou candidata oriundo deste grupo. É importante, assim, ressaltar que a assimetria na proporção de candidatos é superada por uma assimetria ainda maior: aquela que se afirma com os resultados eleitorais. Ainda que estejamos tratando de um caso restrito, o das eleições de 2006 no

Distrito Federal, outras pesquisa observam que essa realidade corresponde, grosso modo, a outras eleições e instâncias. Além disso, os dados vão apontar para diferenças no recrutamento partidário³⁰ de homens e mulheres, além de mostrar que nenhum partido cumpre a legislação que obriga o mínimo de 30% de candidatas mulheres.³¹

Mesmo que consigam romper as barreiras da candidatura, os candidatos negros são colocados diante de um obstáculo ainda mais difícil que é o pleito eleitoral. O objetivo desta pesquisa é constatar objetivamente esta sub-representação, e observar e analisar em que medida a exposição dos candidatos no HGPE influencia seus resultados eleitorais e como este obstáculo – ou trampolim no caso dos beneficiados – pode representar uma barreira para grupos minoritários em seu acesso aos espaços de poder, no caso, a população negra em cada um dos partidos.

Como já foi dito, o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral é um veículo de mídia financiado pelo poder público como forma de se contrapor aos abusos do poder econômico no uso dos meios de comunicação para propaganda política. Financiado com recursos públicos, o HGPE tem o poder de democratizar – sob o ponto de vista econômico – o espaço de difusão desta propaganda. Por outro lado, o HGPE ainda é refém do poder político partidário, algo que é decisivo para as candidaturas pelos seguintes motivos: o partido decide quem fica com as maiores e menores fatias do HGPE; é possível financiar empresas de publicidade para elaborar os programas, inclusive com a apropriação sobre grandes fatias dos recursos partidários, que não são suficientes para produzir programas eleitorais refinados para todos os seus candidatos. Neste, e em outros aspectos da representação política no Brasil, os partidos são agentes centrais na definição das possibilidades e do sucesso de candidaturas.

Até 1974, o Horário Eleitoral era pago, pois a lei que o definia anteriormente (Código Eleitoral de 1950) não previa nenhum tipo de gratuidade perante os concessionários de rádio e TV. Posteriormente, na década de 70, o HGPE passou a ser o único meio com o qual os partidos poderiam ter acesso à mídia não escrita, ainda assim o HGPE nunca teve papel fundamental na disputa política, conseguindo ampliar seu peso apenas depois da Lei Falcão. Nas eleições de 1974, o crescimento das oposições mostrou-se patente. Após a derrota nas eleições legislativas de

³⁰ Sobre recrutamento partidário ver André Marengo e Miguel Serna. “*Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai.*” *Rev. bras. Ci. Soc.* vol.22 no.64 São Paulo. 200. Para os autores os partidos de esquerda apresentariam composição social mais pluralista, bem como vínculos partidários mais duráveis e prévios ao ingresso na carreira política. Em contraste, estruturas tradicionais recrutam seus candidatos baseados em capital eleitoral pessoal e carreiras construídas previamente e fora das organizações partidárias.

³¹ Sobre participação das mulheres ver: ARAÚJO, Clara, 2001; MIGUEL, L. F, 2006.

novembro de 1974, o Governo baixou decreto, apelidado de Lei Falcão, elaborado pelo Ministro da Justiça, Armando Falcão, limitando drasticamente o acesso de candidatos ao rádio e à televisão, com o fim de evitar mais uma vitória oposicionista nas eleições municipais de 1976.

Após a reabertura democrática, várias leis se sucederam alterando aspectos relevantes do HGPE; a cada eleição, novas críticas levavam o sistema a se aperfeiçoar, e o tempo foi reduzido de 90 minutos diários para 60 minutos e de 60 dias para 45 dias de exibição; houve também a exclusão dos domingos. Uma inovação recente do HGPE foi a criação das inserções rápidas em estilo comercial.

As inserções esporádicas ao longo da programação têm a vantagem de evitar que o HGPE seja exibido em cadeia nacional, assim, desobrigam o telespectador a assistir à mesma programação em todos os canais. Mantida a programação normal da TV, já que as inserções são feitas pelas emissoras em momentos distintos e diluídos ao longo da programação, fica assegurada uma maior audiência para o HGPE, pois a maioria das pessoas continua a assistir a programação normal de sua preferência e ainda assiste às inserções esporádicas ao longo dos comerciais. Algo que não ocorre com HGPE de cadeia nacional.

Por outro lado, o HGPE neste formato comercial adquire algumas nuances, a primeira é que ele deixa de disputar espaço com a programação da TV e passa a concorrer com a propaganda em si, ou seja, entre um apelo comercial e outro, o eleitor recebe um apelo político. Algo que é totalmente diferente de uma grade da programação reservada à propaganda gratuita. Em virtude dessa e de outras nuances é que o escopo deste trabalho não abrange estas inserções esporádicas na programação, e se concentrará apenas na propaganda veiculada em rede nacional no horário de maior audiência, ou seja, à noite.

Obstáculos

A base social da candidatura também é algo determinante sobre as possibilidades de eleição; o nível de escolaridade, as relações familiares, o prestígio da família, o poder econômico, e a inserção e prestígio dentro de associações políticas de menor amplitude como associações de classe, conselhos gestores e no próprio partido político; é este o pano de fundo que pode garantir uma carreira política vitoriosa. Neste sentido, é importante evidenciar quais barreiras agem no sentido de enfraquecer as candidaturas de pessoas negras, inclusive ao relegar espaços subalternos dentro das corporações, movimentos sociais, entidades de classe e que posteriormente, se refletirá em desigualdades no acesso ao eleitorado, tanto pelas barreiras

impostas dentro dos partidos políticos quanto por aquelas impostas pela mídia.

A premissa básica deste trabalho é de que existe um processo de sub-representação e exclusão da população negra brasileira a partir do conceito de *política de presença* (Philips, 1995) e sob o ponto de vista da precariedade do debate sobre relações raciais no Congresso Nacional em relação ao enorme contingente de população negra, e, por conseguinte, de eleitores negros no Brasil (Sousa 2006).

A pesquisa buscará testar a hipótese (Schmitt, Piquet Carneiro et al. 1999), mencionada antes, que reforça a centralidade do HGPE e dos partidos políticos no processo eleitoral, ao constatar que existe uma correlação entre o tempo de TV e os resultados nas urnas, e que esta correlação se amplia em relação aos partidos políticos. Para os autores, o HGPE tem a possibilidade de desenvolver e institucionalizar os partidos políticos brasileiros, ao ser utilizado pelas candidaturas proporcionais, o que permite aos líderes partidários construir perspectivas diferenciadas em torno do espectro ideológico dos partidos políticos.

Neste sentido, a pesquisa irá comparar o tempo de exposição dentro de cada coligação com a posse de mandatos e com o resultado eleitoral, assim como verificar quais são os apelos discursivos dominantes entre os diferentes candidatos.

3.2 HGPE em análise

A pesquisa com os programas eleitorais foi realizada entre Junho e Agosto de 2007, a partir de material disponibilizado pelo professor Luis Felipe Miguel, que inclui a gravação de todos os horários eleitorais da campanha para deputado federal em Brasília, no ano de 2006. A proposta foi a de assistir a todos os programas eleitorais do HGPE noturno e mapear o tempo total e a quantidade de exposições, apelo discursivo, sexo, raça/cor, número total de votos obtidos, e por fim, se o candidato havia sido eleito ou não.

O HGPE ocupa, durante o período eleitoral, 100 minutos da programação diária da TV e do Rádio, de segunda a sábado. Durante o período, que pode variar de 45 dias a um mês da antevéspera das eleições, os 100 minutos são divididos em duas inserções de 50 minutos. As eleições para Presidente da República e Deputado Federal ocupam a programação às terças, quintas e sábados. Já o HGPE destinado aos candidatos a Deputado Distrital e Governador ocupa as segundas, quartas e sextas-feiras. Os 50 minutos são divididos em 25 para os candidatos proporcionais e 25 para os majoritários, ao longo de todo o HGPE, o que não evita que

candidatos proporcionais utilizem seu tempo para defender a candidatura de um concorrente ao governo local ou federal.

O resultado do HGPE no DF foram 1500 minutos de exibição divididos por 107 candidatos em vinte programas eleitorais. Obviamente a divisão do tempo eleitoral não foi totalmente igualitária, na verdade, a divisão ganhou desproporcionalidades dentro e fora dos partidos políticos. Dentre os partidos, a divisão se deu por meio do critério da lei eleitoral que é o seguinte: um terço do tempo é dividido igualmente entre os partidos e dois terços proporcionalmente ao número de representantes do partido ou coligação na Câmara dos Deputados, a contar do início da legislatura em curso durante as eleições. Essa terça parte do HGPE, que é dividida igualmente, abre uma brecha dentro do sistema político para o surgimento de novas lideranças e fortalecimento de novos partidos.

Esse fenômeno da divisão do tempo eleitoral é exemplificado ao longo das sucessivas candidaturas do Deputado Enéas Carneiro (1938 – 2007), que ganhou notoriedade em todo o país pelo caráter cômico de suas rápidas aparições na TV, como candidato a Presidência da República em 1989. Como seu partido utilizava apenas o terço dividido igualmente do HGPE (17 segundos), o candidato à presidência pelo PRONA fazia seu discurso de maneira rápida e coesa, apresentando propostas polêmicas e ganhando a simpatia do eleitorado com seu bordão: - “Meu nome é Enéas”. Assim, ele obteve uma votação expressiva em todas as suas candidaturas para Presidente da República, e chegou a ficar na terceira colocação nas eleições de 1994. Posteriormente, quando se candidatou a Deputado Federal por São Paulo, obteve a maior votação da história das eleições proporcionais no Brasil, alcançando a marca de 1,5 milhões de votos, elegendo consigo outros cinco deputados. É interessante notar que, ao longo da sua trajetória, Enéas foi beneficiado progressivamente pelas conquistas eleitorais do seu partido até o momento em que ele conquistou tempo suficiente no HGPE para reduzir a intensidade de sua fala e apresentar suas propostas de modo não apressado. Ou seja, ele conseguiu sair de 17 segundos em 1989 para atingir o sexto maior tempo eleitoral (mesmo não estando coligado) nas eleições de 2006, resultado da ampliação de sua bancada.

A lei eleitoral (Lei 9.504/97, arts. 36, § 2º c/c 44) também permite ao candidato que obtiver participação inferior a 30 segundos, acumular tempo, deixando de aparecer em todos os dias de exibição para conseguir aparecer apenas em um dia, porém com tempo maior. Isto foi muito comum no HGPE analisado, já que as aparições variaram entre uma e vinte e duas

aparições, entretanto, houve uma grande concentração de exposições que variaram entre uma e quatro (20%), como mostra a tabela 6³².

Tabela 6 - Exposições ao longo do HGPE nas eleições no DF em 2006

Número de exposições	Freqüência	Porcentagem
Mais de 2	9	8,30%
De 2 a 4	22	20,40%
De 4 a 6	5	4,60%
De 6 a 8	5	4,60%
De 8 a 10	10	9,30%
De 10 a 12	3	2,80%
12 ou mais	54	50,00%
TOTAL	108	100%

Fonte: Autor

Mínimo = 0, Máximo = 22

Soma = 1 224

Média = 11,33 Desvio Padrão = 7,59

As observações estão agrupadas em sete classes de igual amplitude

A escala de programação do HGPE segue um sorteio, definida a ordem do primeiro dia, os demais seguem um rodízio em que os últimos de um dia serão os primeiros do dia seguinte.

O HGPE está dividido em três modalidades, a primeira é a que vamos trabalhar na pesquisa, com os programas eleitorais de 50 minutos exibidos duas vezes ao dia, e a segunda é a das inserções ao longo do dia, que somam 30 minutos, divididos em inserções de no máximo 60 segundos em quatro blocos de audiência que vão desde 08h00min até as 24 horas. Há também as inserções fora do período eleitoral, mas estas são inserções de cunho partidário, que não ocupam a rede nacional de uma só vez, e fogem ao escopo deste trabalho.

3.3 Funcionamento do sistema eleitoral brasileiro

O sistema eleitoral brasileiro tem um caráter misto, já que para eleição dos governos federal, estadual, municipal e Senado Federal, o sistema é majoritário. Por outro lado, para a eleição de Deputados Federais, Estaduais/Distritais e Vereadores, é o sistema proporcional que será utilizado.

³² A metodologia da pesquisa será explicada posteriormente.

Na Câmara dos Deputados as vagas são divididas entre os estados de acordo com definição em Lei, baseada em sua população, isto significa um mínimo de oito e máximo de setenta vagas. Estes números demonstram uma crescente desproporção em relação ao contingente populacional e o número de vagas destinadas a cada Estado. Por exemplo, São Paulo, está sub-representado, enquanto o Acre está sobre-representado em relação a sua população.

“a estrutura do voto proporcional no Brasil atribui maior valor à reputação individual do que à partidária. A modalidade de voto uninominal torna-se assim essencialmente ordinal, dentro de uma estrutura supostamente categórica. A fórmula brasileira de RP é um híbrido de um procedimento baseado em restos (quocientes) com um outro baseado em médias (divisores).” (PIQUET CARNEIRO e SCHMITT, 1995)

O sistema majoritário é de fácil compreensão, pois de acordo com as vagas disponíveis, ganha quem tiver mais votos, ou seja, vence a maioria. Por outro lado, o sistema proporcional privilegia os partidos e a representação substantiva, já que concede maior possibilidade aos pequenos partidos de elegerem alguns de seus candidatos. O sistema proporcional leva em conta o número de votos obtidos nas eleições pelo partido político ou coligação, ou seja, ao votar, o eleitor está destinando seu voto a um partido e não ao candidato. A opção que é dada ao eleitor é a de decidir qual candidato ele prefere dentro de um partido ou coligação, caso este partido/coligação alcance o coeficiente eleitoral.

O resultado das eleições origina-se do quociente eleitoral, obtido a partir da soma dos votos válidos (não entram no cômputo os votos nulos e brancos) divididos pelo número de cadeiras em disputa. Desse cálculo, surge o quociente partidário, que é obtido pela divisão dos votos do partido ou coligação pelos votos pelo quociente eleitoral, o que define o número de cadeiras destinadas a cada partido ou coligação e quais partidos estarão excluídos do pleito por não alcançarem o quociente eleitoral.

O cálculo das sobras no sistema brasileiro é realizado pelo critério da maior média, deste modo será beneficiado o partido que alcançar o maior valor médio na relação entre total de votos obtidos versus cadeiras ocupadas. Em termos de números isto significa dividir o número de votos obtido pelo partido ou coligação pelo número de cadeiras que já obteve mais um. Por exemplo, nas eleições de 2006, a coligação *União por Brasília* (PT / PV / PC do B / PSB / PRTB / PRB)

obteve 289.604 votos, o que gerou um quociente partidário para uma vaga, e sobras. Dividindo-se 289.604 por dois (número de vagas obtidas mais um) obteve-se média suficiente para eleger mais um parlamentar. Neste sentido, a coligação *União por Brasília* elegeu os dois candidatos mais votados dentro da legenda, respectivamente, Geraldo Magela e Rodrigo Rollemberg.

3.3.1 Coligações

A coligação é uma figura criada pelo sistema político multipartidário para agregar os votos de diversos partidos de modo que o quociente eleitoral fosse calculado a partir da coligação e não apenas do partido. O resultado disso, é que se torna mais fácil vencer uma eleição estando coligado, já que é reduzido o chamado “desperdício” de votos, ao qual Lessa (*idem*) se refere, em partidos que não alcançariam o quociente eleitoral.

Historicamente, no Brasil, esse recurso foi constituído como um uma maneira de se aliviar o peso do quociente eleitoral e permitir o acesso dos menores partidos. Entretanto, o recurso tem se convertido cada vez mais em uma desvirtuação da proporcionalidade, já que os grandes partidos, que possuem os principais candidatos dentro de uma coligação, se beneficiam dos votos alcançados pelos pequenos partidos participantes da coligação. Isto ocorre porque não há controle do número de candidatos e partidos dentro das diversas coligações. Estudos recentes comprovam que a organização das coligações não obedece aos princípios norteadores dos partidos, pois há um nível muito baixo de vinculação ideológica. (Machado, 2007)

Por fim, nas eleições de 2002, o Tribunal Superior Eleitoral editou uma norma chamada de verticalização das coligações, que obrigava os partidos a respeitarem as alianças a nível nacional.

"§ 1º Os partidos políticos que lançarem, isoladamente ou em coligação, candidato à eleição de presidente da República não poderão formar coligações para eleição de governador de estado ou do Distrito Federal, senador, deputado federal e deputado estadual ou distrital com partido político que tenha, isoladamente ou em aliança diversa, lançado candidato à eleição presidencial (Lei nº 9.504/97, art. 6º; Res. - TSE nº 21.002, Consulta nº 715, de 26.2.2002)."

É importante perceber como as brechas criadas na legislação eleitoral abrem espaços para os grandes partidos e seus principais candidatos, que acabam se beneficiando duplamente, primeiro porque se aproveitam da credibilidade de líderes locais, que angariam os votos de

pequenas localidades a custos baixos, sem ameaçar os grandes candidatos com uma votação expressiva. Além disso, monopolizam os recursos, a estrutura partidária e o HGPE em torno de suas candidaturas, algo que será revertido em resultados eleitorais.

Neste sentido, é importante salientar que ao analisar a distribuição do tempo de exposição no HGPE se estará partindo da premissa de que ela ocorre de maneira diretamente proporcional aos recursos disponíveis dentro do partido político. Além disso, é importante lembrar que a coligação permite aos partidos ampliar seu tempo no HGPE, já que a legislação trata a coligação como se fosse um partido.

3.4 Desigualdades Raciais em Brasília

A realidade de Brasília é marcada por uma segregação racial que se estabelece em regionalmente, em termos de renda e de escolaridade, a população branca responde por 49,15% da população total e a população negra por 49,57% (PDAD-2004). Como afirma Santana (2007):

“ a população negra se concentra nas regiões periféricas do DF ou em áreas de degradação sócio-ambiental mais próximas ao núcleo de trabalho e renda — Brasília. Essa concentração da população negra em áreas periféricas coincide diretamente com a distribuição da população de analfabetos, com a concentração de ocorrências policiais, de desemprego, de irregularidade fundiária, de habitações sub-normais, de menor oferta de serviços públicos (principalmente de saúde e educação), de equipamentos de lazer, entre outros. O que acaba por constituir uma intersecção de variáveis negativas sobre a população negra. Assim temos nas Regiões Administrativas (RA) com maior concentração da população negra, como a Estrutural (66%), o Recanto das Emas (63%) e Brazlândia (64%), uma média de renda domiciliar mensal de R\$ 790,50, enquanto as RA's de maioria branca, como Lago Sul (85%), Lago Norte (70%) e Brasília (77%), uma renda de R\$ 8408,00. Vale aqui ressaltar os extremos da distribuição de renda e da concentração de população negra: o Lago Sul apresenta uma renda de R\$ 11.276,00 enquanto a Estrutural de R\$ 499,00.”³³

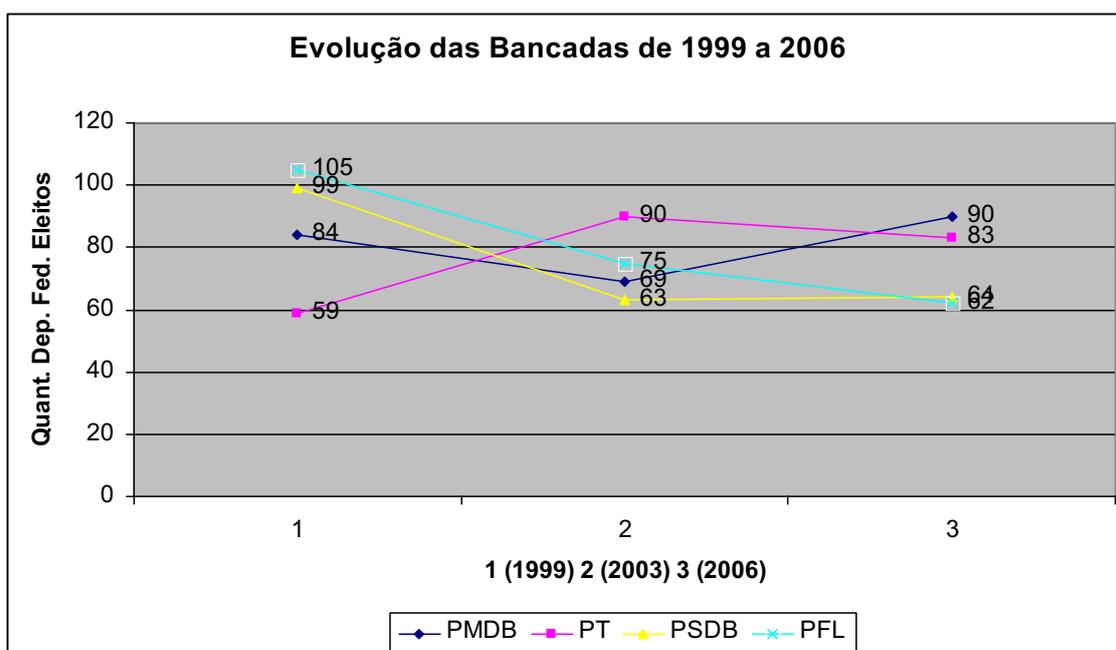
3.5 Histórico do cenário político de Brasília em 2006

As eleições no DF em 2006 representaram uma perda importante para a esquerda no DF, isto ocorreu porque, desde a eleição de 1998, a base de esquerda sempre garantiu a eleição de três Deputados, sempre eram dois candidatos do PT e um do PPS ou PCdoB. Entretanto, assim como

³³ Marcel Cláudio Sant'Ana: “A Cor do Espaço Urbano” Publicado em: <http://www.irohin.org.br/imp/template.php?edition=19&id=70> . Última visualização em Jan 2008.

estava ocorrendo no restante do país, a crise política envolvendo o Governo Federal e o partido dos Trabalhadores afetou fortemente as candidaturas deste partido, e de sua base. Por conseguinte, nas eleições de 2006, a base de esquerda do DF ficou apenas com dois eleitos, já que o PPS migrou para o outro lado do espectro político, em uma aliança que superou o pragmatismo eleitoral e continua a perdurar ao longo da última legislatura. Com efeito, é possível perceber a partir do gráfico 6 que o PT teve sua bancada reduzida nas eleições de 2006, algo inusitado diante da constatação de que o partido ocupava o cargo mais importante do Executivo e caminhava para a reeleição.

Gráfico 6 – Evolução das bancadas de Deputados Federais no DF entre 1999 e 2006, considerados os quatro principais partidos.



Fonte: Autor, baseado nos dados do site www.camara.gov.br

Executivo Local

A campanha de 2006 em Brasília foi marcada por fortes mudanças no executivo local e isto se refletiu nos resultados das eleições proporcionais. Como de praxe, diversas candidaturas proporcionais se apoiavam no carisma dos políticos eleitos/elegíveis para o governo local, seja com menções a amizade entre este e aquele candidato, ou pela manifestação de apoio do candidato majoritário colocada no ar durante o programa eleitoral.

A disputa política no DF manifestou um caráter fragmentado nas eleições de 2006. O fato

é que o vácuo no espaço de poder gerou uma enorme corrida dos partidos. Depois de tanto tempo no poder, Joaquim Roriz (governador entre os anos 1988 a 1994; 1998 a 2005 pelo extinto PTR e posteriormente pelo PMDB) havia conquistado diversos aliados e adversários, além disso, ele conseguiu reunir em torno do seu nome grande parte das agremiações de direita no DF, assim, muitas expectativas foram geradas em torno da sua sucessão.

Para preencher este vácuo no poder, dois nomes fortes da política local, e que já haviam se mostrado fortemente interessados no governo do DF, disputavam espaço dentro do DEM (antigo PFL) para decidir quem seria o candidato do partido. Eram eles, Paulo Octávio e José Roberto Arruda. Em virtude do impasse, os dois decidiram se unir, em uma chapa que surgiu como favorita, diante de outro impasse, criado entre o PMDB de Roriz e o PSDB de Maria de Lourdes Abadia, em torno da sucessão da chapa Roriz e Abadia. Roriz, que não poderia se candidatar ao governo novamente, disputou o Senado Federal e Abadia foi lançada como candidata oficial do Buriti (Governo do Distrito Federal) à reeleição, já que ela ocupava o cargo de governadora após o licenciamento do então governador.

No lado esquerdo do espectro político o momento também era de incerteza, fortemente alimentada pela crise política pela qual passava o governo federal petista. Sendo assim, esse grupo viveu uma situação inédita, já que historicamente representou a única oposição a Roriz no DF, e, ao mesmo tempo vivia a sua primeira reeleição para o governo federal. Em outros termos, havia um dilema colocado para a esquerda candanga: a ética de quem está no poder *versus* a ética da oposição. Em Brasília, o PT havia se consolidado historicamente como oposição (Roriz já havia governado a cidade por mais de uma década) ao passo que em nível nacional o partido já havia deixado de ser oposição para governar o país por quatro anos.

Por conseguinte, o partido presenciava um crescente pragmatismo, impulsionado pelas vitórias a nível nacional, contraposto a uma cobrança cada vez mais forte de suas bases sobre os rumos que o partido havia tomado antes e depois da crise política nacional. Além disso, a saída de Roriz do cenário político abriria as portas sempre tão desejadas pela esquerda da cidade para uma dobradinha do PT nos governos local e federal.

Diante disso, o cenário de Brasília apontava para três grandes grupos que acreditavam em sua possibilidade de eleição: esquerda, centro-direita e a direita, o grupo menos fissurado internamente, foi o que conseguiu se articular a tempo de sair na frente da disputa e se consolidar nas pesquisas de opinião. O resultado é que o grupo de Roriz acabou se enfraquecendo, já que o

próprio governador apresentou um apoio velado à candidatura da dupla Arruda e Paulo Octávio. Por conseguinte, o nome das duas mulheres, Maria de Lourdes Abadia, e Arlete Sampaio, foram enfraquecidas e acabaram sendo derrotadas ainda no primeiro turno.

O HGPE analisado foi marcado por fortes remissões à disputa majoritária para o executivo local e nacional. Neste sentido, foram lançadas no espaço proporcional diversas manifestações de apoio por parte dos candidatos majoritários. Os mais requisitados foram Joaquim Roriz e José Roberto Arruda e, além deles, os dois principais candidatos à presidência, Lula e Geraldo Alckmin também apareceram oferecendo apoio a alguns candidatos de seus partidos. Até o candidato ao governo de São Paulo, José Serra, foi solicitado a manifestar seu apoio a um candidato do PSDB.

É interessante notar que este recurso foi utilizado com tamanha exaustão que foi comum perceber candidatos majoritários manifestando apoio a candidatos em disputa, ou seja, adversários diretos. Sobre este ponto, inclusive o ex-governador Joaquim Roriz, uma das figuras mais utilizadas para angariar apoios, aparece afirmando que votaria em candidatos distintos, em momentos diferentes, ou seja, diante de um público pedia apoio e afirmava que determinado candidato era o seu candidato, e posteriormente, ele aparecia na propaganda de outro candidato falando o mesmo em relação a um concorrente.

Mesmo exercendo uma relação de troca, já que os candidatos ao executivo também são apoiados pelo trabalho de base dos candidatos proporcionais, existe uma hierarquia definida nessa relação de troca. Esta hierarquia não é imposta pela mídia, mas acaba por influenciar o campo midiático e ser influenciada por ele. Reflexo disso é o fato de que os principais candidatos ao executivo são convertidos em personalidades midiáticas, diante do formato dos seus programas eleitorais e pela exposição nos noticiários.

O cenário das eleições de 2006 acabou se conformando da seguinte forma: o PSDB lançou a vice-governadora Maria de Lourdes Abadia (participaram da chapa: PMDB, PTB, PHS, PTC, PAN, PTdoB e PRP); O DEM escolheu José Roberto Arruda (PRONA, PMN, PSC, PTN, PP, PPS e PL); o PT lançou mão de Arlete Sampaio (apoiada por PRTB, PSB, PV e PRB) e Agnelo Queiroz, naquele momento Ministro dos Esportes, que já estava há bastante tempo aguardando uma chance de concorrer ao governo distrital, pela segunda vez viu ser solapada sua possibilidade de concorrer ao governo.

A saída do PPS rumo ao grupo alinhado mais a direita surpreendeu os militantes da

esquerda de Brasília. Isto se explica pela busca de um pragmatismo eleitoral cada vez maior e pelo descontentamento com a gestão do Partido dos Trabalhadores sobre aquela aliança de esquerda em Brasília. A crise no governo federal culminou também com a criação de um partido de esquerda que agora não mais se alinhava com o PT, o PSOL. Este partido acabou levando uma das principais candidatas a deputada federal do Partido dos Trabalhadores, Maninha, e aproximadamente 46 mil votos. Outro partido que deixou o bloco capitaneado pelo PT foi o PDT, que lançou o ex-petista Cristovam Buarque para a presidência e não pôde apoiar nenhum candidato ao governo do DF.

Quando somadas as baixas que sofreu, a já tradicional aliança de esquerda, em Brasília, perdeu 141.920 votos, este resultado foi obtido a partir da soma dos votos da Aliança de esquerda, PDT e PPS.

O resultado das eleições foi que a chapa encabeçada por José Roberto Arruda e com Paulo Octávio como Vice-Governador venceu as eleições para o governo do Distrito Federal. Arruda, já havia sido secretário de obras do governo de Roriz e Senador da República, ficou conhecido nacionalmente no episódio da violação do painel do Senado³⁴, que culminou com a sua renúncia ao mandato, em 24/05/2001. Após um período afastado da política, Arruda retornou às urnas em 2002 como o Deputado mais votado. O segundo lugar nas eleições ficou para Maria de Lourdes Abadia e o terceiro lugar para Arlete Sampaio. Joaquim Roriz elegeu-se senador e Agnelo Queiroz do PCdoB ficou em segundo lugar, com uma votação expressiva.

A bancada dos Deputados Federais teve o seguinte resultado: na coligação de apoio de Arruda, foram eleitos Alberto Fraga (DEM), Augusto Carvalho (PPS) e Bispo Rodovalho (DEM). Na base de apoio de Abadia, foram eleitos Tadeu Filipelli (PMDB), Jofran Frejat (PTB) e Laerte Bessa (PMDB). No grupo de apoio de Arlete Sampaio foram eleitos Geraldo Magela (PT) e Rodrigo Rollemberg (PSB).

³⁴ Em 1994, com o apoio de Joaquim Roriz, Arruda foi candidato a senador pelo PP, tendo logrado êxito na disputa. Em 1995 rompeu com Joaquim Roriz e ingressou no PSDB. Em 1998 foi candidato ao governo do Distrito Federal pela primeira vez, tendo sido derrotado por Joaquim Roriz e Cristovam Buarque ainda em primeiro turno e ficado em terceiro lugar. Em 2001, ainda exercendo o mandato de senador e ocupando a liderança do governo no Senado, envolveu-se, juntamente com o então senador Antônio Carlos Magalhães, na violação do painel eletrônico do Senado Federal, utilizado na votação que cassou o mandato do ex-senador Luís Estêvão. Acabou renunciando ao cargo e foi afastado do PSDB e ingressou no PFL. Após filiar-se ao PFL, aproximou-se outra vez de Joaquim Roriz.

3.6 Hipóteses da pesquisa

A primeira hipótese que norteia este trabalho diz respeito à sub-representação da população negra de Brasília na Câmara dos Deputados. Esta hipótese pode parecer óbvia, mas para refutá-la ou confirmá-la é preciso antes realizar uma heteroavaliação fenotípica dos(as) candidatos(as) para que se possa refutar ou confirmar a hipótese de que negros e negras estão excluídos do sistema político. Para isto também é importante definir o conceito de exclusão no sentido de se evidenciar que a presença de uma proporção reduzida de negros e negras no parlamento é uma forma de exclusão. Neste sentido, será necessário argumentar que a inexistência de barreiras formais para o ingresso na vida política não implica em negar a existência de exclusão ou até da existência de barreiras informais e simbólicas.

A segunda hipótese é de que o HGPE, a despeito de ser um mecanismo democratizante em relação ao acesso à mídia, e, por conseguinte, ao eleitorado, ainda assim pode se mostrar um elemento definidor da exclusão. Isto ocorre na medida em que existe uma correlação entre o tempo de exposição no horário e a votação obtida pelos(as) candidatos(as) e os dados podem apontar para uma exclusão de negros e negras do próprio HGPE. Para refutar ou confirmar esta hipótese será preciso executar um teste de correlação entre as variáveis: tempo de exposição e votação obtida pelos candidatos, assim como analisar a inter-relação destas variáveis com a variável raça/cor em cada um dos partidos.

Um dos objetivos centrais deste capítulo é apresentar um quadro do perfil étnico-racial das eleições para Deputado Federal no Distrito Federal. Além disso, busco evidenciar qual a relação existente entre o tempo de exposição no HGPE e os resultados eleitorais dos candidatos negros e negras.

A partir de um critério de identificação racial baseado na minha percepção sobre o candidato e não na sua auto-declaração foi possível analisar quais eram os candidatos negros e negras expostos no horário eleitoral, que propostas eles apresentam, e como se deu o processo de exclusão deles durante as eleições, já que nenhum conseguiu se eleger e poucos conseguiram votação expressiva. Tratarei disso mais adiante, ao abordar os aspectos metodológicos da pesquisa.

Entretanto, é preciso reconhecer que aferir a exclusão a partir de uma eleição onde apenas oito dentre as centenas de candidatos se elegem pode ser algo pouco explicativo. Diante disso, a

opção metodológica foi pela criação de um índice de sucesso eleitoral que vai comparar o número de votos recebidos por cada um dos candidatos negros e negras em relação ao total de votos.

O objetivo central da pesquisa, como já foi dito, é demonstrar a relação existente entre a exposição no HGPE e os resultados eleitorais, e mostrar como isto se reflete na candidatura de negros e negras.

3.6.1 A Tese de Piquet Carneiro, Schmitt e Kuschnir.

O objetivo destes autores foi o de demonstrar o papel desempenhado pelo HGPE nas campanhas eleitorais dos candidatos a cargos proporcionais no Brasil, a partir da análise das eleições para vereador no Rio de Janeiro em 1994 e para Deputado Estadual em 1996. A hipótese que orientou seu trabalho é a de que, no horário eleitoral, os partidos políticos podem reforçar as suas respectivas imagens, vinculando as campanhas individuais às siglas partidárias e aos candidatos ao Executivo. Para eles, o uso do HGPE por meio das lideranças partidárias apontava para uma possibilidade de fortalecimento e institucionalização dos partidos políticos. Isto porque o HGPE se constitui como um dos mais importantes recursos de campanha, principalmente nas eleições proporcionais. As eleições proporcionais com voto uninominal no Brasil levam os partidos políticos a um cenário de disputa fratricida - já que todos disputam votos com todos. Para os autores :

"ao produzir campanhas altamente individualizadas, e com intensa competição intrapartidária, o sistema de lista aberta tende a transformar os partidos brasileiros, pelo menos no período eleitoral, em uma confederação de candidatos Nicolau e Schmitt (1995: 145)

Por outro lado, o HGPE poderia então ser um veículo de unificação entre os discursos das legendas, já que as lideranças partidárias podem influenciar o processo. Além disso, o HGPE é fundamental para os candidatos que não possuem uma base política definida, seja ela a igreja, o sindicato, o empresariado, etc.

Os dados de Piquet Carneiro e Schmitt sobre a correlação entre o tempo de exposição no HGPE e os resultados eleitorais evidenciam um índice que está relacionado tanto a partidos quanto a candidatos tomados individualmente, conforme podemos ver na tabela 7. Neste sentido,

os dados evidenciam que existe uma correlação entre o tempo de exposição no HGPE e os resultados eleitorais, e que esta correlação se amplia quando são analisados apenas os partidos políticos. Isto evidencia o papel dos partidos políticos como definidores dos resultados eleitorais.

Tabela 7 - Correlação entre Tempo na TV e Votação no Rio de Janeiro em 1994 e 1996

	1994	N	1996	N
Candidatos	0,53	360	0,5	491
Partidos	0,64	21	0,78	24

Fonte: Piquet Carneiro e Schmitt (1995); Kuschnir, Piquet Carneiro e Schmitt (1998)

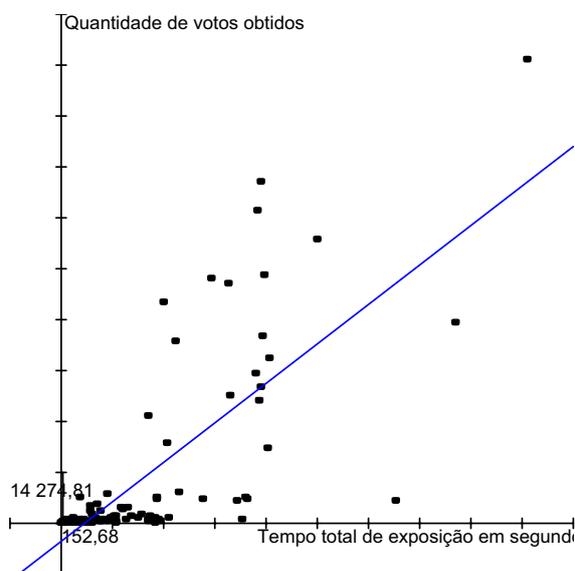
Tabela 8 - Correlação entre Tempo na TV e Votação em Brasília em 2006

	2006	N
Candidatos	0,75	106
Partidos	0,88	25

Fonte: Autor

No caso da minha pesquisa sobre as eleições no Distrito Federal em 2006, a equação de regressão vai mostrar que a dependência entre as duas variáveis é significativa. Os dados mostram que existe uma considerável correlação entre o tempo de exposição e os resultados nas urnas. Analisando a tabela 8 é possível perceber que a correlação é de 0,75, na análise apenas para os candidatos. Conforme o gráfico 7 evidencia, existem 104 pontos de concordância entre as variáveis, ou seja, o tempo de exposição no HGPE pode explicar 56% da variação da quantidade de votos obtidos.

Gráfico 7 Correlação entre Tempo de Exposição em Segundos e Quantidade de Votos obtidos para todos os candidatos.

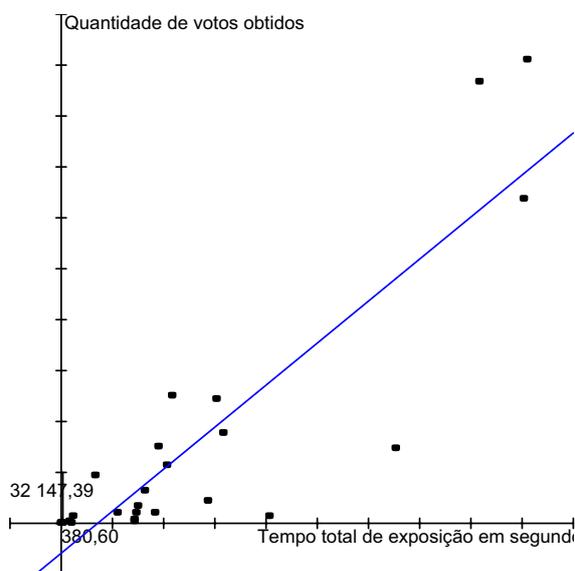


Fonte : Autor

Obs. O gráfico mostra 106 pontos de concordância entre o 'Tempo total de exposição em segundos'; e a 'Quantidade de votos obtidos'.

Quando são analisados as mesmas variáveis em função dos partidos políticos, o coeficiente de correlação entre as duas variáveis se amplia para 0,88 (ver tabela 8). Conforme o gráfico 2 exibe, o tempo total de exposição explica 76% da variação da quantidade de votos obtidos.

Gráfico 8 Correlação entre Tempo de Exposição em Segundos e Quantidade de Votos obtidos para todos os partidos.



Fonte : Autor

Obs. O gráfico mostra 25 pontos de concordância entre o 'Tempo total de exposição em segundos'; e a 'Quantidade de votos obtidos'.

Comparados aos resultados da pesquisa de Piquet Carneiro e Schmitt (1995); Kuschnir, Piquet Carneiro e Schmitt (1998), os dados relativos ao DF revelam conclusões semelhantes, principalmente no que tange ao peso dos partidos quando tomados individualmente. Existe uma correlação expressiva, que pode ser um dos indicativos do bom desempenho de alguns candidatos.

Por outro lado, mostrar que existe uma correlação expressiva entre os resultados eleitorais e a exposição no HGPE não significa necessariamente que uma coisa defina a outra, uma fatia maior no horário pode ser apenas mais um dos desdobramentos do poder de um candidato sobre a máquina partidária e o eleitorado, o que pode se reverter não apenas em exposição na TV, mas também em maiores recursos de campanha, melhores palanques para a campanha eleitoral, cargos a disposição na máquina pública e tantas outras facilidades que os partidos políticos proporcionam para seus caciques. Assim, a pesquisa explicita uma forte correlação, mas, a partir dos dados nela trabalhados, não é possível comprovar uma relação de consequência direta, mas apenas uma possibilidade.

Para além disso, existe uma outra vertente ainda mais promissora destes dados, a que busca comparar o peso da raça no tempo de exposição e nos resultados eleitorais. Com isto busco avaliar em que medida o partido político escolhido pelo candidato interfere na categoria raça, e,

além disso, qual é a categoria mais decisiva sob o ponto de vista estatístico: pertencer a este ou aquele partido, ou ser branco ou negro. O objetivo é mostrar o reflexo de uma distribuição equitativa do tempo de exposição no HGPE nos resultados eleitorais. Além disso, é possível com isto mostrar a inserção dos negros nos diversos partidos e perceber se sua entrada se dá pelos diversos partidos ou apenas nos partidos periféricos.

3.7 Exposição no HGPE e Resultados Eleitorais

3.7.1 Metodologia

Foram assistidos e tabulados todos os programas eleitorais exibidos à noite, com campanha para o cargo de deputado federal, entre os dias 15/08/2006 e 28/09/2006. Os programas eram exibidos três vezes por semana, as terças, quintas e sábados, o que resultou em 20 programas, com 25 minutos de duração cada um. Ao todo, 107 candidatos de 25 partidos competiram por 8 cadeiras, sendo que praticamente todos (106) apareceram no horário eleitoral noturno.

A cada aparição de um candidato, foram colhidos, em uma tabela do software Excel, os seguintes dados: número do candidato, sexo, raça/cor, tema abordado, tempo total de exposição em segundos, e isto se repetiu ao longo de todos os programas eleitorais. Ao final do trabalho com todos os programas foi acrescentado à tabela o número total de exposições, a quantidade de votos obtidos, e se o(a) candidato(a) havia sido eleito(a). Posteriormente os dados foram inseridos no software Sphinx, onde foi acrescentada a categoria coligação e votação média, e foram trabalhados estatisticamente.

As categorias discursivas utilizadas para a sistematização dos discursos foram **copiadas** da pesquisa “Determinantes de gênero, visibilidade midiática e carreira política no Brasil” (CNPq editais nº 45/2005 e nº 61/2005), coordenada pelo Professor Luis Felipe Miguel, da qual participa como pesquisadora a orientadora desta dissertação, Profa. Flávia Biroli.

Categorias Discursivas

Foram utilizadas 14 categorias de apelos discursivos:

Biografia – os feitos passados ou a formação acadêmica e profissional do candidato são apresentados como credenciais para o mandato que ele almeja conquistar.

Corporação – o candidato se coloca como representante de uma determinada categoria profissional, à qual dará voz e cujos interesses defenderá no parlamento local.

Localidade – o candidato se coloca como representante de um determinado setor de moradia, prometendo, de maneira expressa ou implícita, defender no parlamento os interesses de seus habitantes.

Temática – quando o candidato afirma seu compromisso com determinada questão de importância pública (saúde, educação, segurança etc.), sem, no entanto, apresentar projetos de ação específicos ou ultrapassar generalidades do tipo “tudo pela saúde”, “melhores escolas” ou “mais segurança”. Mesmo uma inserção muito curta pode incluir diversos apelos temáticos: “Em defesa da educação, da juventude e do idoso”.

Proposta – é a apresentação de um projeto específico, ainda que de maneira muito sumária ou superficial. Criação de um posto de saúde em determinada região é uma proposta, ampliação das vagas noturnas no ensino médio também e assim por diante.

Mudança/renovação – crítica genérica ao estado da política atual e/ou da Câmara Legislativa em particular, com a indicação, explícita ou não, de que o candidato representa uma transformação das práticas viciadas.

Partido – ênfase no compromisso partidário, na lealdade do candidato para com sua agremiação, cujo programa deve ser representado.

Ideologia – defesa de um conjunto de princípios abstratos relativos à organização social, como “economia de mercado”, “socialismo” ou “feminismo”.

Movimento social – o candidato enfatiza sua militância em algum movimento ou grupo da sociedade civil.

Oposição/situação local – o candidato busca se credenciar como futuro representante por sua posição em relação ao governo do Distrito Federal, seja como apoiador, seja como crítico.

Oposição/situação federal – o mesmo que a anterior, em relação ao governo da União.

Vinculação a candidato majoritário – o candidato se apresenta como próximo a um dos candidatos a cargos majoritários. Em geral, a vinculação é com o candidato ao governo, gerando um discurso de garantia de base de sustentação no legislativo (“Fulano precisa de mim na Câmara Legislativa”), embora também possa ocorrer com candidatos à presidência e, no caso da eleição de 2006 no Distrito Federal, com Joaquim Roriz, candidato ao Senado.

Apoio recebido – é anunciado o apoio de personalidades da política ou de outros campos àquele candidato.

Religião – o candidato apresenta sua vinculação com alguma religião organizada e/ou se coloca na posição de defensor de determinados valores religiosos.

Apelo folclórico – o candidato tenta se destacar no horário eleitoral por meio de uma apresentação pessoal bizarra ou extravagante. Acrescenta-se à lista “nenhum apelo”, que abriga os casos – aliás, freqüentes – de inserções que se limitavam a enunciar o número e o nome do candidato, sem nada mais, cumprindo exclusivamente a função, descrita acima, de anunciar/relembrar a existência da candidatura.

3.7.2 Parlamentares possuem identidade étnico-racial definida

Ao contrário dos postulados Freyreanos o que se percebe nos dias atuais é uma crise na maneira de se definir étnico racialmente proposta por Autores como (DAMATTA 1997; FRY 2005). O que se verifica é uma busca de identificação apoiada na recriação dos pólos dos quais antes se buscava afastar. Mesmo sem ainda atingir proporções massivas, tal busca conduz a movimentos centrípetos de reagrupamento em torno de cada um daqueles pólos. negro, branco, índio. (GUIMARÃES 2003 : pg.96)

Não podemos argumentar que existe uma categoria racial natural, todas as categorias raciais, e suas gradações de cor são construções sociais, carregadas de interesses políticos em sua formação e desenvolvimento. Um exemplo desta afirmação é a categoria *moreno*. Quando se deixa o quesito raça/cor para ser respondido abertamente, sem delimitar a resposta às categorias típicas do IBGE, *moreno* e suas variações de claro e escuro surgem implacáveis.

Essa constatação pode gerar uma falsa impressão de que o brasileiro tem uma definição natural de sua identidade racial, mas isto não é verdade, o termo “moreno” tem toda uma origem histórica fincada em ideologias que propugnavam a miscigenação como forma de se desafrikanizar o Brasil, e este fenômeno não pode ser a-historicizado. Além disso, esta denominação sempre foi vista na história das relações raciais brasileiras como um eufemismo bastante flexível para a identificação da população negra. Uma fronteira extensa que vai desde o moreno claro ao escuro, passando por uma série de gradações que não evidenciam um país com uma complexa identificação racial, mas sim uma sociedade que tem dificuldades em assumir sua africanidade.

(RACUSEN 2004) argumenta que as políticas focalizadas criam um mercado de identidades, e que o Estado tem um papel central em sua definição ao determinar os beneficiários das políticas focalizadas. Para o autor, o estado monopoliza o mercado de identidades porque cria benefícios a grupos definidos por ele. Estes grupos, por outro lado, tendem a se entrincheirar nas suas definições para garantir esses direitos.

A discussão sobre raça pode estar sendo o marco divisor de uma redefinição de identidades. Isto não significa que a partir de agora o Brasil vai passar a se enxergar sobre a ótica da raça, mas podemos estar diante de uma ruptura com uma ideologia de embranquecimento que foi, segundo alguns autores foi genocida para a população negra.³⁵ Para se analisar a denominação racial ofertada a uma população é preciso apreender seu caráter relacional e simbólico.

Nesse sentido, a tentativa por parte do movimento negro de impor um novo paradigma racial, a equação negros = pretos + pardos não é menos legítima do que a tentativa de “morenização” do Brasil que está marcada fortemente na literatura de Gilberto Freyre, e que previam que preto + branco = branco. O que se procura na primeira tentativa é trazer visibilidade ao segmento que compõe a maior parcela da população brasileira. A segunda tentativa surge com o ímpeto de se buscar ocultar as profundas dissensões originárias da sociedade brasileira, que podem justificar toda a situação de crescimento das desigualdades sociais ao longo do século XX, o século pós – escravidão.

Segato (2005:12) se mostra perplexa com a argumentação de alguns antropólogos que criticam o fato de uma representação social ser utilizada como norma, para ela faz parte da episteme disciplinar das salas de aula de antropologia que: “somente as representações sociais têm status existencial de realidade num universo plenamente simbólico como é o humano.” (SEGATO 2005)

Todas as categorias raciais são representações sociais dotadas de significado simbólico e que é construído ao longo de gerações, mas não podemos nos esquecer que o Estado e a sociedade são os principais agentes de mudança destes significados. Podemos exemplificar esta afirmação pelos dados referentes ao critério cor/raça das pesquisas do IBGE. Porque as pessoas têm tanta facilidade em responder que são brancas, não importando o grau de miscigenação

³⁵ Ver D’ ADESKY, Jacques. Pluralismo Étnico e multi-culturalismo: racismos e Anti-Racismos no Brasil. Rio de Janeiro : Pallas, 2001; NASCIMENTO, Abdias do. Genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado(o). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

presente em suas famílias? Logicamente existiu uma polarização alimentada em sua lógica e operacionalidade pelo Estado brasileiro que fez com que o negro se tornasse o pólo negativo, e o branco o pólo positivo.³⁶

A proposta da pesquisa foi a de utilizar as categorias do IBGE, e realizar uma avaliação sobre a identificação de raça e cor de cada um dos candidatos. Quero salientar, antes de tudo, que o critério está em aberto, e reconheço que ele varia culturalmente, ao longo do tempo e em função dos benefícios que se abrem para aqueles que se identificam neste ou naquele grupo. Por outro lado, não poderia me furtar a promover uma avaliação étnico-racial em função da inexistência de critérios universais para tal, mas o foco da pesquisa não é desenvolvimento destes critérios, mas sim o estudo sobre a exclusão racial nas eleições.

³⁶ Sobre categorias do IBGE, é interessante notar que na última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, o segmento negro (pretos + pardos) ficaram a apenas dois centésimos de ultrapassar os brancos em quantidade. Por coincidência ou não, em entrevista ao Jornal Estadão, os técnicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE afirmaram seu interesse em discutir modificações para as categorias de raça/ cor adotadas pelo instituto. Ver em: < <http://www.irohin.org.br/onl/new.php?sec=news&id=2074>> último acesso em: Outubro de 2007.

3.8 Apresentação dos resultados da pesquisa

3.8.1 Resultados Gerais

A partir da tabela 9 é possível analisar a quantidade de candidatos em pequenos, médios e grandes partidos, é possível ver que os grandes, que se coligaram principalmente com as legendas médias, acabaram por deter 63% dos candidatos às eleições. Além disso, nenhum grande partido deixou de se coligar nestas eleições, dentre os médios apenas o PDT e o PP saíram sozinhos nas eleições de 2006. Entretanto, ambos passavam por momentos de conflitos políticos com a base da qual faziam parte, no caso do PP, havia conflitos na relação com o governo local. Já no caso do PDT, a sigla estava sendo fortemente influenciada pela figura do ex-governador e ex-petista Cristovam Buarque, que havia se filiado ao PDT em setembro de 2005, e era candidato a Presidência da República, o que impossibilitava em termos políticos e legais a participação do partido em uma coligação com candidatos a Presidência da República de outras siglas.

Tabela 9 - Quantidade de candidatos por tamanho do partido nas eleições para deputados no Distrito Federal, em 2006³⁷

Partido	Número de Candidatos	Frequência
Grandes Partidos (PMDB, PSDB, PT e DEM)	39	36,10%
Médios Partidos (PP, PTB, PPS, PL(PR), PV, PSB, PCdoB, PDT)	29	26,90%
Pequenos Partidos (PSOL, PAN, PMN, PSDC, PSL, PSTU, PTN, PSC, PCO, Prona, PHS, PTdoB e PTC)	40	37,00%
TOTAL	108	100,00%

Fonte: Autor

Tabela 10 - Quantidade de candidatos(as) por sexo nas eleições para deputados no Distrito Federal, em 2006

Sexo/Raça/Cor	Branca	Negra	TOTAL
Masculino	85,5% (65)	90,0% (27)	87,0% (92)
Feminino	14,5% (11)	10,0% (3)	13,0% (14)
TOTAL	100% (76)	100% (30)	100% (106)

³⁷ A definição do tamanho dos partidos foi realizada pelo pesquisador a partir da bancada no Congresso Nacional de cada um destes partidos, é uma definição arbitrária, mas que respeita os resultados eleitorais de cada um dos partidos a nível nacional. Logicamente, este não é um fator que vai representar a quantidade de filiados, o tempo e a história dos partidos, mas reflete o grau de mobilização eleitoral de cada um deles.

Fonte: Autor

A partir dos dados da tabela 10, é possível perceber que as eleições são um fenômeno fortemente marcado pela presença branca e masculina, apenas 13% dos candidatos são mulheres, no caso de Brasília, a Deputada Maninha sempre foi uma presença certa nas eleições. Mas após a sua saída do PT e entrada no PSOL em 2006, sua situação nas eleições se complicou bastante em função do Quociente Eleitoral, e a Deputada acabou não conseguindo se reeleger em sua nova legenda: o resultado, como já foi falado, é um quadro de representantes composto em sua totalidade por homens brancos.

Ainda sobre a tabela 10, é possível perceber um indício de que a desigualdade de gênero se acirra ainda mais entre os candidatos negros, já que a desproporção entre o grupo negro é de 10% de mulheres em relação a 90% de homens (para os brancos a razão é de 85,5% para 14,5%). Por outro lado, o que os dados parecem revelar é a que a exclusão de gênero é presente em todos os grupos raciais, agravando-se ainda mais nos grupos mais subalternizados.

A partir da tabela 6 (a primeira do capítulo) é possível visualizar a quantidade de aparições dos candidatos ao longo do Horário Gratuito, 50% dos candidatos apareceram 12 ou mais vezes no Horário, o que significa dizer que a maioria dos candidatos apareceu em pelo menos metade dos programas eleitorais (20 programas ao todo). Grande parte dos programas eleitorais era exibida repetidas vezes, alguns até mantiveram a mesma gravação ao longo de todo o período. O fato é que a gravação de um programa eleitoral com maior qualidade, ou seja, os programas feitos por empresas de publicidade, onera fortemente uma campanha, e, sabendo que a exposição no Horário Gratuito não é tão grande, muitos candidatos preferem investir seus recursos em ferramentas outras de contato com o eleitorado. Principalmente nas estratégias de *corpo a corpo* que em uma eleição para Deputado Federal podem surtir maior efeito do que alguns segundos no Horário Gratuito. Por outro lado, os candidatos com maiores recursos souberam aproveitar muito bem o HGPE. Todos os candidatos que saíram vencedores utilizaram tomadas externas para a gravação de seus programas.

Na coligação de apoio da chapa vencedora ao executivo local, os candidatos investiram bastante no HGPE. Alberto Fraga – DEM seguiu esta tática e relatou sua participação em CPIs e na campanha contra a proibição do porte de armas, Osório Adriano - DEM, colheu diversos depoimentos de empresários da cidade e das pessoas nas ruas sobre sua carreira política. Bispo Rodovalho - DEM, foi um dos que mais investiu na propaganda eleitoral, reunindo inclusive uma

multidão em frente ao Congresso Nacional para uma tomada externa. O Bispo já é afeito aos meios televisivos já que possui um programa de TV ligado a sua igreja, Sara Nossa Terra, e tem uma boa capacidade de comunicação televisiva.

Na coligação Avança DF, Tadeu Filippelli - PMDB, o Deputado mais votado pelo Distrito Federal, foi o que melhor utilizou o espaço do HGPE. O parlamentar conseguiu gravar programas diferentes para todas as exhibições do Horário Gratuito, na maioria delas sobrevoando a cidade de helicóptero para mostrar as obras da sua gestão como Secretário de Obras do GDF. Laerte Bessa trouxe um diferencial para a propaganda eleitoral, o depoimento de artistas pedindo votos para ele. Em um programa que se repetiu várias vezes, ele trouxe um famoso cantor de música sertaneja, e em outro momento, um outro cantor famoso. Ambos reforçavam o caráter do candidato. Além disso, o candidato mostrou sua atuação na Polícia Civil. Ainda nesta coligação, um outro candidato obteve destaque no Horário Gratuito, Jofran Frejat, o Ex-Secretário de Saúde do DF, que apresentou os diversos postos de saúde que construiu na cidade em sua gestão e mostrou relatos de pessoas.

Nas coligações e legendas de esquerda, chamou atenção a propaganda do PDT, a propaganda foi toda dominada por Cristovam Buarque. O nome e uma foto dos diversos candidatos se intercalavam rapidamente na tela e, ao final, o Senador e ex-governador do DF apresentava pessoalmente um daqueles candidatos. Isto se repetiu até o fim dos programas. Já na coligação *União Por Brasília*, no PT a divisão do tempo privilegiou os principais candidatos da legenda, como Geraldo Magela, Maria Laura, Wasny de Roure, e Sigmaringa Seixas, mas ainda assim o tempo era compartilhado de maneira equânime entre esses e restava espaço para outros candidatos periféricos, inclusive alguns deles tendo direito apenas a cinco segundos, como era o caso de Alan Tourinho, Ismael e Odettino.

Além do Partido dos Trabalhadores, o PPS, PSB e PSOL foram os partidos de esquerda que conseguiram votações expressivas, tendo o PPS e o PSB conseguido eleger um representante cada. Todos os três partidos apresentaram uma característica semelhante de distribuição do Horário Gratuito, eles concentraram todo o tempo de exposição nas figuras centrais do partido e intercalaram os demais candidatos todos ao mesmo tempo em programas específicos. Já estes candidatos chamados “puxadores de votos” apresentaram suas biografias na política local e sua história de vida, assim como os demais candidatos que saíram vitoriosos.

O que ficou evidente neste processo eleitoral é que para vencer uma eleição é preciso estar

posicionado em uma coligação expressiva e possuir capital político dentro do seu partido de origem. A biografia dos candidatos foi o terceiro apelo discursivo mais utilizado, totalizando 15,20% do total. Se levarmos em conta que as categorias *Temática* e *Proposta* englobam uma série de outras categorias a *biografia* passa a ser o principal tema abordado no HGPE, principalmente pelos vitoriosos, onde o apelo para a biografia atingiu 100% dos casos.

Tabela 11 - Apelos discursivos no HGPE

Apelo Discursivo	Frequência de citações	Porcentagem
Temática	38	23,20%
Nenhum	15	9,10%
Proposta	21	12,80%
Mudança/renovação/ética	28	17,10%
Biografia	25	15,20%
Corporação	12	7,30%
Localidade	1	0,60%
Candidato majoritário	7	4,30%
Religião	2	1,20%
Apoio	6	3,70%
Partido	3	1,80%
Ideologia	4	2,40%
Outro	2	1,20%
TOTAL	164	100%

Fonte: Autor

A tabela é construída a partir de 108 candidatos observados, porém um candidato pode ter feito mais de uma remissão ao longo de seu discurso, o que totaliza 164 citações de apelos discursivos.

Além disso, a tabela 12 vai mostrar um dado importante para este argumento. É possível perceber que o apelo discursivo *Biografia* cresce de maneira proporcional ao tempo total de exposição, ou seja, os candidatos que possuem mais tempo de exposição no HGPE são aqueles que vão apelar mais fortemente para a sua biografia de vida como forma de convencer os eleitores. Dentre os candidatos com menos 200 minutos de exposição, apenas 9,7% utiliza sua biografia como propaganda. Já entre os que possuem de 200 a 600 minutos de exposição, este número sobe para 16,4% e dentre aqueles que possuem tempo de exposição superior a 600 minutos, 43,8% deles utiliza sua biografia como propaganda.

Tabela 12 - Apelo Discursivo x Tempo total de exposição em segundos

Apelo Discursivo/Tempo total de exposição em segundos	Menos de 200	De 200 à 600	Mais de 600	TOTAL
Temática	19,4% (18)	34,5% (19)	6,3% (1)	23,2% (38)
Nenhum	16,1% (15)	0,0% (0)	0,0% (0)	9,1% (15)
Proposta	14,0% (13)	9,1% (5)	18,8% (3)	12,8% (21)
mudança/renovação/ética	21,5% (20)	10,9% (6)	12,5% (2)	17,1% (28)
Biografia	9,7% (9)	16,4% (9)	43,8% (7)	15,2% (25)
Corporação	9,7% (9)	5,5% (3)	0,0% (0)	7,3% (12)
Localidade	1,1% (1)	0,0% (0)	0,0% (0)	0,6% (1)
Candidato majoritário	2,2% (2)	7,3% (4)	6,3% (1)	4,3% (7)
Religião	0,0% (0)	3,6% (2)	0,0% (0)	1,2% (2)
Apoio	3,2% (3)	3,6% (2)	6,3% (1)	3,7% (6)
Partido	1,1% (1)	1,8% (1)	6,3% (1)	1,8% (3)
Ideologia	0,0% (0)	7,3% (4)	0,0% (0)	2,4% (4)
Outro	2,2% (2)	0,0% (0)	0,0% (0)	1,2% (2)
TOTAL	100% (93)	100% (55)	100% (16)	100% (164)

É interessante notar que o apelo ideológico nestas eleições é residual, pois aparece apenas em quatro candidatos de tempo de exposição médio. Isto pode demonstrar que os grandes debates ideológicos estão sendo colocados de lado em prol de uma disputa mais focada na comunicação publicitária do Horário Eleitoral, neste sentido, o HGPE deixa de ser um veículo de disputa de diferentes visões de mundo para se apresentar como um espaço de disputas simbólicas construídas encima de trajetórias políticas específicas.

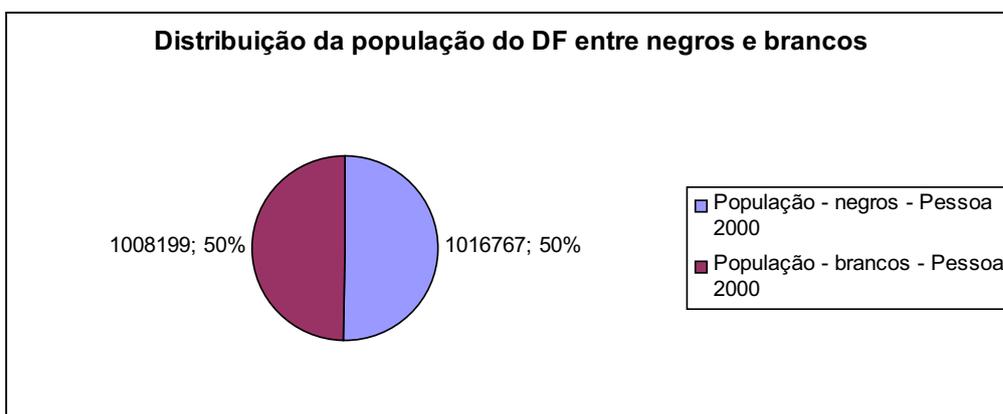
Para Piquet Carneiro e Schmitt:

"[...] diante de um sistema eleitoral cujos principais atributos incluem a representação proporcional por listas abertas, grandes distritos plurinominais, seleção de candidatos no plano de unidades subnacionais politicamente ativas e a possibilidade de reeleição imediata, a maioria dos deputados é pouco atenta a apelos ideológicos. Ao contrário, eles buscam redutos eleitorais seguros, procuram municipalidades vulneráveis e se esforçam em superar sua própria fraqueza eleitoral através de manobras e acordos" (1995:430).

3.8.2 Candidatos e Eleitos

O Distrito Federal é marcado por uma grande diversidade populacional, a região presenciou fortes correntes migratórias de outros estados, principalmente em função da construção da cidade na década de 60, algo que se manteve em menor grau ao longo das décadas posteriores. Neste sentido, a composição racial da cidade, quando pensada na dicotomia brancos e negros vai apontar para a igual representação dos dois grupos. No DF, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, do ano 2000, foram contados 1.016.767 negros em contraposição a 1.008.199 brancos, o que indica que sua representação na no DF é praticamente a mesma.

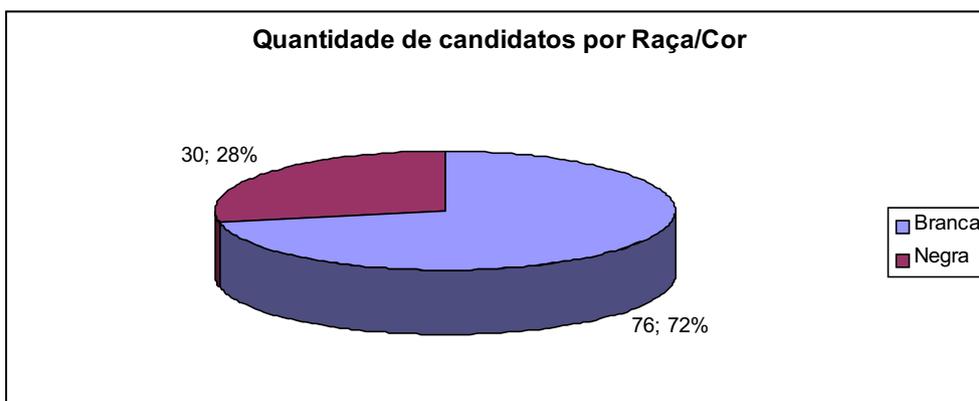
Gráfico 9 – Distribuição da população do Distrito Federal entre negros e brancos 2003.



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) www.ipeadata.gov.br

A partir dos dados do gráfico 10, é possível perceber que o número de candidaturas de negros é inferior à de brancos. De um lado temos 30 candidatos negros (28%) em contraposição a 76 candidatos brancos (72%), o que, na comparação com os contingentes populacionais, evidencia a existência de alguma barreira para a candidatura de negros.

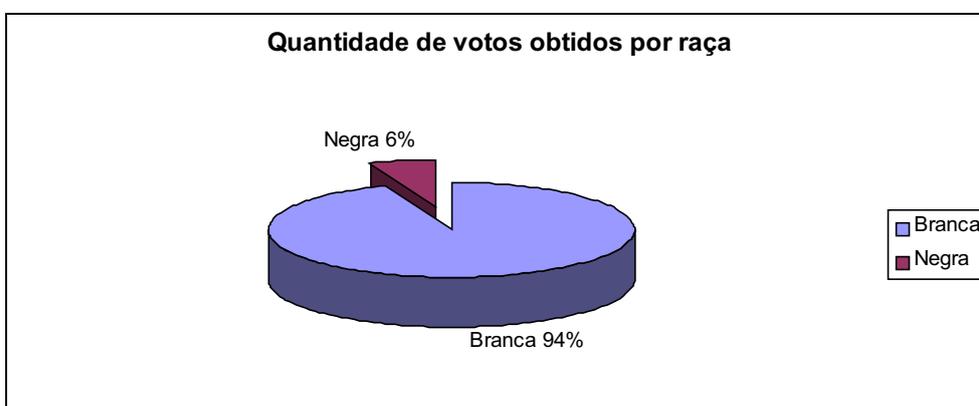
Gráfico 10 – Distribuição dos Candidatos por Raça/Cor nas eleições para Deputado Federal em Brasília 2006.



Fonte: Dados da pesquisa.

Logicamente, isto vai se refletir nos votos obtidos pelos negros, em comparação com os brancos. Os dados do gráfico 11 vão mostrar que os brancos acabaram por abocanhar 1.159.234 votos dos votos ao final da eleição (96% do total de votos), em contraposição a 71.753 votos dos candidatos negros (6% do total de votos).

Gráfico 11 – Quantidade de votos obtidos por raça nas eleições para Deputado Federal 2006.



Fonte: Dados da pesquisa

O resultado foi a vitória dos brancos, já que os oito candidatos eleitos eram homens e brancos. Estes dados revelam que o baixo rendimento eleitoral não está relacionado apenas à reduzida proporção de negros entre os candidatos, o que os dados parecem apontar é para a existência de filtros que atuam sobre a capacidade de representação política desta população, principalmente quando se manifestam na campanha de cada um dos candidatos.

A distribuição do tempo de exposição no HGPE é um desses fatores, já que existe uma

correlação entre a exposição no horário gratuito e os resultados nas urnas. Entretanto, existem outros fatores que podem justificar tanto a pouca exposição no HGPE quanto a constatação de que a exposição no Horário Gratuito é apenas um termômetro dos filtros partidários que estão envolvidos no processo eleitoral.

3.8.3 Partidos e Coligações

Em 2006, houve doze partidos/coligações concorrendo às eleições, dentre aqueles partidos que disputaram sem se coligar, muitos deles alegaram que as coligações comprometiam o caráter ideológico de seus partidos, e outros partidos, possivelmente em virtude de um ímpeto mais pragmático, não conseguiram estabelecer as alianças que desejavam e preferiram concorrer sozinhos.

Tabela 12.1 Quantidade de candidatos em cada coligação para Dep. Fed. no DF em 2006

Coligação	Candidatos	Porcentagem
PAN(26)	1	0,90%
PHS(31)	11	10,20%
PSDC(27)	2	1,90%
PDT(12)	9	8,30%
PCO(29)	1	0,90%
PP(11)	6	5,60%
PSL(17)	10	9,30%
Frente de Esquerda(16-PSTU 21-PCB 50-PSOL)	9	8,30%
União Por Brasília(13-PT 43-PV 65-PCdoB 40-PSB 28-PRTB 10-PRB)	16	14,80%
Por Amor a Brasília(19-PTN 20-PSC 22-PL 23-PPS 25-PFL 33-PMN 56-PRONA)	22	20,40%
Avança DF(45-PSDB 15-PMDB 14-PTB 70-PT do B)	20	18,50%
Avança DF4(44-PRP 36-PTC)	1	0,90%
TOTAL	108	100%

As quatro principais coligações: *Frente de Esquerda*, *União por Brasília*, *Por Amor a Brasília* e *Avança DF* conquistaram a maior parte do eleitorado e todas as oito vagas em disputa. Na Tabela 12.1, é possível ver que essas coligações citadas detinham 62% de todos os candidatos, mas quando analisados os votos obtidos, os resultados surpreendem porque estas mesmas coligações receberam 1.192.766 votos, o que corresponde a 96% do total de votos. O que este dado pode estar apontando é que aquele padrão notório do HGPE em que os candidatos parecem estar se degladiando em torno de poucos segundos pode ser um padrão das candidaturas

dentro das pequenas coligações ou partidos. Entretanto, dentro das grandes coligações o que parece ocorrer é uma disputa entre os principais candidatos que dominam grande parte do tempo de exposição.

Um dado que comprova isto surge da comparação entre o tempo de exposição no HGPE para cada uma das coligações: as principais coligações possuem uma média superior de tempo de exposição. Isto indica que os candidatos possuem uma autonomia maior em relação ao HPEG, e permite, por exemplo, que sejam empregados maiores recursos na confecção de programas eleitorais elaborados por empresas de publicidade, utilizando tomadas externas e qualquer outro tipo de recurso que permita ampliar a capacidade do eleitor em ser impactado por aquelas informações disponibilizadas no HGPE.

Tabela 13 - Quantidade de candidatos por coligação, tempo total de exposição no HGPE e Média de tempo de cada candidato

Coligação	Quantidade de candidatos na coligação	Tempo total de exposição em segundos	Média
PHS(31)	11	566	51,45
PSDC(27)	2	548	274
PDT(12)	9	1093	121,44
PCO(29)	1	542	542
PP(11)	6	1542	257
PSL(17)	10	695	69,5
Frente de Esquerda(16-PSTU 21-PCB 50-PSOL)	9	747	83
União Por Brasília(13-PT 43-PV 65-PCdoB 40-PSB 28-PRTB 10-PRB)	16	5676	354,75
Por Amor a Brasília(19-PTN 20-PSC 22-PL 23-PPS 25-PFL 33-PMN 56-PRONA)	22	6054	275,18
Avança DF(45-PSDB 15-PMDB 14-PTB 70-PT do B)	20	6801	340,05
TOTAL	106	24264	224,67

Fonte: Autor

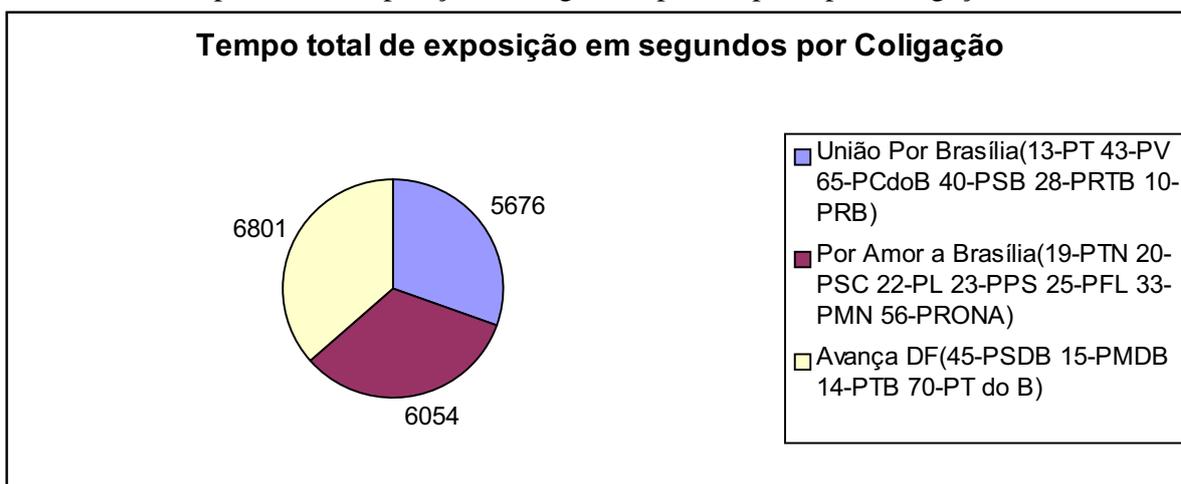
Obs : Foram excluídos os partidos e coligações que não apareceram no HGPE

Na Tabela 13, por exemplo, é possível perceber que as principais coligações (*União por Brasília, Por Amor a Brasília e Avança DF*) possuem tempos médios de exposição no HGPE bastante elevados, neste caso vou retirar da análise a *Frente de Esquerda* porque o tempo global

de exposição da Frente de Esquerda era muito baixo em relação às outras coligações. De fato, o que marcou a participação desta coligação nas eleições de 2006 foi o surgimento do PSOL, foi em busca deste partido que a então Deputada Maninha saiu do PT e participou da fundação desta nova legenda. Esta decisão se mostraria decisiva para o futuro político da ex-Deputada e do seu novo partido. Ela acabou perdendo as eleições, mesmo tendo uma votação razoável, pois ainda que ela não tivesse tempo de exposição no HGPE, já havia um eleitorado consolidado em seu nome. Assim, para evitar que a análise seja enviesada, prefiro excluir esta coligação da análise, por enquanto.

Voltando a análise da Tabela 13, o que se percebe é que as principais coligações possuem médias de exposição superiores aos demais partidos/coligações, exceto o PSDC e o PCO, onde os dados estão nitidamente enviesados já que as legendas possuem, respectivamente, dois candidatos e candidato único. É possível acreditar, após esta análise, na existência de filtros para a atividade política, que se manifestam no sistema partidário de modo geral. É afirmar que do modo como o sistema partidário está estruturado, o partido político escolhido pode ser definidor do sucesso eleitoral de um candidato, e a inserção de determinados grupos apenas em partidos considerados marginais na disputa política é fator definidor da sua exclusão política.

Gráfico 12 - Tempo total de exposição em segundos para as principais coligações



Estes dados (Tabela 13) trazem evidências sobre a importância dos partidos políticos no processo eleitoral, já que dentro dos principais partidos e coligações é que se produzem resultados eleitorais eficazes. Com relação aos indícios de que exista uma correlação entre a exposição no HGPE e os resultados eleitorais, é possível buscar algumas dessas evidências no gráfico 4, que mostra como é dividido o tempo de exposição no Horário Gratuito abocanhado em

sua maior parte pelas principais coligações. A despeito de ocuparem 18.531 segundos da programação do Horário Gratuito (76,37% do total do tempo), a proporção do HGPE que é concedida a estas principais legendas é bastante equânime, o que retoma a idéia de que o processo eleitoral nas democracias contemporâneas se aproxima de uma oligarquia competitiva. E o monopólio sobre o HGPE não está representado apenas pelo domínio das grandes coligações sobre ele, mas também ficará evidente que a divisão do horário dentro de cada coligação não é equitativa, e os principais candidatos do partido acabam aparecendo no horário mais vezes e por mais tempo.

Tabela 14 - Interação de 'Coligação' e 'Raça/Cor' por 'Quantidade de votos obtidos'

Coligação	Branca	Negra	TOTAL
PHS(31)	9773 (8)	1267 (3)	11040 (11)
PSDC(27)	1677 (1)	202 (1)	1879 (2)
PDT(12)	13753 (9)	0 (0)	13753 (9)
PCO(29)	740 (1)	0 (0)	740 (1)
PP(11)	1667 (2)	2433 (4)	4100 (6)
PSL(17)	4223 (6)	2306 (4)	6529 (10)
Frente de Esquerda(16-PSTU 21-PCB 50-PSOL)	47285 (6)	1032 (3)	48317 (9)
União Por Brasília(13-PT 43- PV 65-PCdoB 40-PSB 28- PRTB 10-PRB)	282478 (10)	7126 (6)	289604 (16)
Por Amor a Brasília(19-PTN 20-PSC 22-PL 23-PPS 25- PFL 33-PMN 56-PRONA)	394066 (15)	56424 (7)	450490 (22)
Avança DF(45-PSDB 15- PMDB 14-PTB 70-PT do B)	403572 (18)	783 (2)	404355 (20)
TOTAL	1159234 (76) (94,18%)	71573 (30) (5,82%)	1230807 (106) (100%)

Fonte: Autor

Obs. Os números em parêntesis ao longo da tabela representam a quantidade de candidatos em cada uma das coligações e seu total ao final, antes da porcentagem total.

A Tabela 14 vai mostrar a quantidade de votos obtidos por raça e coligação. É possível ver que as principais votações dos candidatos negros foram obtidas em uma coligação, *Por Amor a Brasília*, onde os sete candidatos negros obtiveram 56.424 votos, o que corresponde a 4.5% do total de votos, resultado este fortemente influenciado pelo candidato Ricardo Quirino, que obteve 35.498 votos, 2,8% do total de votos da eleição e 7,8% do total da coligação.

3.8. Apelos discursivos

Sobre os apelos discursivos, é importante perceber a existência de diferenças significativas entre negros e brancos, isto se deve, em parte, à desproporção da amostra, pois o universo de brancos é muito mais diverso (em função da sua magnitude) do que os negros (em número menor). Outra explicação, talvez subjacente à primeira, é a de que os negros possuem uma trajetória diferente em relação aos brancos, devido aos seus indicadores sociais, além de serem um grupo historicamente excluído do campo político.

A Tabela 16 mostra que apenas 4,8% dos negros se apóiam em sua biografia como plataforma discursiva da sua propaganda eleitoral, já em relação aos brancos 18,9% deles utiliza este apelo. Isto pode dever-se ao fato de que os negros estão de maneira geral posicionados fora da classe política, já que em sua maioria não exerceram cargos na política para poderem se reportar a eles. Além disso, este dado relativo à biografia pode ter mais a dizer, é possível que ele esteja demonstrando uma maior dificuldade em se fazer colocar como representante a partir das remissões a sua trajetória política e social.

Quando o assunto é mudança/renovação/ética, os brancos parecem fazer maior apelo a estas categorias, 18% contra 14,3% dos negros (ver Tabela 16). Isto criaria um problema para a minha linha de argumentação, já que busco demonstrar que o campo político está ocupado majoritariamente pelos brancos. Por outro lado, é preciso ponderar a categoria *branca* à luz do que já foi dito sobre a diversidade deste grupo. Assim, é possível voltar à tabela 12, que mostra que dentre os candidatos com menos de 200 segundos de exposição, 21,5% deles defendia a idéia de mudança, renovação e ética na política, já entre os candidatos que possuíam de 200 a 600 minutos de exposição, este valor caía para 10,9% e dentre aqueles com mais de 800 segundos, apenas 12,5% apelava para a renovação. De posse destes dados, pode-se concluir que o apelo para a renovação é visivelmente um apelo de quem está fora do campo político, ou seja, de quem ocupa posições marginais dentro do campo. É possível perceber que os candidatos eleitos nas eleições do DF são aqueles que possuem os maiores níveis de exposição no HGPE, e são eles que devem ser considerados nesta comparação. Assim, os 12,5% de brancos que apelavam para a renovação ainda eram inferiores aos negros, estes tratados globalmente, o que também incluiu candidatos com maior acesso à máquina partidária e ao campo político.

Em resumo, os candidatos negros, de modo geral, tendem a pleitear maior renovação na política do que os candidatos brancos que possuem grande espaço de visibilidade no HGPE (os

vencedores das eleições estão incluídos nesse grupo).

A tabela 15 compara a Interação entre o Apelo discursivo e a Raça em função do tempo de exposição em segundos em média. A partir das médias de tempo total de exposição em segundos é possível comprovar esta afirmação feita anteriormente já que a média de tempo dos candidatos brancos que utilizaram o apelo por mudança/renovação e ética é pouco superior ao dos negros. Por outro lado, na maioria das outras categorias, eles aparecem com um tempo médio bastante superior ao dos negros.

Tabela 15 - Interação entre 'Apelo Discursivo' e 'Raça/Cor' por 'Tempo total de exposição em segundos'

Apelo Discursivo	Branca	Negra	TOTAL
Temática	249,97	201,22	238,42
Nenhum	41,13	53,43	46,87
Proposta	321,88	83,75	276,52
mudança/renovação/ética	179,36	154,5	174,04
Biografia	461,7	116,5	434,08
Corporação	172,2	85,71	121,75
Localidade	-	55	55
Candidato majoritário	430,5	423	427,29
Religião	589	505	547
Apoio	391,83	-	391,83
Partido	371	-	371
Ideologia	547	394	470,5
Outro	92	-	92
TOTAL	291,22	164,21	258,7

Obs. Os valores da tabela são as média da variável Tempo total de exposição em segundos

Fonte: Autor

Abaixo, na tabela 16, é possível pode-se visualizar a distribuição dos apelos discursivos pela raça/cor dos candidatos.

Tabela 16 - Apelo Discursivo/Raça/Cor

Apelo Discursivo/Raça/Cor	Branca	Negra	TOTAL
Temática	23,8% (29)	21,4% (9)	23,2% (38)
Nenhum	6,6% (8)	16,7% (7)	9,1% (15)
Proposta	13,9% (17)	9,5% (4)	12,8% (21)
mudança/renovação/ética	18,0% (22)	14,3% (6)	17,1% (28)
Biografia	18,9% (23)	4,8% (2)	15,2% (25)
Corporação	4,1% (5)	16,7% (7)	7,3% (12)
Localidade	0,0% (0)	2,4% (1)	0,6% (1)
Candidato majoritário	3,3% (4)	7,1% (3)	4,3% (7)

Religião	0,8% (1)	2,4% (1)	1,2% (2)
Apoio	4,9% (6)	0,0% (0)	3,7% (6)
Partido	2,5% (3)	0,0% (0)	1,8% (3)
Ideologia	1,6% (2)	4,8% (2)	2,4% (4)
Outro	1,6% (2)	0,0% (0)	1,2% (2)
TOTAL	100% (122)	100% (42)	100% (164)

Fonte: Autor

Na tabela 18, é comparado o tempo médio de exposição em segundos, ou seja, o tempo total de exposição em segundos dividido pelo número de aparições do candidato na TV, o que oferece um dado mais aproximado sobre a consistência das exposições ao longo do HPEG.

Neste caso, ainda se mantém o mesmo padrão para o apelo por mudança, renovação e ética, mas é possível perceber também que o apelo pela biografia atinge uma média ótima para os brancos 29,25 segundos. Neste aspecto, vale ressaltar que a maioria dos grandes partidos concedia a seus principais candidatos 30 segundos de fala. O PT, por exemplo, reservou ao longo de toda a propaganda, uma média de 30 segundos para os candidatos Geraldo Magela, Wasny de Roure, Fredo, Maria Laura e Sigmaringa Seixas (apenas em alguns momentos, alguns desses candidatos obtinham um tempo maior do que os 30 segundos, como por exemplo, Geraldo Magela que foi apresentado como o principal candidato do Partido).

Tabela 18: Interação de 'Apelo Discursivo' e 'Raça/Cor' por 'Tempo Médio de Exposição em Segundos'

Apelo Discursivo	Branca	Negra	TOTAL
Temática	20,34	14,65	18,99
Nenhum	7,36	14,15	10,53
Proposta	24,28	10,68	21,69
mudança/renovação/ética	15,7	11,69	14,84
Biografia	29,25	11	27,79
Corporação	16,01	12,19	13,78
Localidade	-	18,33	18,33
Apelo folclórico	-	-	-
Candidato majoritário	24,07	21,76	23,08
Religião	34,65	25,25	29,95
Apoio	22,36	-	22,36
Partido	22,3	-	22,3
Oposição/situação local	-	-	-
Ideologia	28,86	19,7	24,28
Oposição/situação federal	-	-	-
Outro	4,6	-	4,6
TOTAL	20,97	14,27	19,26

Fonte: Autor

Os valores da tabela são as médias da variável Tempo Médio de Exposição

3.8.5 Corporação

Um dado que chamou atenção tanto na tabela 16 quanto na tabela 19 são os apelos em nome de uma corporação. Este apelo representa a preferência de 16,7% dos negros em contraposição a apenas 4,1% dos brancos. Este é o apelo discursivo de maior importância dentre os negros já que o apelo à 'temática' e 'nenhum' englobam vários outros apelos. Isto significa que as instituições as quais os negros estão inseridos podem ser os principais canais para sua atividade política e reconhecimento.

Tabela 19 - Interação de 'Apelo Discursivo' e 'Raça/Cor' por 'Quantidade de votos obtidos'

Apelo Discursivo/Raça/Cor	Branca	Negra	TOTAL
Temática	12 317,54	634,44	9 475,70
Nenhum	650	394,29	512,31
Proposta	30 251,24	403	25 774,00
mudança/renovação/ética	6 844,73	1 712,50	5 744,96
Biografia *	40 006,13	4 363,00	37 154,68
Corporação	6 323,40	2 038,29	3 823,75
Localidade *	-	482	482
Candidato majoritário	13 694,50	14 693,67	14 122,71
Religião *	34 141,00	35 498,00	34 819,50
Apoio	18 330,67	-	18 330,67
Partido	9 153,33	-	9 153,33
Ideologia *	3 880,50	4 113,00	3 996,75
Outro	1 479,00	-	1 479,00
	18 508,29	3 200,85	14 585,76
TOTAL	(100%)	(100%)	(100%)

Os valores da tabela são das médias da variável 'Quantidade de votos obtidos'

* Nestes casos, a média fica enviesada em função do pequeno número de candidatos incluídos nestas categorias.

Na tabela 19, que compara a utilização dos apelos discursivos com os resultados eleitorais, a corporação aparece como o segundo principal apelo em termos de resultados nas urnas, perdendo apenas para a vinculação ao candidato majoritário, que parece ser a estratégia mais interessante para as eleições.³⁸ O que parece ocorrer é que nas carreiras profissionais do Estado, que diferentemente do mercado são organizadas por regras próprias de mérito para entrada e progressão³⁹, são reduzidas as barreiras do racismo e são abertos maiores espaços para representantes negros, tanto pela sua forma de recrutamento, quanto pela sua estrutura de ascensão aos espaços centrais do campo.

³⁸ Neste caso, eu não levei em conta as categorias marcadas com asterisco “ * ” para evitar um enviesamento da comparação.

³⁹ Não confundir esta diferenciação que coloca de um lado as carreiras regidas por normas e às carreiras de conflitos não regulados, com uma outra discussão realizada no capítulo 2 que evidencia a existência de filtros dentro das instituições, o que inclui as carreiras regidas por critérios de mérito. Logicamente uma carreira onde existam regras de entrada e promoção (carreiras estatais) permitem um maior acesso dos grupos subalternizados, por outro lado, em uma sociedade racista como é a brasileira, é possível que o filtros acabem se instalando nas mais diversas carreiras, sejam públicas ou privadas, nestes casos, as regras apenas minimizam os danos do racismo. Além disso, existe toda uma relativização sobre a idéia de mérito que foge ao objetivo deste trabalho.

3.8.6 Religião

O candidato Pastor Ricardo Quirino do PL foi o candidato negro mais votado nas eleições de 2006, tendo conseguido 35 498 votos. O que surpreendeu no caso deste candidato é que ele foi escolhido às vésperas do início da campanha como forma de substituir o então Deputado Federal e Pastor Jorge Pinheiro. O Deputado estava envolvido em denúncias de corrupção envolvendo a compra de ambulâncias superfaturadas e preferiu não se candidatar como forma de evitar sua exposição negativa. Sua campanha na TV foi marcada por um discurso político de cunho religioso e apelos para o candidato majoritário José Roberto Arruda, além disso, o próprio Arruda apareceu em um de seus programas pedindo votos para o candidato. Esta candidatura de Quirino marcou bastante a pesquisa porque o candidato não ocupou desproporcionalmente o espaço de propaganda do seu partido, e não fez uma campanha milionária com um grande investimento em marketing político, o que faz surgir à hipótese de que apenas o apelo político dos evangélicos foi suficiente para erguer tamanho capital político em pouco tempo.

Isto mostra o quanto as igrejas pentecostais e neopentecostais podem ser um trampolim político para candidaturas negras. Existe uma maior facilidade para a transmissão de capital eleitoral, já que basta que a Igreja escolha seu nome para que esta pessoa garanta um eleitorado fiel. Ainda são poucos os estudos que vão mostrar o impacto do crescimento destas igrejas de matriz no cenário político, dentre eles, é possível citar Oro (2003), que mostra o papel da Igreja Universal na reconfiguração do papel da religião em relação comportamento eleitoral, segundo o autor:

A Universal procedeu, dentro do próprio grupo religioso, a uma ressemantização do ato de votar em particular e da percepção da política em geral, inscrevendo-os em sua lógica religiosa. Isso é uma importante chave explicativa para o elevado grau de fidelidade de votos e o êxito político cada vez maior constatado nas últimas eleições. Ademais, a prática política da Universal está produzindo um efeito mimético em outras igrejas evangélicas, que tendem a imitar seu modelo de fazer política. Sua inserção política, sobretudo por intermédio do Partido Liberal, não passa despercebida pelos partidos, constituindo-se, assim, em um

ator relevante na atual conjuntura política brasileira. (ORO, 2003: 53)⁴⁰

Gênero

Em 1996, o Congresso Nacional instituiu o sistema de cotas na Legislação Eleitoral e obrigou os partidos a inscreverem, no mínimo, 20% de mulheres nas chapas proporcionais. No ano seguinte, o sistema foi revisado e o mínimo passou a ser de 30%. Por outro lado, os resultados da pesquisa mostram que nenhum partido respeita as cotas de 30% nas candidaturas para mulheres.

Tabela 20 - Coligação/Sexo

Coligação/Sexo	Masculino	Feminino	TOTAL
PAN(26)	100% (1)	0,0% (0)	100% (1)
PHS(31)	90,9% (10)	9,1% (1)	100% (11)
PSDC(27)	100% (2)	0,0% (0)	100% (2)
PDT(12)	88,9% (8)	11,1% (1)	100% (9)
PCO(29)	100% (1)	0,0% (0)	100% (1)
PP(11)	100% (6)	0,0% (0)	100% (6)
PSL(17)	100% (10)	0,0% (0)	100% (10)
Frente de Esquerda(16- PSTU 21-PCB 50- PSOL)	77,8% (7)	22,2% (2)	100% (9)
União Por Brasília(13-PT 43- PV 65-PCdoB 40- PSB 28-PRTB 10- PRB)	93,8% (15)	6,3% (1)	100% (16)
Por Amor a Brasília(19-PTN 20-PSC 22-PL 23- PPS 25-PFL 33- PMN 56-PRONA)	72,7% (16)	27,3% (6)	100% (22)
Avança DF(45- PSDB 15-PMDB 14-PTB 70-PT do B)	85,0% (17)	15,0% (3)	100% (20)

⁴⁰ Ver também: CARNEIRO, Leandro Piquet. (1998), "Cultura cívica e participação política entre evangélicos", in Fernandes et al., Novo nascimento: os evangélicos em casa, na igreja e na política, Rio de Janeiro, Mauad, pp. 81-110.

Avança DF4(44-PRP 36-PTC)	100% (1)	0,0% (0)	100% (1)
TOTAL	87,0% (94)	13,0% (14)	100% (108)

Fonte: Autor

De acordo com a Tabela 20, o único partido que consegue se aproximar do mínimo exigido pela cota eleitoral é a coligação Por Amor a Brasília, que possui 6 mulheres, 27,3% do total de candidatos. No total, as mulheres representam apenas 13% do total de candidatos, um número bastante reduzido se lembrarmos que existe uma imposição legal.

3.8.7 Raça e exclusão nos partidos políticos

Sobre os filtros que operam dentro dos partidos políticos, busquei avaliar o impacto da categoria raça sobre a variável *tempo de exposição* no HGPE e nos resultados das urnas, ao final, foi criado um índice de equitatividade para cada um dos partidos/coligações, isto poderá revelar os impactos do tempo de exposição e dos resultados eleitorais para cada grupo racial nos diferentes partidos. O objetivo disso é perceber se a raça é um fator relevante para trajetória política e avaliar se a categoria opera como um indicador de incentivos ou obstáculo à carreira política, por outro lado, explicar as razões deste fenômeno demandaria a realização de entrevistas com diversos candidatos, incluindo perdedores e vencedores das eleições, mas isto ultrapassa o escopo deste trabalho.

3.8.8 Raça e Política

Assim como foi abordado ao longo deste trabalho, as relações entre raça e política no Brasil são pautadas pelo mito da democracia racial. Este mito atua como um mecanismo de violência simbólica ao criar um filtro para o debate, em que o argumento produtor de respaldo no meio político é aquele que defende a não existência de raças e, inclusive nega o racismo como uma prática definidora de espaços de exclusão política. Isto ocorre no sentido da não presença e também da exclusão do debate já que o tema só é pautado quando o que está em questão é defender o status brasileiro de sociedade menos racista em relação a outras, ou até como uma sociedade que não produz o racismo a não ser de maneira localizada ou exógena.

Ao longo do HGPE em Brasília, isto já era esperado, mas o que me surpreendeu é que ainda que houvesse uma presença significativa de negros e negras, o debate sobre o racismo foi colocado de lado, e acabou transparecendo apenas em discursos localizados em que se fazia

vários apelos genéricos como sobre saúde, educação, segurança, dentre outros.

3.8.9 “Vote com Raça, vote Luiz França”

O único candidato que pautou a temática racial em seus programas foi o candidato do PMN, Luiz +França, ele inclusive fez do seu slogan uma referência indireta à temática racial: “Vote com Raça, vote Luiz França! 3325!”, o partido de França participou da coligação que foi base para a candidatura majoritária de José Roberto Arruda, o vencedor das eleições para o governo do DF. O candidato do PMN pautou a questão racial em um dos seus programas, no qual apareceu ao lado de um grupo de homens negros e falou sobre desigualdade racial no DF.

Em seus discursos, o candidato transitava desde um discurso evasivo até a uma remissão direta aos problemas do Brasil relacionados ao racismo. Na propaganda eleitoral do dia 15/08/2006, o candidato relatou sua origem pobre e utilizou isto como argumento para mostrar alternativas:

“Quero ser Deputado Federal para mostrar para o povo de Brasília e do Brasil que um negro, de origem pobre, humilde, que estudou e teve algumas oportunidades na vida pode sim ser Deputado Federal e ajudar Arruda a fazer um grande governo por Brasília”

O argumento utilizado pelo candidato evidencia este caráter impositivo do discurso político sobre raça no Brasil, que espera daquelas pessoas que supostamente “venceram na vida” que se utilizem da sua experiência para reforçar a capacidade da sociedade em incluir todos os grupos em seu modelo de desenvolvimento. Por outro lado, o candidato cria uma tensão dentro deste discurso ao colocar um requisito para esta inclusão, as oportunidades. Neste sentido, ele abre espaço para uma série de debates políticos sobre o papel do Estado como sendo aquele que poderia criar estas oportunidades para as populações desprovidas de recursos.

Ao mesmo tempo em que o candidato falava sobre a desigualdade racial no Brasil, ele em nenhum momento emitiu opinião direta sobre as políticas de ação afirmativa, em um de seus programas, ele apareceu nos corredores da Universidade de Brasília defendendo a criação de uma universidade Distrital para Brasília, como forma de garantir ensino público e gratuito para todos.

“Luiz França é jornalista experiente e acadêmico de direito, comprometido com a luta pela igualdade racial no Distrito Federal e no Brasil (nesta hora ele aparece ao lado de seis homens negros). Homem honrado e de origem simples. Depois disso o candidato surge nos corredores da Universidade de Brasília dizendo o seguinte: “Você sabia que todos os Estados do Brasil têm a sua universidade Estadual? Como Deputado Federal, vou buscar no orçamento da União os recursos necessários para implantar a UDB, a Universidade Distrital de Brasília, para que todos possam ter ensino superior gratuito e de qualidade, nosso futuro depende do nosso presente.”

Por fim surge o slogan: “Vote com raça, Luiz França.”

(Fonte: Propaganda Eleitoral Gratuita exibida em 02/09/2006)

Em um cenário como o de Brasília, sendo o único candidato a pautar diretamente os problemas raciais do Brasil, a exclusão do debate sobre ações afirmativas parece ser uma decisão do candidato, inclusive porque ele gravava o seu programa de dentro da primeira universidade federal a adotar o sistema de cotas para negros(as). Neste sentido, parece ter havido uma decisão de não polemizar com esta temática.

Este discurso veiculado no HGPE exemplifica o baixo nível de polemização que o candidato buscava ao pautar a questão racial:

Narrador: “Luiz França é jornalista experiente e acadêmico de direito, comprometido com a luta pela igualdade racial no Distrito Federal e no Brasil (nesta hora ele aparece ao lado de seis homens negros). Homem honrado e de origem simples.” Neste momento, Luiz França aparece acompanhado dos seis homens negros dizendo o seguinte ‘ a população negra brasileira necessita de caminhos para exercer a cidadania em todos o setores da vida social e política, precisamos transformar o discurso em medidas práticas, o Brasil não pode mais prescindir da força de um povo que tanto lutou para o engrandecimento deste país.’”

Por fim surge o slogan: “Vote com raça, Luiz França.”

(HGPE Exibido em 29/08/2006)

Neste discurso fica nítido que a intenção do candidato era de ganhar um eleitorado afeito

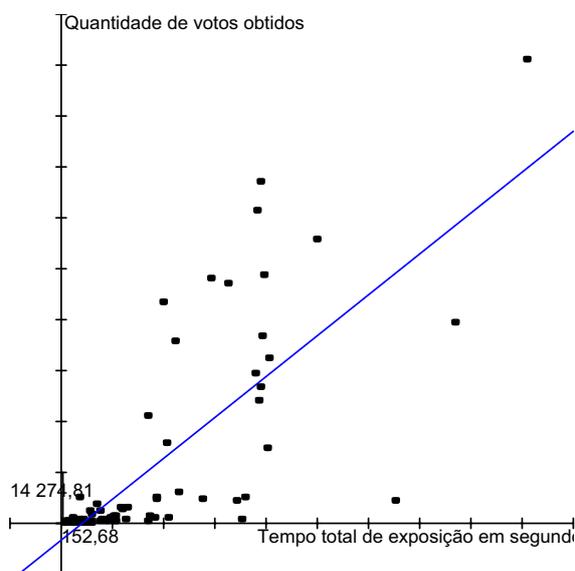
ao debate racial sem ter que assumir nenhuma bandeira política específica. Assim, ele utilizava apenas a sua trajetória de vida como fator de legitimação de uma postura de comprometimento com a questão racial, o que supostamente evitaria a perda de votos a partir de uma suposta guetização do candidato como sendo o candidato dos negros.

O que surpreende no candidato Luiz França é que ele seguiu a risca o que está se desenhando ao longo deste trabalho como sendo a suposta receita para uma campanha eleitoral vitoriosa. Em primeiro lugar ele era o Presidente do seu partido, ou seja, a pessoa que definiria as alianças políticas do partido e o destino dos recursos partidários, em última análise, o tempo destinado a ele próprio no HGPE. O candidato soube vincular seu partido à coligação que saiu vitoriosa das eleições. Em virtude do seu poder dentro do partido, o candidato ficou entre os mais expostos no HPEG, com 557 segundos, um tempo acima da média de todas as coligações, e apareceu 20 vezes, o número máximo de aparições possível. Além disso, ele possuía uma imagem interessante do ponto de vista do capital imagético que a mídia impõe, ou seja, possui uma voz empostada, uma ótima postura diante das câmeras, capital cultural acima da média, e o mais importante, possuía o acesso ao executivo local, o que inclusive lhe rendeu a direção de uma Secretaria do GDF no atual governo. A declaração de Arruda sobre Luiz França veiculada no programa deste é um exemplo desta interlocução estabelecida com o candidato majoritário:

Narrador: - “Opinião de Arruda sobre Luiz França [neste momento, o então candidato Arruda aparece sendo entrevistado e afirma] ‘é um homem forte, humilde, que conseguiu vencer todos os obstáculos, os preconceitos, conseguiu estudar, é um homem que vai fazer muito ainda por Brasília e pelo Brasil. Luiz França é um homem de bem e merece ser Deputado Federal. É um voto de raça! [– diz Arruda sorrindo ironicamente].’ (HGPE de 26/09/2006)

Por outro lado, é surpreendente perceber que após as eleições Luiz França conseguiu apenas 6861 votos, o que me leva ao questionamento sobre qual o impacto da raça nas possibilidades de eleição de um Deputado Federal em Brasília.

Gráfico 13 – Correlação entre Quantidade de votos obtidos e Tempo total de exposição para Brancos



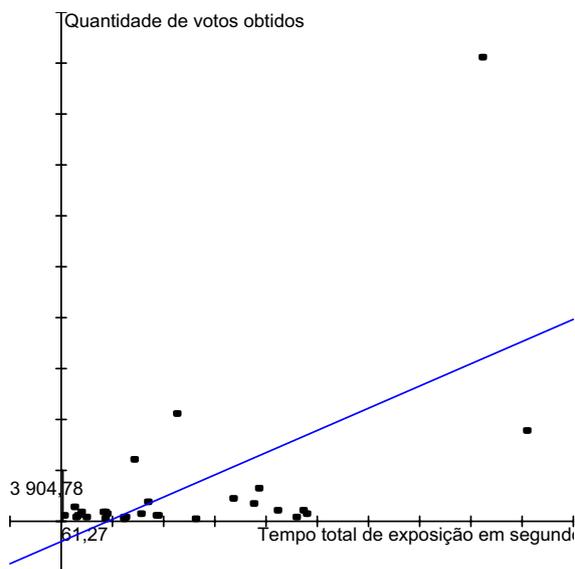
Fonte : Autor

O gráfico mostra 73 pontos de concordância para Tempo total de exposição em segundos, Quantidade de votos obtidos.

Isto me leva a retomar a análise da correlação entre tempo de TV e quantidade de votos recebidos, agora buscarei verificar se a correlação positiva apresentada na tabela 8 também ocorre quando são analisados apenas os candidatos negros.

O gráfico 13 mostra que o coeficiente de correlação, quando são analisados apenas os candidatos brancos, é de 0,75, ou seja, o mesmo coeficiente que aparece quando é analisado o universo de candidatos. Por outro lado, quando busco o coeficiente de correlação entre as variáveis *tempo na TV* e *votos obtidos*, apenas para negros, o coeficiente de correlação cai para 0,59, o que significa que a primeira variável explica apenas 34% da segunda, conforme podemos visualizar no gráfico 14.

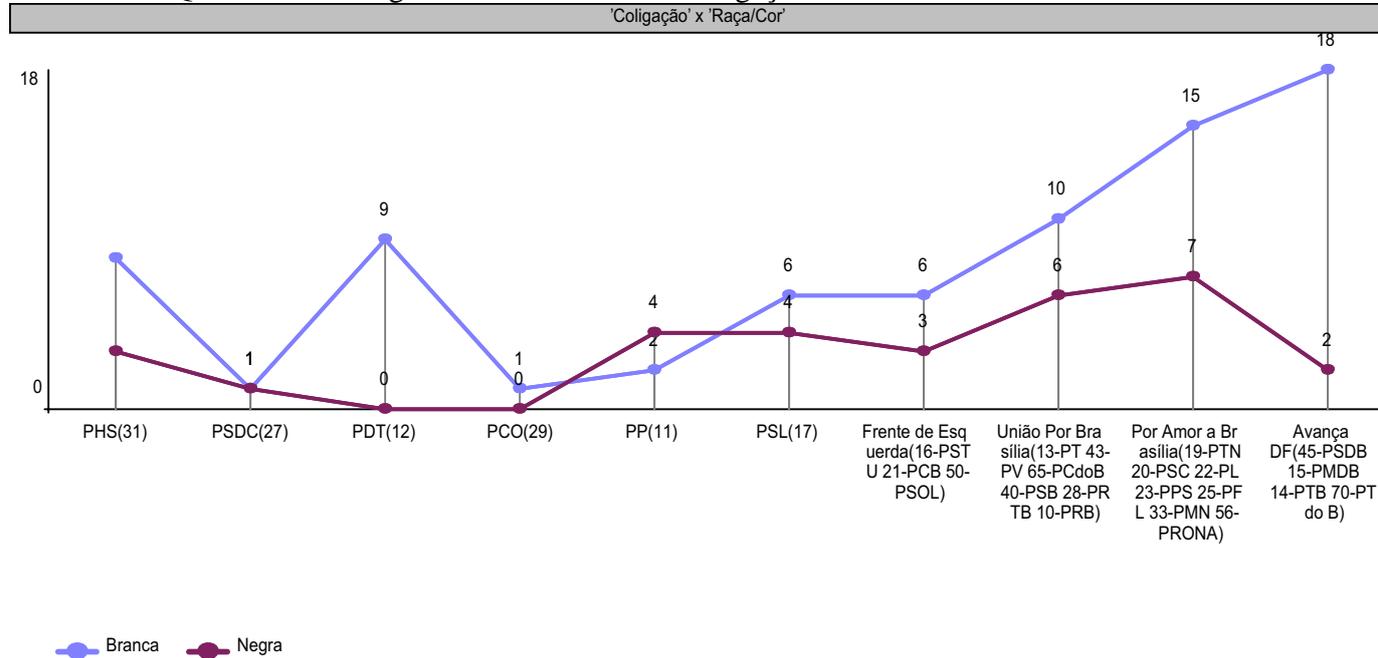
Gráfico 14 - Correlação entre Quantidade de votos obtidos e Tempo total de exposição para Negros



Fonte: Autor

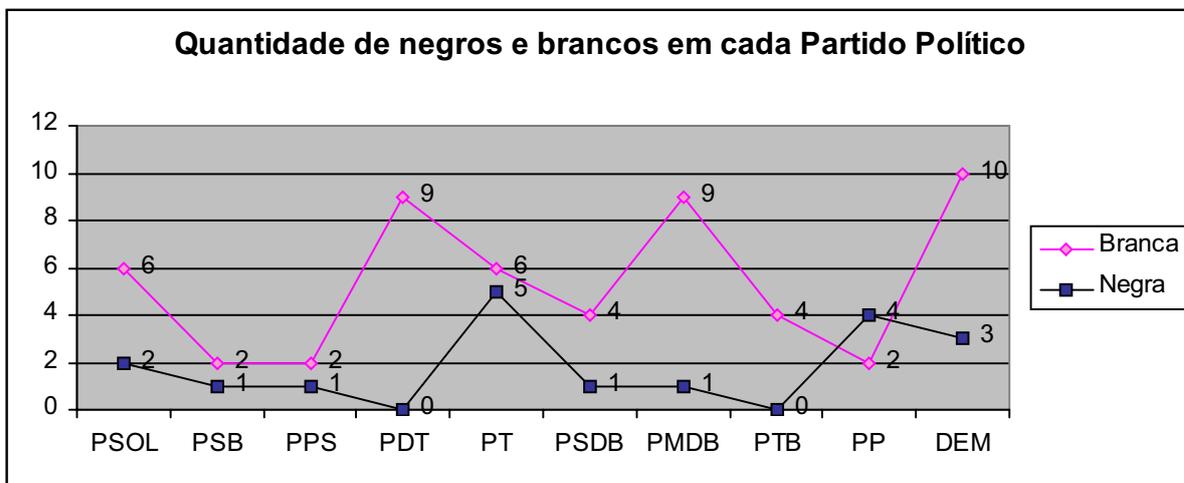
O gráfico mostra 21 pontos de concordância para Tempo total de exposição em segundos, Quantidade de votos obtidos

Gráfico 15 - Quantidade de negros e brancos em cada coligação



Fonte: Autor

Gráfico 16 - Quantidade de negros e brancos em cada partido político

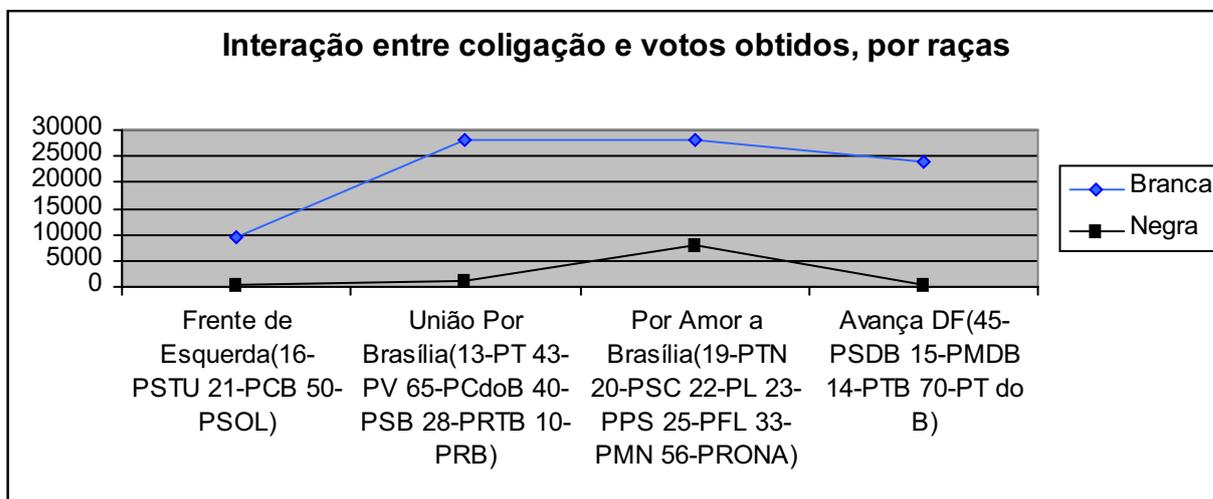


Fonte: autor

Observação: Foram excluídos os partidos que possuíam apenas um candidato.

O gráfico 15 mostra que existe correspondência dentro dos diversos partidos e coligações entre o número de negros e brancos, pois se excetuando a Coligação Avança DF e o PDT, a maioria conseguiu uma proporcionalidade média de 70%. Já no gráfico 16, foi tomada esta mesma proporção, porém, buscando o condicionante mais específico dos partidos políticos, também se buscou aferir alguma possibilidade de viés ideológico para a composição racial das candidaturas. Neste sentido, aloquei os partidos a partir de uma linha ideológica estipulada arbitrariamente, onde o PSOL foi o partido alinhado mais a esquerda enquanto os Democratas ocuparam o outro extremo do espectro ideológico. Os resultados revelam que não há nenhum tipo de relação visível entre a orientação ideológica do partido e a inclusão de candidaturas negras. Os democratas e o PSOL apresentaram praticamente a mesma proporção entre negros e brancos, enquanto que PDT, partido alinhado a esquerda do espectro ideológico, não apresentou nenhuma candidatura negra. Vale lembrar que a pesquisa trabalha com um universo reduzido de candidaturas, o que deve ser levado em conta ao tratar desses resultados e dos percentuais que lhes explicitam.

Gráfico 17 - Interação entre Coligação e Raça por Quantidade de votos obtidos



Fonte: Autor

A interação entre a quantidade de votos das principais coligações por brancos e negros, mostra que não existe uma relação direta entre a quantidade de votos obtida pela coligação e os votos obtidos pelos candidatos negros (ver gráfico 17).

Tabela 21 - Interação de 'Coligação' e 'Raça' por 'Tempo médio de exposição em segundos'

Coligação/Raça	Branca	Negra	TOTAL
PHS(31)	50,88	53	51,45
PSDC(27)	267	281	274
PDT(12)	121,44	-	121,44
PCO(29)	542	-	542
PP(11)	291,5	239,75	257
PSL(17)	62	80,75	69,5
Frente de Esquerda(16- PSTU 21-PCB 50-PSOL)	117,17	14,67	83
União Por Brasília(13-PT 43-PV 65-PCdoB 40-PSB 28-PRTB 10-PRB)	491,6	126,67	354,75
Por Amor a Brasília(19-PTN 20-PSC 22-PL 23-PPS 25-PFL 33-PMN 56-PRONA)	301,53	218,71	275,18
Avança DF(45-PSDB 15-PMDB 14-PTB 70-PT do B)	367,5	93	340,05
TOTAL	263,43	141,43	228,91

Os valores da tabela são as médias da variável 'tempo total de exposição em segundos'

Na Tabela 21, é possível perceber que os pequenos partidos oferecem um cenário menos díspare em termos de tempo de exposição no HGPE em relação às grandes coligações. É possível ver que o tempo médio dos pequenos partidos para os candidatos negros é mais equitativo do que em relação às grandes coligações. Na *Frente de Esquerda*, enquanto os negros ocupavam uma média de apenas 14,67 segundos, os brancos ficavam com 117,17 segundos na *União por Brasília*, enquanto os brancos ocupavam 491,6 segundos, os negros ficavam apenas com 126,67 segundos. Na coligação *Por Amor a Brasília* a disparidade foi menor, principalmente em função da presença dos candidatos Ricardo Quirino e Luiz França, que tiveram maior tempo de exposição. Por fim, na coligação *Avança DF* a disparidade foi a maior, já que os negros ficaram com uma média de 93 segundos, em contraposição a 367,5 dos brancos.

Tabela 22 - Interação entre raça apelo discursivo e resultados eleitorais

Apelo Discursivo / Raça	Branca	Negra	Relação entre negros e brancos
Temática	12317,54	634,44	0,051507038
Nenhum	650	394,29	0,6066
Proposta	30251,24	403	0,013321768
Mudança/renovação/ética	6844,73	1712,5	0,250192484
Biografia	40006,13	4363	0,109058287
Corporação	6323,4	2038,29	0,322340829
Candidato majoritário	13694,5	14693,67	1,072961408
Religião	34141	35498	1,039746932
Ideologia	3880,5	4113	1,059914959
TOTAL	19093,37	3268,82	0,171201836

Fonte: Autor

Os valores da tabela são as médias da votação recebida pelos candidatos que utilizaram os apelos discursivos, a partir da sua raça/cor. E a relação entre as duas variáveis é a divisão das médias de negros pela média dos brancos.

A Tabela 22 vai mostrar as médias de votação obtidas pelos candidatos negros e brancos a partir do apelo discursivo que utilizaram no HGPE. É possível perceber que o apelo discursivo mais importante para os negros foi a vinculação a um candidato majoritário e à religião. Sobre a religião, está claro que a presença do candidato Ricardo Quirino foi fundamental neste processo, já que ele obteve a maior votação dentre os negros, partido da sua base política na igreja. A vinculação as candidaturas majoritárias é também uma das principais estratégias dos candidatos aos cargos proporcionais, porque permite que seus votos sejam aproveitados pela legenda, e garante boas relações com o governo que poderá ser eleito, e no futuro virá a beneficiar o candidato. Em outras palavras, ainda que não seja eleito, o candidato não sairá derrotado das eleições, já que poderá receber benefícios do governo eleito.

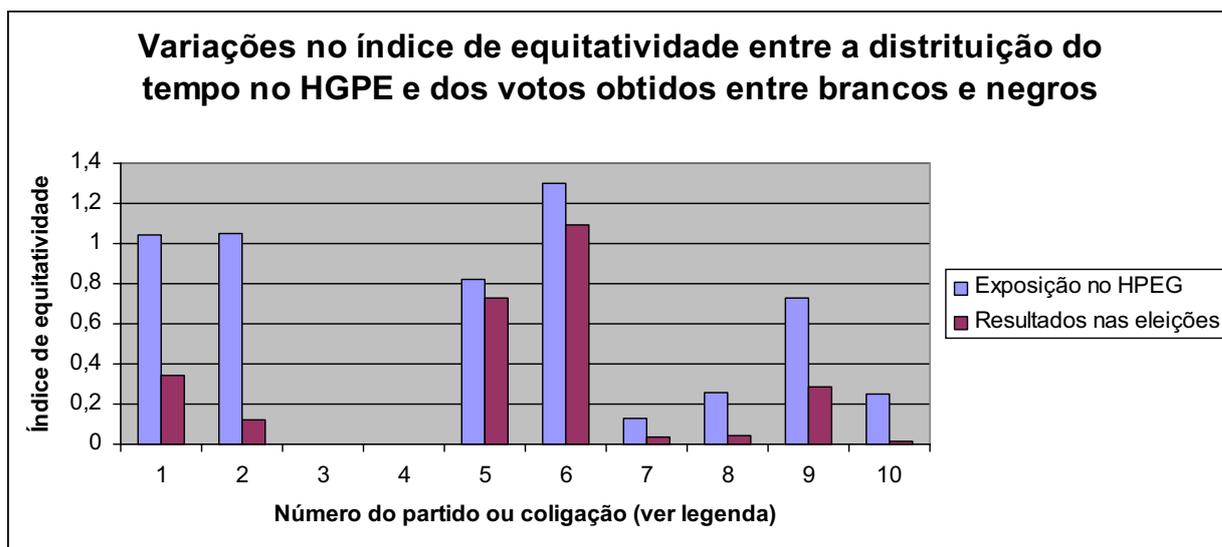
A comparação entre os votos recebidos por coligação mostra que em coligações como a Avança DF, os negros conseguiram apenas 783 votos, enquanto que na coligação Por Amor a Brasília, eles conseguiram 56 424 votos.

3.8.10 Indicadores de equitatividade dentro e fora dos partidos políticos.

Busco agora discutir a possibilidade de criação de um índice de equitatividade da distribuição do tempo de exposição no HGPE e nos resultados eleitorais; a idéia é

compreender quais são os partidos que conseguem conciliar uma boa distribuição entre o tempo de TV entre brancos e negros e qual o resultado disso perante o eleitorado.

Gráfico 18 – Variações no índice de equitatividade entre a distribuição do tempo no HGPE e dos votos obtidos entre brancos e negros..



Legenda: 1 (PSDB); 2 (PHS); 3 (PP); 4 (PMDB); 5 (PSOL); 6 (DEM); 7(PPS); 8 (PSB); 9 (PSDC); 10 (PSL); 11 (PT)

Fonte: Autor

Obs. Foram excluídos os partidos/coligações que não possuíam negros e brancos

O gráfico 18 foi elaborado a partir da divisão do tempo de exposição dos candidatos negros pela mesma variável em relação aos brancos, esta é a parte azul do gráfico. Já na parte grená, ocorre a mesma divisão, mas em relação aos resultados nas eleições. A conclusão do gráfico é a seguinte, sempre que os dados se aproximarem do número 1, isto significa que o partido em questão possui uma divisão equitativa da sua exposição na TV e nos resultados das eleições. Por outro lado, sempre que a barra ficar abaixo de 1, significa que os brancos estão em vantagem, e caso ultrapasse, é porque os brancos é que estão em desvantagem e os negros os superaram.

O dado é interessante porque reflete, de um lado, a decisão dos partidos, ou seja, quem ficou com as maiores fatias do tempo no HGPE, e de outro lado, o segundo dado vai apontar para a escolha do eleitor. Logicamente, uma decisão está vinculada à outra, como nos mostrou o coeficiente de correlação, mas ainda assim, existem disparidades dentro e fora dos partidos. Isto me leva a acreditar que os negros acabam sendo relegados aos partidos marginais da disputa política, e que o acesso aos partidos de

maior prestígio depende da sua vinculação a uma corporação específica ou à Igreja, ou a um candidato majoritário que apadrinhe sua campanha. Ainda assim, isto não garante a vitória, já que é preciso passar também pelo crivo dos eleitores.

O que se percebe no processo eleitoral proporcional é que a existência de tantas candidaturas proporcionais é algo bastante funcional para o sistema político; isto ocorre porque estes candidatos de menor importância acabam por angariar uma quantidade decisiva de votos para os principais candidatos da coligação. Assim, não é correto dizer que os inúmeros candidatos que se comprimem em poucos segundos de exposição estejam buscando votos desperdiçados ou estejam perdendo o seu tempo; na verdade, é nas eleições que a disputa interna por espaço dentro dos partidos ocorre, e isto pode resultar em acesso à máquina do executivo que a mesma coligação poderá eleger, fator este importante diante de um cenário político marcado por práticas políticas clientelistas.

Por fim, uma análise geral das trajetórias vai mostrar que existem diversas estratégias de campanha inseridas no cenário político. É possível definir três principais estratégias de campanha, que em alguns momentos são concorrentes e em outro são complementares:

A primeira estratégia é a mais vitoriosa, trata-se daquela utilizada pelos grandes partidos; o que eles buscam no cenário eleitoral é colocar o maior número de partidos em sua coligação, não importando o nível de vinculação ideológica, ou os compromissos políticos que deverão saudar ao final das eleições. Estratégia esta utilizada principalmente pela coligação *Por Amor a Brasília* que conseguiu tecer diversas alianças e trazer inclusive partidos de outro espectro ideológico para sua base. Esta tática pode ser utilizada apenas pelas principais legendas, que estão articuladas com os candidatos majoritários, o que permite oferecer a máquina Estatal em troca de apoio político. E também porque possui os candidatos com bases eleitorais consolidadas, o que garante que eles sejam os mais votados da coligação, e assim aproveitem os votos dos demais, ao invés de cederem seus votos.

- A segunda estratégia é a dos partidos pequenos e médios, mas que possuem candidatos consolidados; neste sentido, a tática é se vincular a uma coligação forte e lançar apenas um nome. Deste modo, todos os investimentos do partido são lançados sobre aquela única candidatura e aquele partido que caso concorresse sozinho não teria quociente eleitoral para eleger ninguém acaba por eleger um candidato que atingiu uma boa margem de votação dentro da coligação. É a estratégia típica de partidos como PV,

PCdoB, PSB e PPS.⁴¹

Uma terceira estratégia que surge nas eleições é a dos pequenos partidos que não têm uma base eleitoral sólida e também não possuem candidatos ilustres que podem angariar muitos votos; a estratégia destes partidos é ingressar em uma coligação a partir de acordos com os líderes partidários. Neste caso, eles serão responsáveis apenas por angariar votos locais em nome das grandes candidaturas e dependendo dos acordos que tiverem feito e da sua capacidade em angariar votos, eles poderão receber os benefícios que o acesso a um Estado clientelista oferece.

O que se percebe ao longo da análise dos resultados é que, no geral, a maioria dos candidatos ocupa lugares periféricos no sistema partidário, ou seja, a maioria dos candidatos se encontra nos partidos menos importantes para a competição. Por outro lado, entre os negros, a despeito de estarem ainda mais concentrados nos partidos periféricos - o que pode ser minimizado pela coligação - este grupo acaba por ocupar espaços periféricos quando se encontram nos partidos/coligações centrais da disputa, algo que pode ser avaliado a partir da variável tempo de exposição na TV. Isto pode ser demonstrado a partir do gráfico 16, que evidencia a diminuta presença de negros em todos os principais partidos, não importando qual o lugar ocupado no espectro ideológico, e pela tabela 21, que mostra que nos principais partidos e coligações, o tempo médio de exposição dos negros no HGPE é substancialmente inferior ao dos brancos.

No caso do DF, a vinculação a uma corporação ou a uma igreja evangélica parece ser a estratégia mais interessante para os candidatos negros, o que lhes rende maior espaço no horário de TV e melhores resultados nas urnas. A justificativa para isto, no caso das corporações, parece ser a regulação da competição dentro destes espaços, o que pode estar diminuindo o impacto das barreiras raciais, ainda que lhe imponha limites.

Quando se trata da Igreja de matriz protestante, fica nítido que existe um controle muito eficaz sobre as bases eleitorais vinculadas, ou seja, sobre os fiéis destas igrejas. Este é um tema que vem sendo negligenciado pela Ciência Política, já que a ampliação do poder político das igrejas pentecostais e neopentecostais tem sido a tônica da política brasileira nos últimos anos, principalmente em virtude da ampliação do acesso destas religiões sobre as comunidades pobres das periferias das grandes

⁴¹ Ainda que lancem mais de um candidato para as eleições, os partidos que seguem esta estratégia oferecem todos os recursos do partido ao candidato principal.

metrópoles brasileiras. Ao mesmo tempo em que representam um grande perigo para as tradições afro-brasileiras, que são fortemente atacadas principalmente pelos chamados “evangélicos”, estes grupos abrem grande espaço na política para negros e negras, já que conseguem eleger candidatos de forma mais desvinculada da raça e possuem uma base social fincada nas comunidades mais pobres, que normalmente são mais negras. (esta já não é mais uma realidade para os neopentecostais, que a cada dia ampliam sua base nas classes média e alta)

A conclusão é que a igreja deve ser levada em conta como uma alternativa para a presença dos negros no parlamento, por outro lado, caso esta ampliação de espaço continue a crescer, o sistema político será colocado diante de um dilema típico da representação política. Estes negros e negras eleitos pelos votos dos fiéis poderão ser levados a decidir sobre temas representativos dos conflitos entre as religiões de matriz protestante e aquelas afro-brasileiras, o que seria um conflito de trajetórias, que também foge ao escopo deste trabalho.

Considerações Finais

Como foi visto ao longo deste trabalho, o indivíduo emerge na modernidade como o alvo principal do poder, por outro lado, este poder não é apenas repressivo e exercido unicamente pelo Estado, mas passa por diversas outras instituições e atua no sentido de inserir práticas, comportamentos e limitações nas pessoas, estas limitações acabam sendo a-historicizadas para daí inserirem-se nestes corpos. Os movimentos que buscam historicizar estas práticas e mapear os contornos da exclusão racial são confrontados com um mito que busca dissolver as diferenças em nome de uma pertença maior, acreditando assim que as desigualdades oriundas destas hierarquizações sociais poderão também ser eliminadas. A visão deste trabalho sobre este ponto é direta, o mito da democracia racial no Brasil hoje representa um mecanismo de violência simbólica que busca silenciar as demandas por reparações e pela valorização do signo racial negro.

Em relação à representação política como pano de fundo deste conflito, eu percebo que a busca do pluralismo político tem que ser um caminho dos sistemas políticos contemporâneos, fazendo assim com que não apenas os grupos de interesse e os lobbies estejam representados para além da categoria indivíduo. Será preciso então dar voz aos grupos subalternizados e reconhecer que como grupo eles podem ampliar a pluralidade da participação. Logicamente, o que os membros deste grupo terão em comum é um ponto de partida. Assim, não é possível acreditar que a ética da política será transformada, ou que se possa criar, a partir de então, um interesse coletivo da comunidade negra. Por fim, não será possível extinguir os dilemas constitutivos da representação política. Por fim, não é possível acreditar que a entrada efetiva de negros na política, a tornará um espaço menos competitivo, menos marcado pelos interesses momentâneos, ou que ampliará seu nível de racionalidade.

O que poderá ocorrer é a ampliação do espaço de novas demandas políticas, em função da trajetória destes novos atores políticos. Neste sentido, ganha o Estado porque amplia o seu nível de conhecimento sobre os problemas relacionados ao racismo, e pode elaborar políticas de maior qualidade, ganha a sociedade porque tem ampliado o leque de conflitos políticos possíveis, que poderão agora se transformar em não decisões, mas ao menos conseguiram ser verbalizados na esfera pública. Com isto, ocorre uma reconfiguração do símbolo negro.

Se a invenção da cor e da raça é uma criação destinada a justificar um mito de origem, a reconfiguração dos papéis sociais baseada na cor ou raça - ou seja, alterações institucionais que visam promover o status de um grupo -, podem assim contribuir para que os papéis de subserviência conferidos a este ou aquele grupo possam ser desconstruídos institucionalmente, o que em última análise não leva a reificação das categorias, mas sim à sua desconstrução a partir do momento em que passam a não mais fazer sentido. Isto ocorreria porque estas categorias, estando desconstruídas e historicizadas, não serviriam mais a seu propósito que é o de imputar um lugar social para os indivíduos.

Por outro lado, como alertam Anne Phillips e Iris Marion Young, é preciso que estas medidas tenham caráter temporário, caso contrário, se poderia realmente reificar estas categorias que se busca desconstruir. Em outras palavras, se a raça existe porque o grupo racialmente hegemônico se beneficia da sua existência, uma política de caráter permanente poderia recriar a raça a partir da inclusão dos subalternizados, o que seria a sua própria exclusão, já que aprisiona os indivíduos em categorias artificiais e define um teto de participação, além de limitar os canais pelos quais ela poderá ocorrer.

HGPE

Até o momento, a principal conclusão deste trabalho é que a pesquisa deveria ser ampliada, tanto em sua área de ação quanto em sua metodologia. Com relação ao universo de candidatos em análise, o ideal seria trabalhar com o HGPE das principais capitais brasileiras, por exemplo, uma capital de cada região do país. Assim, seria possível verificar algumas características que parecem ser generalizáveis, como por exemplo, o canal de participação que as igrejas pentecostais e neopentecostais podem representar, como canais acesso dos negros ao sistema político.

Outra questão importante, seria preciso realizar entrevistas com alguns candidatos (eleitos e não eleitos) para verificar quais são as impressões deles sobre os filtros que atuaram ao longo das campanhas e sobre o modo como o horário de TV é distribuído em cada um dos partidos. Além disso, seria interessante realizar um mapeamento do comportamento político destes candidatos ao longo de uma legislatura e avaliar a partir de discursos, proposições e votações, qual foi a correspondência entre suas trajetórias em função da variável raça.

Por enquanto, o que se pode dizer é que existe uma tendência, comprovada em Brasília, mas observada em outras capitais para a concentração dos candidatos negros em espaços periféricos do sistema partidário. Além disso, outra constatação que parece

ter respaldo no restante do país é a de que a Igreja e as carreiras públicas produzem boa parte das candidaturas negras, e, principalmente em relação à igreja, conseguem produzir resultados eleitorais consideráveis.

Mesmo com suas limitações de espaço e tempo, a pesquisa reforçou a tese de que o tempo de exposição na TV afeta os resultados nas eleições. Entretanto, é cedo para definir uma relação de consequência entre as duas variáveis, isto porque o tempo de exposição no HGPE pode ser apenas um indicativo do poder que cada candidato possui diante da máquina partidária, o que abriria um outro leque de variáveis fundamentais para a vida política, como o acesso aos recursos partidários e à máquina estatal - que o partido pode estar vinculado, ou não. Ainda assim, o tempo de exposição é um indicador interessante para se avaliar as expectativas sobre os resultados nas urnas.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Clara Maria de Oliveira. *Cidadania Incompleta: o Impacto da Lei de Cotas sobre a Representação Política das Mulheres no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ / IFCS, 1999. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, IFCS, 1999.

_____. *Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil*. Revista Estudos Feministas, Vol. 9 n. 1, p. 231-52, 2001.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Anti-racismo e seus paradoxos: reflexões sobre cota racial, raça e racismo*. São Paulo: Ed. Annablume, 2004.

_____. *Onda negra, medo branco*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1988.

CASTRO, Mônica M. M. de. *Raça e comportamento político*. Dados, Rio de Janeiro, 36(3): 469-491. 1992

BERLIN, I. *Quatro ensaios sobre a liberdade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

BERQUÓ, Elza & ALENCASTRO, Luis F. *A emergência do voto negro*. Novos Estudos, Cebrap, 33: 77-88. 1992

BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. *O Poder Simbólico*. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1989.

_____. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

_____. *A Distinção: crítica social do julgamento*, Porto Alegre, Editora Zouk, 2007

BRASIL. DIEESE/SEADE e entidades regionais. PED. *Pesquisa de Emprego e Desemprego*. Elaboração: DIEESE, 1999.

BRESSER PEREIRA, L. C. *Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional* Brasília, ENAP, 1998.

BRITZMAN, Deborah. P. *O que é esta coisa chamada amor? Identidade homossexual, educação e currículo*. In Educação e Realidade. Porto Alegre, Vol. 21 n.1, p. 71-96, 1996.

SIQUEIRA, Carlos Henrique Romão e. Manuscrito apresentado à Reunião Brasileira de Sociologia. Recife, 2007.

D' ADESKY, Jacques. *Pluralismo Étnico e multi-culturalismo: Racismos e Anti-Racismos no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Pallas, 2001.

DAMATTA, R. *Notas sobre o racismo à brasileira*. In: *Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil-Estados Unidos*. J. SOUZA. Brasília: Ed. Paralelo, p. 69-74, 1997.

FERNANDES, Florestan. *Integração do negro na sociedade de classes(a)*. São Paulo: Ed. Dominus, 1965.

FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. *Retribution or recognition? A political-philosophical. exchange*. Nova York: Verso, 2003.

FRY, Peter. *A persistência da raça*. Ensaios antropológicos entre o Brasil e a África austral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade 1: a vontade de saber*. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

_____. *A história da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

_____. *A Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

MAGGIE, Yvonne. *O debate que não houve: a reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras*. Enfoques, Vol. 1, No. 1, pp.93-117, 2002.

_____. *Cotas raciais - Construindo um país dividido?* Econômica, Vol. 6. No. 1, pp. 153-161, 2004.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro*. Modernidade e dupla consciência, São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes - Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GUIMARÃES, A. S. A. *Como trabalhar com raça em Sociologia*. *Educação e Pesquisa* 29(1): p. 93-107, 2003.

HALL, S. *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Brasília: Ed.UFMG, 2003.

HOLLOWAY, John. *Mudar o Mundo sem Tomar o Poder*, Rio de Janeiro: Ed. Viamundo, 2003.

HONNETH, Axel. *Recognition and moral obligation*. *Social Research*, 64 (1): 16-35, 1997.

JUNQUEIRA, R. D. *Democracia Racial: Origem desmistificação e reatualização de um mito*. *Universitas//Comunicação* 1(1): p.179-218, 2003.

LAVALLE, A. G; HOUTZAGER, P. P. et al. *Democracia, Pluralização da Representação e Sociedade Civil*. *Lua Nova* 67: p. 49-103, 2006.

LAMOUNIER, Bolívar. *Raça e classe na política brasileira*. *Cadernos Brasileiros*, (47): 39-50. 1968

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

MACHADO, C. *Identidades Diluídas: As coligações para as eleições para prefeito em 2002*. Dissertação de Mestrado UnB, 2007.

MANIN, B. As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 29: p. 5-34, 1995.

_____.; PRZEWORSKI, A. et al. *Democracy, Accountability and Representation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

MIGUEL, Luis Felipe. *Discursos cruzados: telenoticiários, HPEG e a construção da agenda eleitoral*. *Sociologias* 11: 238-258, 2004.

_____. *Comunicação Política*. Brasília, Câmara dos Deputados, 2007. Mesa redonda.

_____.; QUEIROZ, Cristina Monteiro de. *Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil*. *Revista Estudos Feministas*, Santa Catarina: UFSC/CCE Vol. 14, p. 363-385, 2006.

_____. *Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro*. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 20, p. 115-134, 2003.

_____. *Mito e discurso político: Uma análise a partir da campanha eleitoral de 1994*. Campinas: Ed. Unicamp/Imprensa Oficial. 2000.

_____. *Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, n. 44, p. 91-102, 2000.

MOURA, Clóvis. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Ed. Anita Ltda, 1994.

NEVES, Paulo Sérgio da C. *Luta anti-racista: entre reconhecimento e redistribuição*. *Revista Brasileira Ciências Sociais* - Vol. 20 n. 59.

NICOLAU, J. *Como Controlar o Representante?: Considerações sobre as Eleições para a Câmara dos Deputados no Brasil*. *Revista de Ciências Sociais* 45(2): 17, 2002.

NOZICK, Robert. *Anarquia, Estado e Utopia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991 (1974).

OLIVER, Cox C. *Caste, Classe And Race, Modern Reader*. New York: pg. 360, 1970.

ORO, Ari Pedro. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religiosos e político brasileiro. *Revista Brasileira Ciências Sociais* - Vol. 18 n. 53.

OSÓRIO, R. G. *O Sistema Classificatório de "cor ou raça" do IBGE*. IPEA - Textos para discussão, 2003.

PHILLIPS, Anne. *Uma política de idéias a uma política de presença?* Revista de Estudos Feministas 9(1): p. 268-290, 2001.

_____. *The politics of presence*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

PINTO, C. R. J. *As ONGs e a política no Brasil: Presença de novos atores*. DADOS – Revista de Ciências Sociais 49(3): 19, 2006.

PITKIN, H. *Representação: Palavras, instituições e idéias*. Lua Nova 67: 54, 2006.

POULANTZAS, N. A. *Political power and social classes*. London: Verso, 1978.

_____. *State, power, socialism*. London: Verso, 1980.

PRANDI, Reginaldo. *Raça e voto na eleição presidencial de 1994*. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, (30), p. 61-78, 1996.

RACUSEN, S. *Making the “impossible” determination: Flexible Identity and targeted Opportunity in Contemporary Brazil*. Connecticut Law Review 36(3): 42, 2004.

RIBEIRO, P. J. F. *Campanhas Eleitorais em Sociedades Midiáticas*. Revista de Sociologia e Política 22: 18, 2004.

ROBINSON, C. J. *Black Marxism: the making of the Black radical tradition*. North Carolina: North Carolina Press, 1983.

SCHMITT, R.; CARNEIRO L. Piquet. et al. *Estratégias de campanha no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral em eleições proporcionais*. DADOS – Revista de Ciências Sociais 42(2): P. 277-301, 1999.

SEGATO, Rita. *Raça é Signo*. Série Antropologia, 2005.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Em busca da racionalidade perdida: alguns determinantes do voto no Distrito Federal*. Revista Brasileira Ciências Sociais - Vol.15 n.43, p.05-23, 2000.

SILVA, Nelson V. & SOARES, Gláucio. (1985) *O charme discreto do socialismo moreno*. Dados, Rio de Janeiro, 28(2): 253-273.

SOUSA, M. F. *As relações raciais na Câmara dos Deputados: Análise de discursos parlamentares nas décadas de 60, 70 e 80*. I Seminário de Pesquisas e Estudos Negros na Unicamp. Campinas, 2006.

SOUZA, Amaury de. *Raça e política no Brasil urbano*. Revista de Administração de Empresas, XI: 61-70, outubro-dezembro, 1971.

SOUZA, Jessé *Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil-Estados Unidos*. Brasília: Ed. Paralelo 15, 1997.

YOUNG, Iris Marion. *Inclusion and democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

_____. *Polity and group difference*. In: Phillips, A., *Feminism and Politics*. Oxford: Oxford University Press, p. 401-429, 1998.

_____. *Justice and the politics of difference*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

Anexos

Anexo 1

Tabelas com resultados do HPEG e legendas

Lista com nomes dos candidatos, número do partido e coligação.

Nome	Número	Partido	Coligação
ALAN DEAN FERREIRA TOURINHO	1307	PT	UNIÃO POR BRASÍLIA
ALAN VIGGIANO	4050	PSB	UNIÃO POR BRASÍLIA
ANTILHON SARAIVA DOS SANTOS	1210	PDT	-
ANTONIO CESÁRIO RODRIGUES	1700	PSL	-
ANTONIO DONISETE DOS ANJOS	3117	PHS	-
ANTONIO JOAQUIM DE SOUZA	1477	PTB	AVANÇA DF
ANTONIO PEREIRA DE SOUSA	1734	PSL	-
ANTONIO QUEIROZ MONTE	1213	PDT	-
ARISTON JOSÉ MORAIS LIMA	2319	PPS	POR AMOR A BRASÍLIA
AUGUSTO ROLIM SARAIVA	2929	PCO	-
AUGUSTO SILVEIRA DE CARVALHO	2323	PPS	POR AMOR A BRASÍLIA
AURÉLIO FEITOSA MATTOS FILHO	2551	PFL	POR AMOR A BRASÍLIA
CARLOS MAGNO LOPES DA SILVA	2727	PSDC	-
CESAR AUGUSTO GONÇALVES	2515	PFL	POR AMOR A BRASÍLIA
CHARLES DE MAGALHÃES ARAÚJO JUNIOR	1533	PMDB	AVANÇA DF
CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER	1444	PTB	AVANÇA DF
CLAUDIO PEREIRA SANTANA	1355	PT	UNIÃO POR BRASÍLIA
CLÉRIA AUGUSTA DOS SANTOS	2223	PL	POR AMOR A BRASÍLIA
EDUARDO DUTRA BRANDÃO CAVALCANTI	4321	PV	UNIÃO POR BRASÍLIA
EGMAR TAVARES DA SILVA	4512	PSDB	AVANÇA DF
ELMES LUIZ DE ANDRADE	1777	PSL	-
ELZA CARVALHO LOPES	2555	PFL	POR AMOR A BRASÍLIA
ERI RODRIGUES VARELA	1545	PMDB	AVANÇA DF
FRANCISCO DE ASSIS ARAUJO	3190	PHS	-
FRANCISCO EUDES BESSA	1724	PSL	-
FREDO EBLING JUNIOR	6565	PC do B	UNIÃO POR BRASÍLIA
GEDALIAS NEVES DA COSTA	2020	PSC	POR AMOR A BRASÍLIA
GERALDO MAGELA PEREIRA	1313	PT	UNIÃO POR BRASÍLIA
GESSITON BEZERRA PEIXOTO	1109	PP	-
GILSON DA SILVA LIMA	1125	PP	-

GILVANDO GALDINO FERNANDES	1122	PP	-
GUILHERME AZAMBUJA CASTELO BRANCO	1299	PDT	-
HELIO PEREIRA PINTO	3177	PHS	-
ISMAEL JOSÉ CESAR	1310	PT	UNIÃO POR BRASÍLIA
IVAN SOARES PEREIRA	1725	PSL	-
IVONE ARMANDO LUZARDO DE SOUSA	2570	PFL	POR AMOR A BRASÍLIA
IVONE FERNANDES CARNEIRO	1522	PMDB	AVANÇA DF POR AMOR A BRASÍLIA
IZALCI LUCAS FERREIRA	2500	PFL	BRASÍLIA
JESU SANTANA CEZAR	1107	PP	-
JOÃO ALBERTO FRAGA SILVA	2525	PFL	POR AMOR A BRASÍLIA
JOÃO DE DEUS SILVA CARVALHO	1555	PMDB	AVANÇA DF
JOÃO GOMES NETO	2728	PSDC	-
JOÃO LOPES DOS SANTOS	3199	PHS	-
JOFRAN FREJAT	1414	PTB	AVANÇA DF FRENTE DE ESQUERDA POR AMOR A BRASÍLIA
JOSÉ CARLOS FERREIRA VASCONCELLOS	5020	PSOL	ESQUERDA POR AMOR A BRASÍLIA
JOSÉ EDMAR DE CASTRO CORDEIRO	5656	PRONA	BRASÍLIA
JOSE FERREIRA DE MORAIS	3111	PHS	-
JOSE FERREIRA NETO	5055	PSOL	FRENTE DE ESQUERDA
JOSÉ GILBERTO HARTMANN	3130	PHS	-
JOSÉ JORGE FREIRE DE ARAUJO	1723	PSL	-
JOSÉ MARIA DA COSTA	3123	PHS	-
JOSÉ NILTON LOPES	1733	PSL	-
JOSÉ PEREIRA LIMA	1366	PT	UNIÃO POR BRASÍLIA
JOSE PORFIRO DOS SANTOS	1121	PP	-
JOSÉ RIBAMAR NUNES	3107	PHS	-
JOSE RUBENS BENTO	2501	PFL	POR AMOR A BRASÍLIA
JOSINA MARA DE MELO DE LIMA SANTOS			
XAVIER SILVA DOS ANJOS	1599	PMDB	AVANÇA DF
LAERTE RODRIGUES DE BESSA	1510	PMDB	AVANÇA DF
LEVY DA COSTA PÉRES	1221	PDT	-
LINEUDA FERREIRA DE MELO	1212	PDT	-
LIVIA MARIA LEDO PIO DE ABREU	3103	PHS	-
LUIS CARLOS SIGMARINGA SEIXAS	1333	PT	UNIÃO POR BRASÍLIA
LUIS HENRIQUE VITAL BRASIL BOGADO	3113	PHS	-
LUIZ ANDRÉ RORIZ SOLANO	1400	PTB	AVANÇA DF POR AMOR A BRASÍLIA
LUIZ CLAUDIO FREIRE DE SOUZA FRANÇA	3325	PMN	FRENTE DE ESQUERDA
LUIZ PAULO PIERI	5051	PSOL	ESQUERDA
MARCELO ROSSI DE CASTILHO	3127	PHS	-

MARCILIO BORBA DE ARAUJO NOVAES	1110	PP	-
MARCO AURÉLIO BITTENCOURT	1254	PDT	-
MARIA ADÉLIA SOARES CORREIA DOS SANTOS	2577	PFL	POR AMOR A BRASÍLIA
MARIA DO SOCORRO CRONEMBERGER COSTA GOMES	2529	PFL	POR AMOR A BRASÍLIA FRENTE DE
MARIA DO SOCORRO OLIVEIRA MARZOLA	5000	PSOL	ESQUERDA
MARIA INES FONTENELE MOURÃO	2513	PFL	POR AMOR A BRASÍLIA FRENTE DE
MARIA JOSE CONCEICAO MANINHA	5050	PSOL	ESQUERDA
MARIA LAURA SALES PINHEIRO	1331	PT	UNIÃO POR BRASÍLIA
MAURO EVANGELISTA ESTEVES DUARTE	1234	PDT	-
MIGUEL JERONIMO DE MAYA VIANNA	5001	PSOL	FRENTE DE ESQUERDA
MILTON CINTRA E SILVA	1919	PTN	POR AMOR A BRASÍLIA
NAIR ALVES DE ANDRADE	1514	PMDB	AVANÇA DF
NELSON TADEU FILIPPELLI	1515	PMDB	AVANÇA DF
ODETINO PEREIRA DIAS	1330	PT	UNIÃO POR BRASÍLIA
OSÓRIO ADRIANO FILHO	2512	PFL	POR AMOR A BRASÍLIA
PAULO CARVALHO XAVIER	1411	PTB	AVANÇA DF
PAULO CÉZAR CASTANHEIRO COELHO	4566	PSDB	AVANÇA DF
PAULO FERNANDO RAMOS SEREJO	4511	PSDB	AVANÇA DF
PAULO ROBERTO MIRANDA TORRES	1230	PDT	-
PAULO VALÉRIO SILVA LIMA	1336	PT	UNIÃO POR BRASÍLIA
PEDRO JOSE DE CASTRO	1115	PP	-
PEDRO MAURINO CALMON MENDES	1516	PMDB	AVANÇA DF
PEDRO RODRIGUES DE CARVALHO	4022	PSB	UNIÃO POR BRASÍLIA
REGINALDO DE SOUSA VIANA	3636	PTC	AVANÇA DF4
RENATO DUARTE PEREIRA BARBOSA	1799	PSL	-
RICARDO NISHIMURA CARNEIRO	1222	PDT	-
RICARDO QUIRINO DOS SANTOS	2210	PL	POR AMOR A BRASÍLIA
ROBSON LEMOS RODOVALHO	2522	PFL	POR AMOR A BRASÍLIA
ROBSON RAYMUNDO DA SILVA	1616	PSTU	FRENTE DE ESQUERDA
RODRIGO SOBRAL ROLLEMBERG	4040	PSB	UNIÃO POR BRASÍLIA
ROGÉRIO SCHUMANN ROSSO	1500	PMDB	AVANÇA DF
ROMILDA TEIXEIRA SHINTATE	4522	PSDB	AVANÇA DF
ROSIDETE MARIA ROSA	2572	PFL	POR AMOR A BRASÍLIA

SEBASTIÃO AUGUSTO BUANI	7070	PT do B	AVANÇA DF
TADEU DE ALENCAR RIBEIRO	2626	PAN	-
WASNY NAKLE DE ROURE	1322	PT	UNIÃO POR BRASÍLIA
WESLEY SANTANA LEITE	5093	PSOL	FRENTE DE ESQUERDA
WILDEMAR GUIRRA VERAS	1717	PSL	-
WILMAR LACERDA	1389	PT	UNIÃO POR BRASÍLIA
WILTON TAPAJÓS MACÊDO	3131	PHS	-

Tabela 25 -

Resultados da análise do HPEG agrupados

Número do candidato	Sexo	Raça/Cor	Assunto abordado	Número de Exposições	Tempo total de exposição (em segundos)	Número de votos obtidos	Eleito
1107	1	3	1, 4	15	289	737	1
1109	1	1	1	14	262	244	1
1115	1	1	1	16	321	1423	1
1121	1	2	1	15	259	750	1
1122	1	3	2	4	116	426	1
1125	1	3	1	15	295	510	1
1210	1	1	9, 11	19	106	5169	1
1212	2	1	1, 4	22	150	1457	1
1213	1	1	16, 2	20	92	381	1
1221	1	1	6	20	92	223	1
1222	1	1	16, 2	20	92	2577	1
1230	1	1	11, 6	21	159	1704	1
1234	1	1	4, 1	21	121	1053	1
1254	1	1	4, 5	20	87	445	1
1299	1	1	4, 11	22	194	744	1
1307	1	3	2	16	77	321	1
1310	1	3	4, 6	20	237	2507	1
1313	1	1	3, 5	20	583	87649	2
1322	1	1	3, 5	19	602	52502	1
1330	1	2	1, 6	20	104	1406	1
1331	2	1	5, 14	20	552	7021	1
1333	1	1	5, 9	20	581	41722	1
1336	1	1	1, 3	20	87	3463	1
1355	1	3	1, 14	20	231	1365	1
1366	1	2	5	20	95	536	1
1389	1	1	1, 5	20	284	6566	1
1400	1	1	1	14	200	4400	1
1411	1	1	4, 5	13	162	645	1
1414	1	1	3, 5	20	605	69450	2
1444	1	1	4	13	182	3807	1
1500	1	1	1, 5	11	343	51013	1
1510	1	1	11, 5	11	303	61850	2

1514	2	1	3	3	44	665	1
1515	1	1 3, 5		20	1388	129771	2
1516	1	1 4, 3		6	163	449	1
1522	2	3	3	2	24	588	1
1533	1	1	3	6	176	4271	1
1545	1	1	4	9	283	7189	1
1555	1	1 1, 6		12	317	22363	1
1599	2	1 1, 3		4	61	340	1
1616	1	2	2	3	19	266	1
1700	1	1 9, 4		3	35	1511	1
1717	1	2 9, 4		17	207	1722	1
1720	1	3	3	1	10		1
1723	1	1	2	5	66	185	1
1724	1	1	1	15	163	2013	1
1725	1	2	4	8	76	311	1
1733	1	1	4	9	88	220	1
1734	1	1 3, 6		1	10	138	1
1777	1	1	4	1	10	156	1
1799	1	3 6, 4		3	30	273	1
1919	1	1 12, 4		5	75	108	1
2020	1	2	4	12	88	4725	1
2210	1	2 10, 9		20	505	35498	1
2223	2	1 1, 4		20	280	1405	1
2313	2	1	2	1	14		1
2319	1	2	2	4	53	615	1
2323	1	1 4, 5		20	763	79235	2
2500	1	1 5, 1		16	497	67243	1
2501	1	1	1	7	118	3188	1
2512	1	1 3, 5		20	595	38034	1
2513	2	1 1, 3		8	119	610	1
2515	1	1	1	12	350	8393	1
2522	1	1	10	15	447	68378	2
2525	1	1 3, 5		20	595	95514	2
2529	2	1	1	9	134	342	1
2551	1	1 4, 3		9	136	1175	1
2555	2	1 1, 4		10	141	647	1
2570	1	2 5, 6		8	138	8190	1
2572	1	2	1	6	75	107	1
2577	2	2	1	8	115	428	1
2727	1	2 1, 3		20	281	202	1
2728	1	1	4	20	267	1677	1
2929	1	1	14	18	542	740	1
3103	2	1 5, 1		3	54	141	1
3111	1	1	3	1	36	160	1
3113	1	1 1, 4		3	54	760	1
3117	1	1 5, 1		2	54	315	1
3123	1	1	5	3	54	7079	1
3127	1	1	1	2	51	95	1
3130	1	1 1, 5		2	53	653	1
3131	1	1 4, 5		2	51	570	1

3177	1	3	2	2	51	658	1
3190	1	3 7, 6		3	55	482	1
3199	1	2	2	3	53	127	1
3325	1	2 14, 9		20	557	6861	1
4022	1	2	6	1	16	991	1
4040	1	1 5, 1		20	1176	55917	2
4050	1	1	3	1	13	286	1
4321	1	1 12, 1		20	420	6636	1
4511	1	1	1	20	523	6039	1
4512	1	1 10, 11		17	589	34141	1
4522	1	2	1	9	162	195	1
4545	1	1	1	9	210		1
4566	1	1 11, 9		20	1000	6376	1
5000	2	2 3, 6		3	20	419	1
5001	1	1	2	3	21	83	1
5020	1	1	2	3	19	335	1
5050	2	1 5, 4		19	619	46090	1
5051	1	1	4	3	19	438	1
5055	1	1	2	3	20	339	1
5088	1	1	2	2	5		1
5093	1	2	2	2	5	347	1
5656	1	1 1, 3		20	259	29794	1
6565	1	1 12, 5		20	618	20716	1
7070	1	1	4	6	66	803	1

Legenda

Apelos Discursivos	Número
Temática	1
Nenhum	2
Proposta	3
Mudança/renovação/ética	4
Biografia	5
corporação	6
localidade	7
apelo folclórico	8
candidato majoritário	9
Religião	10
Apoio	11
Partido	12
Oposição/situação local	13
Ideologia	14
Oposição/situação federal	15
Outro	16

Classificação	Número
Raça/Cor	
Branca	1
Preta	2

Parda	3
Indígena	4
Amarela	5

Sexo	Número
Homem	1
Mulher	2

Situação	Número
Não	
Eleito(a)	1
Eleito(a)	2